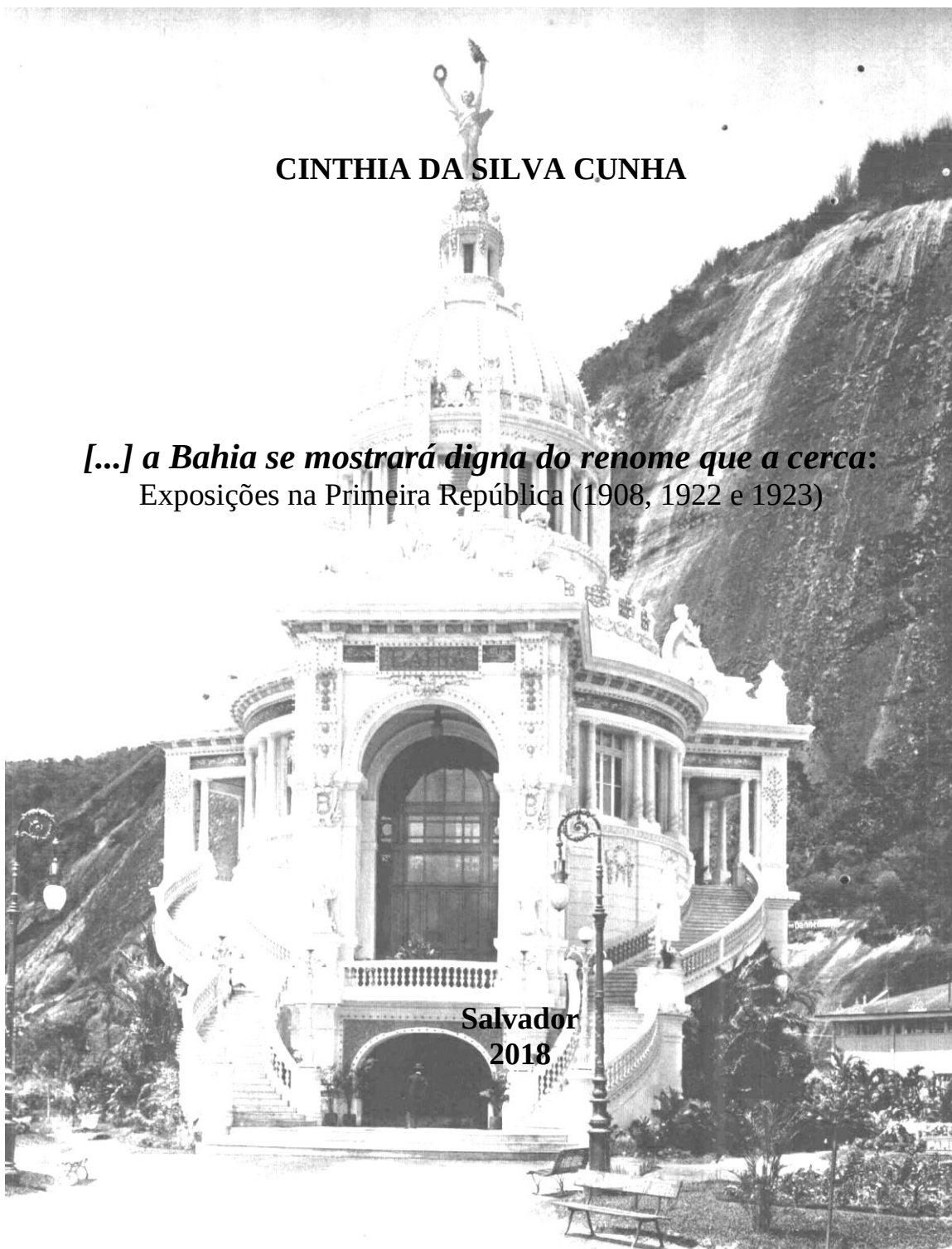




**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

CINTHIA DA SILVA CUNHA

[...] a Bahia se mostrará digna do renome que a cerca:
Exposições na Primeira República (1908, 1922 e 1923)



**Salvador
2018**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CINTHIA DA SILVA CUNHA

[...] a Bahia se mostrará digna do renome que a cerca¹: Exposições na
Primeira República (1908, 1922 e 1923)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,
Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor(a) em História Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suely Moraes Ceravolo

Salvador
2018

¹ Jornal A Bahia, segunda, 16 de março de 1908, capa.

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cunha, Cinthia da Silva
"a Bahia se mostrará digna do renome que a
cerca": exposições na Primeira República (1908,
1922 e 1923) / Cinthia da Silva Cunha. -- Salvador,
2018.
184 f. : il

Orientador: Prof.a Dr.a Suely Moraes Cerávolo.
Tese (Doutorado - Programa de Pós Graduação em
História Social) -- Universidade Federal da Bahia,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

1. Bahia. 2. Exposições Nacionais. 3. Exposições
Estaduais. 4. Primeira República . I. Cerávolo,
Prof.a Dr.a Suely Moraes. II. Título.



ATA-PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO		MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Cinthia da Silva Cunha		214121605	Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO			
"... a Bahia se mostrará digna do renome que a cerca...": Exposições na Primeira República (1908, 1922, 1923)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Suely Moraes Ceravolo - orientadora		082.338.798-43	
Marina Regis Cavicchioli (UFBA)		253.237.668-67	
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (UFBA)		378.887.145-87	
Rinaldo Cesar Nascimento Leite (UEFS)		414.359.745-49	
Sabrina Damasceno Silva (UFRB)		095.243.487-30	

ATA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Cinthia da Silva Cunha, doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a Suely Moraes Ceravolo, orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas da examinada. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela Aprovação da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

O trabalho apresenta sustentação teórica e qualidade argumentativa que habilita a aprovação de Cinthia da Silva Cunha, sendo que a banca sugere a revisão técnica e formal para a última versão a ser depositada.

SSA, 26/10/2018: Assinatura da aluna:

SSA, 26/10/2018: Assinatura da orientadora:

CINTHIA DA SILVA CUNHA

[...] a Bahia se mostrará digna do renome que a cerca:

Exposições na Primeira República (1908, 1922 e 1923)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Doutor(a) em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Suely Moraes Cerávolo (PPG História)

Profa. Dra. Mariana Cavichioli (Membro interno PPG História)

Prof. Dr. Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha. PPG Museu/FFCH e Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO/UFBA).

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite. Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Profa. Dra. Sabrina Damasceno Silva. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

AGRADECIMENTOS

Desde o ingresso no Doutorado e até o momento da defesa as lutas foram grandes. Naqueles momentos em que pensei seriamente em desistência, contei com amigos, parentes, colegas, professoras e parceiras. Uma verdadeira corrente de boas energias, pessoas inspiradoras, fortes e amorosas que me cercaram de cuidados e de afeto. É uma lista grande e que aumentou na medida em que aumentaram os problemas. E no meio da tormenta dedico esta tese também a essas pessoas que me apoiaram e deram parte de seu tempo, capacidades e afetos para que eu conseguisse completar minha jornada.

À Fapesb - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela concessão da bolsa que possibilitou minha dedicação à construção da tese.

À Dra. Suely Moraes Cerávolo, que com seu nome sob risco dentro da academia defendeu sua orientanda e o projeto. Gostaria de reafirmar que entendo os riscos assumidos e a pressão. Obrigada.

À minha família, que auxiliou nos cuidados com minha filha, com minha casa, me forneceu apoio nas jornadas duplas e triplas que toda mulher assume ao desejar mais que o ambiente doméstico. Minha mãe; Yolanda Carvalho, querida irmã; Marcelo e Valmir Cunha, meus queridos irmãos, e Andréa Cunha, minha cunhada.

À Jailson Carlos de Jesus, que se tornou um amigo presente na hora da necessidade.

Ao meu grande grupo de musas. Amigas e irmãs que me deram a mão nos momentos em que a queda era iminente. Mulheres admiráveis, intelectuais, fortes e solidárias: Ane Ferrari, Bruna Ismerin, Daniela Valverde, Ligia Santana, Margareth Santos, Rosana Souza, Vera Nathália.

Às professoras competentes, inspiradoras, meus modelos, que ofereceram suas críticas e sugestões para o trabalho: Dra. Ligia Bellini, Dra. Lysie Reis e Dra. Margaret Lopes.

Aos professores e profissionais competentes que contribuíram, com suas habilidades, para a elaboração deste trabalho:

Ao querido Dilberto Assis, que me auxiliou com seu talento na captura das fotos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia;

Ao Professor Dr. Aldo Litaiff, pela tradução do resumo para o francês;

Ao Sr. William Picket, pela tradução do resumo para a língua inglesa.

Ao Dr. Álvaro Hashizume Allegrette, pela tradução do latim.

Aos funcionários e colaboradores do setor de obras raras e jornais da Biblioteca Central da Bahia.

À minha filha Hilda. Amor, perdoa sua mãe pelos sacrifícios impostos nesse período de nossas vidas. Te amo.

RESUMO

Este trabalho aborda os preparativos, a elaboração e a apresentação do Estado da Bahia em três exposições realizadas nos anos de 1908, 1922 e 1923. A primeira aconteceu no Rio de Janeiro, como parte da Exposição Nacional Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas. A segunda ocorreu em 1922, com exposição preparatória em Salvador e evento principal no Rio de Janeiro, denominado Exposição do Centenário da Independência ou Exposição Internacional do Brasil. A terceira e última exposição foi realizada em 1923, ocorrida na cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia, intitulada, pelos articuladores, Exposição da Verdadeira Emancipação, e comemorativa do Centenário da Independência na Bahia. Tratou-se de eventos derivados das exposições universais ocorridas desde 1851, portanto, desde o século XIX. Utilizadas para propagandear os valores da sociedade burguesa e, nesse mesmo contexto, estabelecer e difundir objetivos comerciais, a escolha das três exposições baianas contempladas nesta tese visou avaliar, através do viés expositivo, o desempenho desse estado na conjuntura da Primeira República. O viés escolhido traz à luz, com base em fontes textuais e iconográficas, os mecanismos que alimentaram a propagação do ideário de cunho modernizador. A tese se divide em capítulos que analisam os elementos propriamente materiais, a exemplo das características do Pavilhão baiano (1908), os produtos naturais ou manufaturados enviados (1922) e ou reapresentados (em 1923), e os narrativos e discursivos de natureza histórica, factual e cívica, declarados em catálogos, boletins e jornais, evidenciando os recursos utilizados para alinhar a Bahia à República. Do ponto de vista da categoria social participante desses eventos procura-se dar relevo ao contraste e ocultamento entre os sujeitos chamados a participar e os sujeitos *ignorados*. As contradições evidenciadas pelo contexto em que na exaltação das exposições, festas para os olhos, se contrapõem as condições internas do Estado da Bahia.

Palavras-chave: Bahia; Exposições Nacionais; Exposições Estaduais; Primeira República.

TITLE:“...*Bahia will prove herself worthy of the aura that surrounds her...*” – Expositions in the First Republic (1908, 1922, 1923)

Abstract: This study focuses on the preparations, development and the representation of the State of Bahia in three exhibits held in the years 1908, 1922 and 1923. The first took place in Rio de Janeiro, as part of the National Commemorative Exposition of the Centenary of the Opening of the Ports to Friendly Nations. The second occurred in 1922, with a preparatory exhibit in Salvador and the main event in Rio de Janeiro, included in the Independence Centenary International Exposition or the Brazil World Expo. The third was held in 1923 in Salvador, the capital of the State of Bahia, and was given the name Exposition of the True Emancipation by its organizers, as it commemorated the Centenary of the Independence of Bahia. Based on the universal expos held since the 19th century, the exhibits were used as propaganda to promote the values of bourgeois society, and to establish and promote commercial ventures. The emphasis in the three events is on the way in which Bahia is represented in order to identify and evaluate, through the optics of the expository bias, the functioning of the state within the context of the conjuncture of the First Republic, based on text and iconographic sources to explore the mechanisms that sustained the dissemination of a modernizing ideology. The chapters analyze the material elements, such as the characteristics of the Bahia Pavilion (1908), the natural or manufactured products included (1922) and/or reused (1923), and the narrative, discursive mechanisms of an historic, factual and civic nature presented in catalogs, periodicals and newspapers, showing the resources used to align Bahia with the ideals of the Republic. From the point of view of the social stratum participating in the events, emphasis is given to the contrast and the biased criteria used to select the subjects chosen to participate and those which were *ignored*. The conclusion reached is that the beauty of the exhibits, veritable festivals for the eyes, stands in stark contrast to the actual conditions inside the State of Bahia.

Key words: Bahia; National Exhibits; State Exhibits; First Republic.

TITRE: "... *Bahia se montrera digne de la renommée qui l'entoure ...*" - Expositions dans la Première République (1908, 1922, 1923)

Résumé: Les recherches portent sur les préparatifs, l'élaboration et la présentation de l'État de Bahia en trois expositions tenues dans les années 1908, 1922 et 1923. Le premier a eu lieu à Rio de Janeiro dans le cadre de l'Exposition nationale commémorative du Centenaire de l'ouverture des Ports aux Nations Amicales. La seconde a eu lieu en 1922, avec une exposition préparatoire à Salvador, capitale de l'État de Bahia, et l'événement principal à Rio de Janeiro, intégrant l'exposition du Centenaire de L'indépendance ou l'Exposition Internationale du Brésil. La troisième (1923) a eu lieu dans la ville de Salvador, intitulée Exposition de la Vraie Émancipation par les articulateurs et Commémoration du Centenaire de l'Indépendance de Bahia. Événements dérivés d'expositions universelles depuis le XIXe siècle, les expositions ont servi à propager les valeurs de la société bourgeoise, à établir et à diffuser des objectifs commerciaux. L'accent mis sur trois événements réside dans la représentativité de Bahia pour identifier et évaluer, par le biais de l'exposition, la performance de l'État dans le contexte de la Première République, en utilisant des sources textuelles et iconographiques, en explorant les mécanismes qui ont contribué à la propagation des idées de caractère modernisant. Les chapitres analysent les éléments matériels, tels que les caractéristiques de Pavillon Bahia (1908), les produits naturels ou manufacturés envoyés (1922) et ou représentés (en 1923), et les mécanismes narratifs et discursifs de nature historique, factuelle et civique, présentés dans des catalogues, des bulletins d'information et des journaux, mettant en évidence les ressources utilisées pour aligner la Bahia à la République. Du point de vue de la catégorie sociale participant aux événements, sont mis en évidence le contraste et la dissimulation entre les sujets appelés à participer et les sujets ignorés. Il est conclu que parmi les exaltations des expositions, les fêtes pour les yeux, contrastent les conditions internes de l'État de Bahia.

Mots-clés: Bahia; Expositions Nationales; Expositions d'Etat Première République.

LISTA DE ABREVIATURAS

- Arquivo do Estado da Bahia..... APB
- Biblioteca Pública do Estado.....BPEB
- Arquivo Municipal de Salvador..... AMS
- Arquivo Nacional do Rio de Janeiro..... ANR
- Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro..... BN

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Palácio dos Estados ou Palácio Monroe.. Exposição Nacional de 1922	54
Figura 2. Palácio Rio Branco. Salvador, Bahia. In. Biblioteca do IBGE. biblioteca.ibge.gov.br..	55
Figura 3. Aviso. Jornal A Bahia. 4 de janeiro de 1908, 1ª página.....	58
Figura 4. Gráfico ilustrativo - organização do catálogo de São Paulo	72
Figura 5. Notícias e Informações - Estado da Bahia. 1908. BPEB, seção de obras raras.....	76
Figura 6. Notícias e Informações, p.1	83
Figura 7. Algodão in natura. Boletim da Exposição Nacional de 1908	88
Figura 8 Restaurantes Pão de Açúcar e Rústico. Boletim Nacional, p.37	90
Figura 9. Cristal Palace.....	101
Figura 10. Pavilhões da Bahia e Minas Gerais	106
Figura 11. Pavilhões do Distrito Federal e Santa Catarina	107
Figura 12. Pavilhões de São Paulo e Portugal (Manuelino).....	108
Figura 13. Avenida dos Estados. Exposição de 1908	110
Figura 14. Planta da Exposição Nacional de 1908.....	111
Figura 15. Porta Monumental. Exposição de 1908	115
Figura 16. Pavilhão da Imprensa. Exposição de 1908	116
Figura 17. Detalhes Anjo da Vitória e Cúpula do Pavilhão Baiano. Exposição de 1908. Álbum comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Arquivo IGHB.....	118
Figura 18. Detalhe da Varanda e da gruta no subsolo. Pavilhão Baiano. Exposição de 1908	119
Figura 19. Vitrine da Fábrica de Charutos Suerdick. Pavilhão Baiano. Exposição de 1908.....	120
Figura 20. Detalhes da Sala de conferências com e sem cadeiras. Pavilhão Baiano. Exposição de 1908.....	121
Figura 21. Pavilhão do Jardim Botânico, estufa e jardins. Exposição de 1908. Álbum Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Arquivo Histórico IGHB.	122
Figura 22. O Malho, 4 de julho de 1908.....	125
Figura 23. O Malho, 22 de agosto de 1908. BPEB, seção de periódicos.	126
Figura 24. Pavilhão Baiano. Fachada e Jardim frontal. acervo Biblioteca Nacional arm211(1).....	139
Figura 25. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(3).....	140
Figura 26. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(7)	141
Figura 27. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(9)	142
Figura 28. Acervo Biblioteca Nacional arm175(8).....	143
Figura 29. Acervo Biblioteca Nacional arm 175(3)	144
Figura 30. Acervo Biblioteca Nacional arm 175(13).....	145

Figura 31. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(10).....	146
Figura 32. Acervo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foto3910	148
Figura 33. Acervo do IGHB. fot3819	150
Figura 34. Acervo IGHB fot3811	152
Figura 35. Acervo IGHB fot3797	154
Figura 36. Acervo IGHB fot3803	155
Figura 37. Acervo IGHB fot3813	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.31.....	44
Tabela 2. Matrículas no ensino primário por estado. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.34-35.....	47
Tabela 3. Empresas de carris urbanos por estado. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.30	48
Tabela 4. Grupos/características dos produtos do catálogo de São Paulo.	70
Tabela 5. Classificação dos produtos - catálogo de São Paulo	71
Tabela 6. Categorias da publicação baiana para a Exposição Nacional de 1908.....	76
Tabela 7 Sementes estudadas no Campo de Experiências e Demonstração Antonio Moniz..	153

SUMÁRIO

Primeiras inquietações sobre as Exposições Baianas desde o nascedouro.....	16
Capítulo 1 – A Bahia, as crises e as festas – de bolsos vazios no magnífico espetáculo da modernidade.....	35
1.1 A Bahia se prepara para as celebrações da Modernidade Republicana – antecedentes e primeiros passos	35
1.2 A Bahia no contexto de elaboração das exposições republicanas: educação, serviços públicos e meio laboral na Salvador da Primeira República.....	40
1.3 Da crise ao espetáculo: comissão executiva, investimentos e pavilhão expositivo em 1908, 1992 e 1923.....	51
1.4 Os preparativos para as Exposições Estaduais, parcerias institucionais e a consolidação das festas	57
Capítulo 2 – Narrativas, textos e imagens da Bahia em Exposição.....	63
2.1 Da narrativa em Exposição: construção de versões da história baiana através das publicações..	63
2.2. Publicações na Exposição de 1908: catálogos e boletins ordenando o mundo.....	67
2.3 São Paulo e o café: estratégias de propaganda econômica e estatal na Exposição	70
2.4 Traduzindo a Bahia em números: textos e estatísticas nas exposições	75
2.5 O Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908	88
2.6 Inquietações sobre a educação na Bahia. A Bahia culta apresentada em exposição	94
Capítulo 3 – Os espaços materiais de exposição: o Pavilhão Baiano em 1908.....	99
3.1 Das narrativas materializadas. O peso simbólico dos pavilhões	99
3.2 O pavilhão da Bahia em 1908: importância simbólica e papel nacional	103
3.3 O Pavilhão Baiano: <i>projecto dessa formosa architettura</i>	105
3.4 Percorrendo os Pavilhões da Exposição de 1908.....	114
Capítulo 4 – Produtos e representações da Bahia: imigração, agricultura e propaganda estatal nas exposições baianas.....	129
4.1 A materialização das narrativas: fotografias como fonte histórica das exposições baianas	129
4.2 Os produtos baianos através das fotografias: as instituições pesquisadas	132
4.3 A Bahia na Exposição Nacional de 1908: os produtos e a representação fotográfica	134
4.3.1 As Fotografias de 1908: o Pavilhão Baiano.....	137
4.4 A Exposição Internacional de 1922: A Grande Festa do Centenário da Independência.....	147

4.4.1 Os produtos baianos levados à Exposição Internacional de 1922	149
Considerações finais sobre o Projeto de Modernidade na Bahia da Primeira República através das Exposições.....	158
BIBLIOGRAFIA	163
Fontes.....	168
Arquivo do Estado da Bahia.....	168
Fontes Biblioteca do Estado da Bahia BPEB	169
Fontes Instituto Geográfico e Histórico da Bahia IGHB	170
Fotografias Instituto Geográfico e Histórico da Bahia	170
Fontes Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro BN	171

Primeiras inquietações sobre as Exposições Baianas desde o nascedouro

Em meu percurso de construção de narrativa pessoal e profissional alguns esforços foram exigidos e alguma sorte possibilitou felizes encontros. No ano de 2005, a partir de participação no grupo de pesquisa Observatório da Museologia na Bahia (CNPq) pude entrar em contato com o universo dos museus no estado e a organização da Museologia como campo de conhecimento dedicado à análise do patrimônio cultural. Foi nesse ambiente que as Exposições Universais me chegaram como um presente, através do livro de Heloísa Barbuy, *A Exposição Universal de 1889 em Paris*, que me inspirou a buscar as exposições baianas para os eventos internacionais.

Desse primeiro contato com os estudos sobre as Exposições Universais cheguei ao mestrado em História Social, na Universidade Federal da Bahia, de 2008 a 2010, que concluí com a dissertação intitulada *As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as Exposições Universais (1866-1888)*, na qual me debruço sobre as exposições preparatórias baianas, levantando elementos para a compreensão desses eventos, discursos e o projeto de modernidade citado pela documentação pesquisada. Busquei também apreender a força desse apelo, as razões que tornaram as exposições espaços de elaboração de novos comportamentos sociais, lugar privilegiado de construção de uma estética transposta para as cidades. Um evento tão marcante que se reproduz desde meados do século XIX e perdura até o século XXI², criando derivações menores que, no Estado da Bahia chegaram às pequenas cidades, aos comércios familiares e às escolas³.

Agora, o objeto de pesquisa são as exposições republicanas baianas. E as indagações que surgem se relacionam a essa mudança no estatuto político e sua interferência ou não no espetáculo das Exposições, como chamavam os contemporâneos, questionando, de certa forma, se o modelo de Exposição Universal permanece íntegro em relação à sociedade que o

² A Exposição Internacional de Dubai, a ser realizada em 2020, escolhida pelo Gabinete Internacional das Exposições como próxima anfitriã deste tipo de evento com o lema: “Unindo mentes, criando o futuro”. O evento será comemorativo dos 50 anos dos Emirados Árabes e promete ser uma das mais ricas e tecnológicas dos últimos anos, com uma estimativa de visitação de 25 milhões de pessoas. In. <http://www.inmesol.pt/blog/o-dubai-vai-ser-a-sede-da-exposicao-universal-2020> acesso em 25.07.2018

³ Como exemplo da inserção das exposições em eventos os mais diversificados, temos as exposições da Companhia Valença Industrial³, com Mostuário de Produtos Baianos fabricados pelo Lyceu de Artes e Ofícios: mostuário de colmeia de abelhas e seus produtos e um piano fabricado na oficina do Sr. Agretencio de Andrade e a Exposição Municipal de Nazareth³, inaugurada em 19 de novembro de 1917 para comemorar a elevação de Nazaré à categoria de cidade. *Revista Renascença*, ano I, nº5, outubro de 1916. Biblioteca do Estado da Bahia, setor de periódicos.

elabora. Temos aqui mais permanências ou mais rupturas? O contexto local político, cultural e suas especificidades influíram na elaboração das exposições republicanas sob quais vieses?

A pesquisa vem se desenvolvendo em continuidade desde o mestrado, pensando as exposições como estruturas ou palcos nos quais a sociedade baiana performa um dado projeto. Utilizo o termo ‘performance’ no sentido mesmo de apresentação ou de desempenho de um dado papel, por acreditar que a Bahia, através das exposições, procurou refletir mais um projeto idealizado, pleno de expectativas de um devir, do que propriamente um reflexo daquilo que, efetivamente, ocorria na prática ou vida cotidiana. Projeto esse que vai assumindo novas nuances, adaptando discursos e narrativas. A pergunta de fundo é: quais foram essas nuances, discursos e narrativas que percorreram o período aqui tratado?

Nessa problemática reside a ambição maior da pesquisa: entender se os grupos sociais envolvidos com a produção das exposições mudaram sua compreensão da sociedade baiana ou, ao contrário, se a sociedade mudou ou manteve a imagem idealizada para averiguar, nessa linha temporal, as conexões entre o modo exposição, representação social e, por que não, da cultura (aqui no sentido geral do termo), para firmar a imagem do que seria a Bahia por meio daquilo selecionado para representá-la.

Dessa forma, estabelecem-se as seguintes fronteiras na tese: quanto à temporalidade – a Primeira República, entre 1908 e 1923. A segunda fronteira, o espaço geográfico contemplado na pesquisa, compreende a capital baiana, Salvador, e o Rio de Janeiro, então capital federal, onde as exposições se materializam. Obviamente, mais localidades são citadas pela documentação, mas tomo como foco principal de análise as duas capitais. A última fronteira abrangida pela tese é a de grupo social, enfatizando que as exposições, apesar da grandeza, não atingem todas as categorias sociais e econômicas. Apenas uma pequena parte da sociedade tem voz e visibilidade nos eventos tratados como festas, no caso, as classes altas e médias, compostas por políticos, profissionais liberais, intelectuais, jornalistas, professores. Outras categorias sociais e profissionais como operários, artesãos e pequenos agricultores, apesar de contemplados nos discursos de acordo com interesses bem determinados, caso dos debates sobre o trabalho, não possuem voz própria, sendo praticamente invisibilizados. São presenças apenas inferidas nos produtos apresentados. Pode-se dizer que ficaram nas frestas e na compreensão de quem poderia – talvez – percebê-los.

As Exposições denominadas Universais ou Internacionais impulsionaram mudanças técnicas e estéticas no mundo, de certa maneira auxiliando a moldá-lo como a grande comunidade de consumo que conhecemos. Os eventos, realizados em grandes espaços, propagandeados como fato momentâneo, durando períodos determinados que não poderiam

ser perdidos em razão do esplendor, efetuaram com muito êxito a propaganda burguesa, tornando esse modo de vida o modelo de sociedade e de homem civilizado que se impuseram na África Colonial e na América do Sul. Também designadas Arenas Pacíficas e Festas do Trabalho pelas características de competição entre produtores, inventores e artistas, usaram da força de trabalho do operário na fábrica para demonstrar a conquista humana sobre a natureza para trilhar a meta da civilização (tal como a europeia) e de um progresso a ser alcançado por todos.

Com pretensões de alinhamento a esses grandes eventos, o Brasil criou as próprias exposições e participou das festas internacionais. Fora da primeira grande exposição, ocorrida em Londres em 1851, o Brasil associou-se a partir de 1862. E a Bahia, foco da pesquisa desde o século XIX, integrou-se nos eventos nacionais a partir de 1866, enviando produtos e publicações. O que intriga nas exposições, tanto nacionais quanto estaduais (e mesmo antes, nas provinciais) são os esforços e investimentos aplicados para representar uma imagem moderna, burguesa e próspera, mesmo que o contexto dificultasse ou contrariasse essas pretensões. Surpreende o poder sedutor mobilizado pelas exposições e a constante de sua ocorrência.

O ponto de partida deste trabalho são as exposições representativas da Bahia ocorridas nas primeiras décadas do século XX, portanto, no período republicano, que integraram grandes eventos nacionais nos anos de 1908 (Exposição do Centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas) e 1922 (denominada Exposição Internacional do Centenário da Independência), no Rio de Janeiro, capital do Brasil, e a de 1923, exposição regional, na capital da Bahia, Salvador, para as comemorações do Centenário do Dois de Julho, também festa da “verdadeira emancipação”. Podemos designá-las Exposições Republicanas Baianas não apenas em razão do período em que se inserem, mas por certas modificações ocorridas nas mostras que evidenciam a nova organização do Estado brasileiro.

Essas exposições são herdeiras e ressignificadoras dos eventos universais e internacionais que movimentaram as relações sociais e econômicas. A designação de universais ou internacionais decorre da aspiração em condensar no seu ideário e dependências amostras de todo o conhecimento acumulado pelo homem, embora isso se limitasse, no período em foco, na quase totalidade das exposições a alguns poucos países europeus e da América do Norte. A inventividade humana e a sociedade burguesa eram celebradas em grande estilo através de pavilhões majestosos, de um número inacreditável de produtos expostos e de cifras de visitação que atingem milhões de pessoas. Para Margarida Neves, as mostras internacionais cumpriram uma função educativa na medida em que instauraram uma

narrativa que “tende, por um lado a considerar uma visão otimista da modernidade e, por outro, a diluir os conflitos, tanto aqueles que opõem os polos centrais do capitalismo às áreas periféricas, como os conflitos de classe no interior das sociedades capitalistas” (NEVES, 1986, p.32).

As exposições internacionais do XIX deixaram marcas indeléveis na cultura expositiva e visual. Concebendo uma rede operacional organizada a partir da escolha, pela nação sede, da provável data de inauguração e, estabelecimento da Comissão Organizadora encarregada de convidar outros países a participar. As Comissões estabelecidas no país-sede e nos países convidados eram compostas por intelectuais de diferentes áreas: jornalistas, sanitaristas, engenheiros, advogados, arquitetos que, juntos, organizavam a exposição, convidavam produtores diversos, mobilizavam as unidades federativas a colaborar e a estabelecer as comissões locais. Cada comissão local ou estadual organizaria exposições preparatórias destinadas a selecionar os produtos e objetos que representariam a localidade na exposição nacional e, posteriormente, na internacional. O tempo de preparação das exposições podia ser de um ou mais anos antes da abertura oficial. A escolha de objetos de arte, produtos naturais, científicos ou tecnológicos seguia critérios estabelecidos pelo país-sede, e júris de qualificação se encarregavam de selecioná-los para as exposições, premiando aqueles que se destacassem. Os prêmios eram dados na forma de certificados e selos que vinculavam prestígio e valor monetário aos produtos, pois atestavam a qualidade e sofisticação, além de apresentar e ampliar potenciais mercados consumidores.

O que visualizamos em uma exposição universal⁴ são multidões de espectadores fascinados, apressados, percorrendo os pavilhões e observando inovações que, em breve, estariam nas ruas: cinemas, elevadores, fotografias, técnicas construtivas. À primeira vista, apenas uma grande festividade, um congresso majestoso, mas que trouxe novas formas de trocar conhecimentos, apresentando também novas tecnologias, mudando a forma urbana das cidades e o comportamento de seus cidadãos. De tão impactantes surtiram efeitos até mesmo nas vitrines comerciais de cidades que tenderam para o cosmopolitismo, como nos esclarece Heloísa Barbuy, em detalhado estudo sobre o crescimento da cidade de São Paulo e suas áreas comerciais na virada dos séculos XIX para o XX (BARBUY, 2006). Nas principais capitais

⁴ As exposições internacionais ocorreram desde a segunda metade do século XIX, a primeira em Londres no ano de 1851, seguida com regularidade por outras mostras desse porte até o século XX. O Brasil começou sua participação nesses eventos a partir do terceiro evento internacional, realizado em Londres no ano de 1862. A Província da Bahia tem documentadas exposições provinciais de 1861, preparatórias para a de Londres, em 1862, e a Universal de Paris, em 1867, inaugurada na Bahia em 1866; a provincial para Viena de 1873, inaugurada em 1872; a Exposição Universal de Filadélfia em 1876, inaugurada em 1875 e, finalmente, para o período imperial, a de Paris de 1889, inaugurada a baiana em 1888 (CUNHA, 2010, p.57).

brasileiras, incluindo a cidade do Salvador, as lojas passaram a utilizar a linguagem visual das exposições, dispondo produtos em grandes mostruários, com artigos em grande número e variedade.

Duas conceituações cabem aqui e são importantes para a análise dos eventos em foco: a de poder simbólico e a de sociedade do espetáculo. O poder simbólico, definido por Pierre Bourdieu, refere-se a um poder (predomínio, ascendência, dominação) de construção da realidade que se inclina para o estabelecimento da ordem gnoseológica, ou seja, estabelece uma relação de elaboração do conhecimento a partir do objeto e daquele que o conhece (BOURDIEU, 2007, p.9). A de sociedade do espetáculo, cunhada por Guy Debord, aparece na obra homônima que tem por subtítulo *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* afirmando que essa crítica não se altera exceto se forem derrubadas as condições gerais. Debord remete às condições pós 1968 e analisa situações nas quais observa que a junção do mundo se fazia pela realidade econômica organizando em consenso o “mercado mundial, falsificado e garantido pelo espetáculo”, atingindo burocracias estatais nacionais. Escreve, então: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos”. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação, as imagens do mundo se especializam e o tornam simples contemplação no qual “o mentiroso mentiu para si mesmo”. Em uma sociedade promovida pelas exposições construiu realidades circundando-se das “relações sociais e econômicas não vividas diretamente, mas mediadas por espetáculos” (DEBORD, 1997, p. 13-14; grifo do autor), materializando símbolos do poder econômico, do consumo, do comportamento. Foi o evento que impulsionou o intercâmbio internacional nessas proporções com trocas e contatos entre diferentes culturas em um mesmo e concentrado espaço de apresentação.

Para Sandra Pesavento, “as exposições não visavam apenas o lucro imediato, advindo do incremento das vendas ou do estímulo à produção industrial pela comparação entre os potenciais das diferentes nações. As exposições foram também elementos de difusão, aceitação de imagens, ideais e crenças pertinentes ao *ethos* burguês” (PESAVENTO, 1997, p.15). O projeto idealizado e a realidade podem ser antagônicos, mas, a força do discurso, a persuasão da ideologia garantia a participação entusiasmada e investimentos materiais grandiosos. A autora reforça que, para o capitalismo funcionar, se faz necessário provocar no trabalhador um efeito de alienação (idem, p.20-21). Vale, nesse aspecto, ressaltar que a exposição como espetáculo visual e seu didatismo (BARBUY, 1999) implicam discurso e ação na sedução do público que assiste e passeia entre o que é apresentado, incitando a alienação do real entre a percepção do espetáculo e a apreensão do discurso veiculado. Além

do deslocamento do trabalhador de sua realidade, a exposição promovia o “fetichismo da mercadoria”, conceito cunhado por Marx (2005, p.204), que exprime a ideia de que o valor da mercadoria já não é fornecido pelo trabalho, material de que é feita ou especialização da mão de obra, mas pelo *status* que ela confere a quem a pode consumir.

Por sua vez e, concomitantemente, para os reformadores republicanos no Brasil, a questão do controle social era a meta fundamental, subjacente à ideia de intervenção. “Tentavam por meios coercitivos e cooptativos disciplinar e normatizar as relações entre os homens e entre estes e as coisas, nos espaços públicos ou privados” (ASSIS, 1996, p.17-18). Os meios coercitivos referiam-se às ações policiais de contenção e ordenamento da população nas ruas, quer na vacinação obrigatória, quer no estabelecimento de regras de convívio e de punições para os transgressores, impondo posturas municipais, que estabeleciam as normas para a ordem pública. Enfim, prescrições e condutas policiais ou policialescas para mudar o rumo em direção ao que era visto como progresso. Os meios cooptativos dizem respeito àqueles que utilizam do discurso, da sedução, para imposição de códigos, e podem ser observados nos espaços de convívio coletivo - teatros, cinemas, elevadores, praças, apenas para citar alguns exemplos -, criando a vigilância compartilhada em que as pessoas impõem entre si as condutas consideradas aceitáveis. Disciplinar os comportamentos era o meio pelo qual se realizaria a sociedade burguesa e capitalista eficiente, isto é, conferindo papéis, determinando obrigações, delimitando espaços sociais, regulamentando o trabalho e o trabalhador. Podemos entender as exposições como eventos cooptativos, pois procuravam convencer pela sedução da imagem e do discurso, visando moldar o comportamento social tanto de quem as organiza quanto de quem as visita.

Margarida Neves enfatiza os mágicos véus da retórica apagando as manchas na imagem, não obstante a manutenção do quadro de dependência política, externa e econômica e a ausência de voz e representação política da maioria da população (NEVES, 1986, p.49). Para Alda Heizer, as exposições eram espetáculos excludentes que deixavam de fora os ditos indesejáveis da sociedade civilizada (HEIZER, 2007, p.5-6), os pobres, homens e mulheres das ruas e dos cortiços, os negros, as crianças desvalidas, indivíduos que deveriam exercer o papel imposto pelo poder público e reproduzir a conduta desejada. Caso contrário, não teriam lugar na sociedade moderna e deveriam se acomodar à invisibilidade imposta.

O controle do comportamento público pode ser percebido desde as exposições do século XIX. Aqueles que as realizavam adotavam e adaptavam os regulamentos para a especificidade de sua localidade e de seu público. Assim ocorreu no Brasil e, por extensão, no Estado da Bahia nas exposições desde meados daquele século. Nos eventos provinciais

baianos, as normas que regulamentavam a conduta dos visitantes eram estabelecidas e publicadas nos locais das exposições, para uniformizar o aspecto e o comportamento dos que tinham acesso aos certames⁵ (CUNHA, 2010).

Margarida Neves, descrevendo a capital carioca de fins do Império às primeiras décadas da República, retrata bem esse quadro, ao reproduzir visão dos cronistas de época, que contrapunham a *cidade de vielas escuras e ruas estreitas*, onde *carroceiros, vendedores ambulantes* e os famigerados *quiosques* dividiam espaço com a boa sociedade formada por *banqueiros, grandes comerciantes, políticos, empresários* (NEVES, 1986, p.9-11). Na Primeira República, o controle se traduz na cidade remodelada, formada agora por largas avenidas, e nas profundas reformulações urbanas de Pereira Passos, em 1906, cujo modelo será exportado pela capital da República para outras capitais do país, e na campanha de vacinação obrigatória promovida, em 1904, pelo governo brasileiro. Modelo inspirado, por sua vez, na cidade *haussmaniana*, caracterizada pelas avenidas ordenadoras do tráfego, de linhas retas e axiais, pela presença de esculturas monumentais e imponentes edifícios públicos estrategicamente situados para serem referências espaciais pelos parques e jardins também minuciosamente planejados, entremeando o tecido urbano. Formava-se uma espécie de moldura encaixando perfeitamente bem as exposições, que não deixavam de reforçar os mecanismos de controle social, fortalecendo a visibilidade e uniformidade, instalando vetores pelos quais se imprimia a racionalidade funcionalista e corroborava a imagem do Estado. A isso se associava o higienismo e o sanitismo, justificadores das intervenções do poder público na cidade, na propriedade particular, na vida privada (BARBUY, 2006, p.70). O higienismo, a profilaxia e a medicina social penetraram em todos os espaços para disciplinar as massas e dar uma feição mais civilizada à população brasileira (LEITE, 1996; SEVCENKO, 2003; TRINCHÃO, 2010).

Nesse contexto geral insere-se o objetivo mais amplo deste trabalho, no sentido de captar o esforço empreendido pelo Estado da Bahia para construir representações expositivas coerentes com os espetáculos nacionais e locais, que dessem conta de uma Bahia equiparada e atualizada aos destinos esperados pela República. O esforço demandou investimentos materiais e simbólicos vultosos, sobre os quais nos deteremos adiante.

Em termos de pesquisa, acompanhamento e desenvolvimento indagações apontadas no Mestrado, agora ampliadas no doutoramento. Procuro expandir as margens anteriores, não só porque se trata de outro momento histórico – o da Primeira República e de reordenamento do Estado –,

⁵ Em norma publicada para a exposição provincial baiana de 1872, era proibido o acesso de mulheres desacompanhadas e pessoas sem calçado no recinto das exposições (CUNHA, 2010).

bem como de uma ‘outra’ modernidade daquela projetada no Segundo Reinado. Como afirma Valdei Lopes de Araújo (2008), os conceitos sofrem processos de historização, modificam-se, afastam ou aproximam conteúdos e significados. Mesmo não sendo uma história dos conceitos o foco da pesquisa, o aviso de Araújo alerta para que se tenha atenção para a simultaneidade das transformações, ao que computo a força dos discursos que tanto produzem cenários quanto os modificam. Exposições do período republicano não são as mesmas do Império. Apesar da permanência de alguns elementos do que podemos identificar como núcleos duros das exposições, não são as mesmas as motivações, articulações, oportunidades, valores e virtudes ensejadas. Compor uma exposição em todos os seus elementos e mandá-la para o Rio de Janeiro implicou nas conjunturas sociais e econômicas em que se inseria o Estado da Bahia. Demandou investimentos materiais e humanos, ao que tudo indica, bastante onerosos, mesmo simbolicamente, para pleitear um lugar no Brasil moderno e pretensamente civilizado.

A documentação levantada compreende os catálogos e boletins elaborados para as exposições nacionais e baianas de 1908; as notas e relatórios dos trabalhos de organização publicados nos jornais entre 1907 e 1923; discursos e pronunciamentos publicados em Falas apresentadas à Assembleia Estadual nos anos de 1907, 1908, 1922 e 1923; revistas e Almanques que divulgaram os eventos nos anos das exposições; e fotografias e álbuns elaborados e distribuídos em órgãos públicos, localizados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e no Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Essas fontes são, na sua maioria, impressas, estando sob a guarda das seguintes instituições: Arquivo do Estado da Bahia (APB); Biblioteca Pública do Estado (BPEB); Arquivo Municipal de Salvador; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANR); Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN). Vale aqui trazer algumas considerações acerca da documentação pesquisada: enfrentamos problemas comuns à atividade de pesquisa que dizem respeito às formas de acesso, estado de conservação, falhas nas séries de jornais ou revistas⁶. Saliento que os fundos arquivísticos do

⁶ Na Bahia os arquivos (estadual e municipal) sofrem com as condições climáticas (muito úmido para qualquer acervo em papel). O sistema de remissivas aos documentos nem sempre facilita o acesso a eles. No período republicano, grande fundo documental, o número de secretarias, órgãos e inspetorias dilui a documentação e como as atribuições de cada secretaria e órgão do período são fluídas, cabe ao pesquisador a tarefa metódica de apreender a estrutura burocrática do período pesquisado e dar visibilidade à sua documentação. No arquivo municipal ainda está por organizar parte do acervo documental, fator que inibe a consulta. Na Biblioteca Pública do Estado (BPEB) localizamos os catálogos das exposições dos séculos XIX e XX, mas jornais do século XX estão, infelizmente, sem condições de consulta. As revistas, no geral, estão bem preservadas, mas apresentam lacunas nas séries. No Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), o arquivo de documentos e fotografias está organizado em pastas, classificadas pelo evento que deu origem. Nos Arquivo Nacional (AN) e Biblioteca Nacional (BN), no Rio de Janeiro, os documentos já estão classificados e inseridos em sistema digital que pode ser consultado remotamente. Entretanto, para cópias da documentação se faz necessário ir presencialmente. O acesso informa sobre origem, doação do documento e estado de conservação.

período da Primeira República (em comparação às fontes do período do Segundo Reinado) são menos abundantes nas instituições baianas, mais escassos e difíceis de localizar, uma vez que diluídos em secretarias, órgãos e entidades. Para manter o rigor da pesquisa foi necessário fazer cruzamento entre as fontes, respeitando sua natureza específica, observando e pontuando que cada exposição gerou diferentes tipos de registro, em suportes diversificados, não sendo possível construir nossa análise de forma quantitativa ou seriada. A documentação foi lida e analisada caso a caso.

Na reconstrução dos eventos expositivos a revisão da historiografia sobre o tema revelou algumas diferenças daquelas levantadas para as exposições provinciais da Bahia. Para o estudo das Exposições na República percebeu-se que as obras gerais sobre as exposições ainda são raras, tanto nos eventos internacionais como nos brasileiros. Embora as exposições nacionais de 1908 e 1922 sejam bem documentadas, a participação dos estados na composição dos espaços de exposições e na elaboração dos discursos requer que mais estudiosos se debrucem sobre elas. Ainda há muito a explorar e discutir sobre as exposições estaduais. Considero as Exposições organizadas a partir de 1862, no Brasil Império, até a de 1922, no Brasil Republicano, e a de 1923 no Estado da Bahia acontecimentos essenciais para a compreensão da cultura brasileira e dos projetos de modernidade amplamente debatidos à época dos certames.

Para a compreensão geral das exposições ao longo do tempo, o trabalho de Brigitte Schroeder-Gudehus e Anne Rasmussen (1992) contribuiu pela síntese que apresenta sobre as maiores exposições internacionais ou universais, desde 1851 até 1992, em vários países da Europa e nos Estados Unidos da América. No total, 29 exposições foram contempladas na pesquisa empreendida pelas autoras, privilegiando a documentação oficial emanada dos países organizadores. Conquanto destaquem a natureza lacunar da documentação impressa e manuscrita, gerada por estruturas burocráticas diferentes – questão encontrada em nosso estudo –, as autoras realizam comparações, completando as informações em cruzamento com a documentação secundária. Elas também sintetizaram e sistematizaram os dados levantados, dividindo a análise por ordem interna (história das classificações) e ordem externa (história da regulamentação internacional). Schroeder-Gudehus e Rasmussen acentuam que a nação é sempre o principal ponto de referência das exposições, nutrindo continuamente o prestígio nacional; assim, a organização de uma exposição não se fez sem alusão ao nacionalismo. As exposições punham em cena o desempenho industrial da nação tal como *performance* – como dito anteriormente –, ao modo de encenação, mas sem deixar de demonstrar, igualmente, as

razões da confiança que se pode tirar de sua história, de sua cultura, da beleza de suas paisagens. As autoras captaram os mecanismos de defesa das imagens nacionais e, além disso, apontam a paulatina profissionalização dos organizadores, consolidando uma verdadeira indústria das exposições e um setor econômico digno de atenção.

Algumas das principais características e credos das exposições apontados pelas autoras são:

- A consideração de que as exposições são produções culturais autônomas, aconteceram por condições históricas específicas e se mantiveram por mais de um século, reinventando a linguagem refletindo sobre o contexto social, político e econômico;
- A manutenção das motivações comerciais fundadas sob sistemas industriais levando à competição pelo mercado. As exposições continuaram efetuando o atrativo comercial e impulsionaram setores inteiros de economias nacionais, incluindo o turismo;
- O credo educativo, a vocação universalista, a instrução cívica e pedagogia higienista dirigida ao pai da família;
- A demonstração de máquinas em movimento para o trabalhador e a excelência dos serviços públicos para o cidadão comum;
- O desejo de conquistar todos os públicos da sociedade industrial;
- A validação obtida por um prêmio na exposição, mesmo comprovando a qualidade do produto como possível (e desejável), não garantia aumento nas vendas;
- Mudanças nas classificações dos produtos (com o desaparecimento de algumas categorias), seguindo a ampliação dos conhecimentos científicos, acompanhando a também ampliação dos horizontes dos envolvidos na organização dos eventos;
- Manutenção do discurso entusiasta sobre o valor das exposições. Comissários e demais envolvidos na organização não perdem de vista o aspecto de competição dos certames.

Quanto aos eventos nacionais a pesquisa historiográfica nos levou a teses, dissertações e artigos que tratam de aspectos específicos das exposições e que auxiliaram na análise da documentação da presente investigação.

Na abordagem de Paulo Mesquita Santos (2009) sobre Minas Gerais e a participação nas Exposições Universais de 1862 a 1911 observa-se as exposições sob o viés de grandes praças comerciais e espaço privilegiado de trocas técnicas. A pesquisa de Santos contempla as publicações especializadas em mineração: *Revista Industrial de Minas Gerais* e a *Brazilian Engineering and Mining Review*, que estavam envolvidas na coleta dos materiais e organização dos eventos. O trabalho extenso e criterioso do autor é fundamental para o entendimento da profissionalização do processo expositivo e o dimensionamento da influência das exposições para o comércio internacional e a ampliação do mercado consumidor brasileiro, além de relacionar instituições de pesquisa e ensino, professores e intelectuais no estudo das riquezas minerais e desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Uma das autoras que se tornou referência obrigatória no estudo das Exposições Nacionais, citada anteriormente, Margarida de Souza Neves (1986) centra seu olhar nos discursos sobre o progresso nas exposições a partir da primeira participação brasileira em 1862 até a Exposição Nacional de 1922. Sua análise salienta os eventos preparatórios do Rio de Janeiro, durante o Segundo Reinado, e as duas exposições nacionais de 1908 e 1922. O argumento da autora se constrói a partir das dualidades e contradições dos eventos ante o contexto de elaboração, da oposição entre real e o ideal, e das aparentes ‘arenas pacíficas’ que, entretanto, se constituíam espaços de competição entre nações e justificadoras do colonialismo. Margarida Neves trabalha com o jogo de oposições nas exposições nacionais: atraso colonial x progresso; arena pacífica x colonialismo; atraso x modernidade. Oposições construídas e manipuladas pelos organizadores para que o repertório de imagens e discursos elaborados obtivesse sucesso e relevância na representação do Brasil em suas fronteiras e no exterior.

Em artigo para a revista *Fênix*, Alda Heizer (2007) apresenta a seleção de espécimes da flora do Jardim Botânico para a Exposição Nacional de 1908, escolha do naturalista João Barbosa Rodrigues, que conduziu os trabalhos de organização. A riqueza do Jardim Botânico, além dos exemplares da flora nacional, incluía publicações próprias - *Contributions du Jardin Botanique de Rio de Janeiro*; um álbum ilustrado e histórico; e um catálogo/relatório da Exposição Nacional de 1908 de enumeração, classificação e apreciação de plantas apresentadas pelo Jardim (HEIZER, 2007, p.9-10). Considero interessantes as informações sobre a participação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro por apresentar um instituto de pesquisa dedicado ao fomento das ciências naturais no Brasil e mais uma das vitrines que promoveram o país como terra fértil, pródiga em novas oportunidades de negócios, além de espaço de produção científica relevante.

Em artigo para a Revista *Arqtexto*, vinculada ao programa de pós-graduação em arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Margareth Pereira (2006) elabora um panorama sobre a Exposição Nacional de 1908, discorrendo sobre o planejamento do certame desde a escolha do local, a construção dos pavilhões e a festa propriamente dita. Antes de apresentar a exposição nacional, conta-se com resumo das Exposições Universais e a participação brasileira. A autora esclarece que a exposição era uma tentativa de síntese da história do Brasil nos cem anos decorridos da Abertura dos Portos às Nações Amigas. O texto também apresenta ao leitor belas imagens dos edifícios e espaços expositivos, dando a noção da grandiosidade da festa nacional.

No texto sobre os artigos de Olavo Bilac e [Paulo Barreto]João do Rio para a Exposição de 1908, Luiza Helena Mariani (2010) nos oferece um recorte muito raro nos estudos brasileiros sobre as exposições, colocando-nos em contato com interlocutores do evento. O ensaio expõe o entendimento de Olavo Bilac e Paulo Barreto da exposição tendo como ponto de partida textos publicados na *Gazeta de Notícias* e no *Jornal da Exposição*. Tal perspectiva nos possibilita entender o que o público consideraria atrativo na festa nacional, um vislumbre da vida cultural no Distrito Federal, além de valores e crenças engendradas pela exposição.

Luiz Guilherme Goldberg (2006) estuda os concertos apresentados na Exposição Nacional de 1908 como parte das ações para implantar a modernidade cultural no Brasil através da música. Os eventos musicais tiveram grande destaque na Exposição, compondo-se de operetas, concertos de música clássica e concursos de bandas. Os programas dos concertos foram elaborados para explicar todos os repertórios e aproximar a música clássica do público. Ao todo, ocorreram 26 concertos entre 13 de agosto e 10 de outubro de 1908, com apresentação majoritária de peças de compositores franceses e alemães, seguidos de brasileiros, russos, eslavos e um nórdico e um italiano. Não era exatamente a modernidade na música, mas a tentativa de sofisticar o gosto do público da exposição. Uma evidência de que a modernidade tão ambicionada passa pela reprodução e adoção de elementos importados e que a música popular não representava a cultura brasileira a se retratar.

Na obra *A Nação faz Cem anos*, Marly da Silva Motta (1992), considerando o país uma comunidade imaginada, seguindo as formulações de Benedict Anderson, trabalha com a elaboração dos conceitos de Pátria e Nação e o estabelecimento do dia 07 de setembro como lugar de memória nacional, marco da fundação de uma nação moderna, sendo a Exposição Internacional do Centenário em 1922 a materialização desse projeto. A autora foca nos elos do pensamento político brasileiro com as matrizes francesas e inglesas, com o pensamento

iluminista e ou burguês. Sua análise sobre o estabelecimento dos símbolos elege a oposição criada entre Rio de Janeiro e São Paulo, com a imagem paulista de prosperidade e força tomando a posição de principal estado da federação. Posição legitimada, segundo nos revela, pelos intelectuais envolvidos na Semana de Arte Moderna. Segue na argumentação o raciocínio articulado entre reflexões sobre as raízes e motivações envolvidas na questão da modernidade brasileira, como o projeto foi sendo pensado e quais os elementos o constituíam. Para além da descrição do evento, o texto aborda as ideias centrais e apresenta uma contribuição importante para o entendimento da Exposição do Centenário de 1922.

As Exposições aqui contempladas (1909, 1922 e 1923) também serviam como locais de debates e de congressos científicos, e uma das discussões mais constantes se debruçava sobre a raça brasileira, um debate que passava sobre a composição étnica do país e sua viabilidade. Swen Schuster (2013) remete-se às conferências acadêmicas que ocorreram na Exposição de 1922 e a peleja sobre os conceitos de raça e nação. Ainda que o tema não fosse novidade, tinha características próprias. Segundo o autor, o Rio de Janeiro da *Belle Époque* assemelhava-se a uma reprodução malfeita da Europa, em sua obsessão nacional de negar a si mesma, demonstrando as vozes dissonantes dos espetáculos das exposições e do poder político concentrado nas mãos das oligarquias. Os congressos que aconteceram no Rio de Janeiro em 1922 foram espaços transnacionais, com rico intercâmbio entre acadêmicos latino-americanos, europeus e norte-americanos. Havia pesquisadores e eruditos que ainda defendiam teorias na tradição do 'racismo científico' do século XIX, os que adotavam o conceito biológico de raça e os que o recusaram e optaram pelo enfoque culturalista na tentativa de explicar as causas históricas do subdesenvolvimento brasileiro. A higiene também foi destaque da Exposição do Centenário, com a divulgação de campanhas contra a tuberculose e doenças venéreas. Um ano depois da Exposição foi fundada a Liga Brasileira de Higiene Mental, no Rio de Janeiro, direta consequência da importância que a eugenia alcançou no evento (SCHUSTER, 2013, p.3-4).

Em uma abordagem sobre o imaginário, Beatriz Jaguaribe (2011) correlaciona as grandes intervenções efetuadas na cidade do Rio de Janeiro para a Exposição Internacional de 1922 e as da Olimpíadas de 2016. Dois eventos internacionais que revelam os desejos por uma cidade ideal, espetáculos da modernidade e imaginários midiáticos. A autora nomina os repertórios elaborados para os eventos de *branding urbano*, ou seja, uma invenção deliberada, conjunta, entre autoridades administrativas e políticas, empresários, arquitetos, urbanistas e agências de publicidade. As estratégias de *branding* são autoconscientes, instrumentais e pragmáticas, porque a dimensão criativa está a serviço do incremento lucrativo e pode reciclar

repertórios culturais prévios, domesticando-os como locais pitorescos. O crucial no processo de *branding* é vender uma imagem da cidade para angariar recursos (JAGUARIBE, 2011, p.328-331). As considerações de Beatriz Jaguaribe permitem perceber a exposição na condição de projeto coletivo, envolvendo entidades públicas e particulares para a elaboração de uma imagem positiva com fins de lucro. Um ponto que muitas vezes fica oculto pelas análises que priorizam os discursos, sem entender que ideologia, lucro, fomento econômico e prestígio social estão imbricados e não podem ser vistos separadamente sem prejuízo da análise das exposições.

Como objetivo principal de sua dissertação, Thaís Rezende propõe resgatar e ratificar a importância da Exposição Internacional comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, na constituição do espaço da modernidade brasileira dos anos 20. Para tanto, Rezende estuda a exposição desde seu planejamento até a abertura e transcorrer do evento, as motivações modernistas dos planejadores, a participação da imprensa na construção da imagem da capital e as contradições inerentes à ocorrência de uma comemoração cívica que não reflete a realidade da cidade. A autora mergulha em muitos aspectos formativos da exposição e apresenta um panorama amplo da festa e da cidade do Rio de Janeiro na década de 20, abordando os valores, padrões e ideais tidos como meios para a civilização, progresso e consolidação do nacional (REZENDE, 2008, p.150).

Eduardo Moretin (2011) trabalha com o cinema na Exposição de 1922 e com a relação entre o entretenimento e o Estado na verdadeira construção de uma imagem para o país, com vistas à comunidade interna e internacional. Desde a Exposição de Paris, em 1900, o cinema entrou no rol de atrações dos eventos expositivos. Moretin nos conta que os organizadores da exposição de 1922 contrataram a empresa de Divulgação e Propaganda Mundial, de propriedade de Antônio Leal, para criar propagandas do evento⁷. Entre 15 de novembro de 1921 e 15 de fevereiro de 1922, Leal recebeu 60 contos de réis (60:000#000). A prorrogação do contrato custaria à Comissão 15 contos (15:000#000) por mês. Ficou estabelecida a isenção de pagamento das taxas de importação dos negativos e de todo o material químico necessário à revelação, porém, a vigência da medida foi curta, durando apenas enquanto a Exposição esteve aberta. Na divulgação do evento seriam cobertas de 394 a

⁷ A preocupação com a divulgação da Exposição levou à contratação de uma empresa para a elaboração de pequenas chamadas, caso da elaboração de mensagens escritas para divulgação dos Bônus da Independência, loteria criada para auxiliar no financiamento da Exposição. Essas legendas tinham o formato de letreiros para serem projetados nas telas dos cinemas da cidade antes ou depois dos longas-metragens. Para esta tarefa todas as empresas sediadas no Rio de Janeiro se colocaram à disposição: a *Carioca Film*, de Alberto Botelho; a *Botelho Film*, de Paulino Botelho e José Alves Netto; *Empresa carioca de Reclames Animados* e *Famous Players- Lasky Corporation*, representada por José Ribeiro Guimarães (MORETTIN, 2011, p.139-140).

900 salas de exibição, de acordo com a documentação levantada pelo autor. Segundo estimativas, 90% dos cinemas nacionais veicularam os letreiros. Os filmes exibidos na Exposição e nas salas de cinema contratadas eram produções sob a encomenda da comissão organizadora e por particulares, aproveitando produções já terminadas sobre a história ou geografia do país. Em alguns dias da semana a exibição era gratuita no recinto da Exposição. Uma das películas de maior destaque: *No país das amazonas* de Silvino Santos, mostrava a batalha cotidiana do homem na extração da borracha e da castanha, além do escoamento desses produtos. Curiosamente foi um filme financiado por empresários amazonenses, sem a participação da comissão. A pesquisa de Morettin aponta o uso de um meio de comunicação de massa para espalhar pelo país os ideais da Exposição do Centenário de 1922. Em uma iniciativa inédita do Estado brasileiro, filmes sobre a natureza, cultura e produção econômica foram exibidos massivamente nos cinemas demonstrando que, para os organizadores da exposição, era importante ultrapassar os limites do Rio de Janeiro e mostrar o país que desejavam ao resto dos brasileiros.

Sobre a Exposição de 1923, ocorrida apenas no Estado da Bahia, a chamada Exposição da Verdadeira Emancipação, temos poucas referências diretas. A exposição estadual na historiografia ficou inserida nos estudos sobre o Centenário do Dois de Julho. Contudo, o levantamento documental aponta que foi organizada no âmbito das comemorações da Independência da Bahia como contraponto ao Sete de Setembro e à Exposição Internacional do Centenário da Independência. Os organizadores das comemorações baianas pleiteavam a centralidade do Dois de Julho de 1823 como marco consolidador da independência nacional, data que necessitava ser lembrada, celebrada e devidamente colocada em lugar de destaque no Panteão Cívico do Brasil.

A primeira referência às comemorações do Dois de Julho e relevância para a cultura popular baiana é o trabalho *Civismo Festivo na Bahia: as comemorações públicas do Dois de Julho*, de Wlamyra Ribeiro de Albuquerque (1997). A autora considera a festa um momento de reelaboração cultural em que a população a ressignifica e reivindica sua posse, atribuindo seus próprios símbolos, independentemente do desejo das elites políticas e intelectuais. Um trabalho importante para compreender as motivações da festa e os atrativos para a participação popular na Bahia.

Sobre a participação popular nas lutas pela independência na Bahia, Sérgio Guerra Filho (2004) analisa a participação do ‘povo’ na Guerra de Independência ocorrida na Bahia entre junho de 1822 e julho de 1823. O conflito almejava a expulsão das tropas portuguesas do país, estacionadas em Salvador desde fevereiro de 1822. Além do aspecto militar e

anticolonial do conflito, as tensões entre as diferentes classes sociais nele envolvidas são importantes alvos da investigação do autor. Um dos pontos importantes é a questão do Outro na designação de ‘povo’, perguntando-se quem seria esta entidade citada nos jornais, na documentação primária e como e por quais motivações aderira à participação na luta. O que Sérgio Guerra Filho nos oferece é mais um elemento na compreensão da relevância do Dois de Julho para a cultura popular e as apropriações feitas pela população que torna a celebração cívica a mais relevante do calendário baiano, até os dias de hoje comemorada.

Um dos argumentos utilizados na justificação da celebração do centenário do Dois de Julho e da necessidade de uma Exposição é a centralidade do evento na libertação política brasileira, e o entendimento de que este marco foi desvalorizado na medida em que a Bahia perdeu relevância política.

À medida que a pesquisa avançava, a leitura e análise da documentação lida, lado a lado com a bibliografia, suscitaram possibilidades interpretativas. Capturou-se as permanências e as rupturas dentro da linha temporal desse tipo de evento. Como exemplo, a grandiosidade e amplidão dos espaços que ficam disponibilizados e ordenados para abrigar os pavilhões. A exposição nacional de 1908 é exemplo da grandiosidade aplicada em terras brasileiras. A forma/edição e conteúdo dos catálogos expositivos mantêm as descrições do país e dos estados a que fazem referência, com informações e estatísticas sobre meio ambiente, população e economia, passando por fauna, flora, clima, em textos visando mostrar as potencialidades econômicas do lugar e incentivar investidores e imigrantes. A modernidade como discurso e prática pedagógica das massas foi aplicada a inúmeros setores da vida social (o divertimento, educação, saúde pública, higiene), e se reproduziu no Brasil e na Bahia, passando a determinar mudanças na paisagem. Inovações e técnicas de produção tornam-se conhecidas e intercambiadas nas exposições, que se apresentam como oportunidades para construir novas relações comerciais, ampliar mercados consumidores e até mesmo moldar novos comportamentos de convívio com o outro e com a cidade.

Optei, na divisão dos capítulos da tese, abordar os eventos de acordo com temas e motivações bem particulares, em lugar de analisar as exposições separadamente. Parte, em razão das condições da documentação anteriormente comentada. Sem a simetria documental equitativa de uma exposição para outra, e mais a distinta tipologia documental, a estrutura temática nos pareceu a mais explicativa e esclarecedora para abordá-las uma vez que as mostras nacionais se encontram separadas no tempo (de 1908 a 1922, quatorze anos), e a de 1923 centrada na Bahia. Cada celebração teve objetivos distintos e as apresentações foram bastante singulares.

A Exposição de 1908, por ser um evento nacional e preparatório para a Exposição Internacional de Bruxelas, focalizou a apresentação dos estados brasileiros. Cada estado que tivesse receita e interesse para construir um pavilhão o fez: Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina deram materialidade à sua cultura, sua produção intelectual, econômica e artística. Na pesquisa de informações sobre a representação da Bahia no evento, de longe 1908 é a mais bem documentada. Tanto os arquivos do Rio de Janeiro (Museu Nacional e a Biblioteca Nacional) quanto os arquivos baianos (Biblioteca do Estado, Arquivo Público da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico da Bahia) guardam documentos que permitem uma visão detalhada do planejamento da exposição baiana: gastos, contratos, ornamentações do pavilhão etc. Também essa é a exposição em que a Bahia construiu elementos grandiosos para sua participação: o pavilhão, a publicação, todo o conjunto de arte na decoração do edifício.

A designação de exposição *internacional* pressupõe maior abrangência do evento do que as exposições domésticas, ultrapassando as fronteiras nacionais, com a participação de nações convidadas. Na Exposição de 1922 os países convidados construíram seus pavilhões, em virtude disso as representações estaduais contaram com menos disponibilidade no espaço expositivo. Apenas o Distrito Federal construiu pavilhão. Os estados dividiram a área do Palácio dos Estados para expor seus acervos. A Bahia participou integrando os Estados e dela dispomos de fotografias, notas de jornais e documentos da administração pública. Diferentemente da Exposição de 1908, não foi localizado um catálogo ou publicação específica sobre a representação baiana. As fotografias são o destaque desta exposição, apresentam os produtos ordenados, identificados, com textos e tabelas informativas, as vitrines de produtores elaboradas para dar visibilidade e atrair olhares.

A última exposição contemplada na tese, a baiana de 1923, está incluída nas comemorações do Centenário da Independência da Bahia, como assinalado, sendo um dos eventos de destaque das festividades cívicas. Sobre essa exposição dispomos de notas de jornais, falas do governador e fotografias de vitrines. Das três exposições, é nessa que os organizadores reivindicam a retomada de posição do estado, posição política e econômica que consideravam perdida, justificando, para tal, que a Bahia havia consolidado a independência brasileira e que esse fato, tão importante, era ignorado.

O primeiro Capítulo, intitulado, *A Bahia, as crises e as festas – de bolsos vazios no magnífico espetáculo da modernidade*, contextualiza o estado nos primeiros anos do regime republicano, com foco na capital baiana e nas mudanças impostas pelo novo regime político, no traçado da cidade e nas propostas de intervenção junto à população. Os interlocutores são

principalmente os historiadores que se dedicaram a estudar o projeto de modernidade republicano aplicado à Bahia sob os vieses do urbanismo, das tentativas de intervenção no comportamento da população e as novas formas de socialização que chegaram a Salvador (FONTES, 1982; LEAL, 1995; LEITE, 1996; FONSECA, 2000; CASTELUCCI, 2001; LIMA, 2003; UZEDA, 2006; TRINCHÃO 2010). Apresento e discuto as contradições identificadas entre a representação construída nas exposições e a realidade do estado: as crises de abastecimento; a capital e seus problemas estruturais, como transporte e iluminação pública; a população das categorias mais baixas, encarada pelas autoridades como problema a ser resolvido e entrave aos projetos modernizantes. Discorro, igualmente, sobre a consolidação da forma exposição e a utilização desse tipo de *performance* para elaborar a imagem moderna e, deste ponto, introduzo a contraposição entre os setores econômicos e grupos sociais envolvidos na organização das exposições, assim como os excluídos e indesejados ao espetáculo.

O Capítulo 2, *Narrativas, textos e imagens da Bahia em Exposição*, se desenvolve através das publicações preparadas para apresentar a Bahia em 1908 e as narrativas e imagens construídas para tanto. A publicação *Exposição Nacional de 1908 - notícias e informações: estado da Bahia* apresenta descrições e informes sobre o estado baiano, sublinhando aqueles aspectos mais interessantes para mostrar a organização estatal, a evolução social e o comprometimento com a modernização do país, uma ambição geral dos organizadores, produtores e demais envolvidos nas exposições. Procuro analisar o uso das estatísticas como recurso informativo e as promessas presentes nas elaborações textuais e não textuais. Além da publicação baiana, os catálogos de São Paulo e a publicação nacional para a mesma exposição são abordados como contrapontos ao Estado da Bahia, o que traz elementos para identificar as escolhas narrativas refletindo a adequação às pretensões de divulgação do estado propagandeado.

O Capítulo 3 - *Os espaços materiais de exposição: o Pavilhão Baiano em 1908* – dedica-se aos espaços expositivos, vitrines e pavilhão construídos para representar a Bahia na Exposição de 1908. A edificação, a localização no espaço nacional da Exposição, a estrutura, a equipe contratada e os gastos constituem o que considero a narrativa histórica sobre a Bahia. Na escolha da arquitetura e, principalmente, na decoração do pavilhão, aspectos da história oficial foram validados e outros ignorados pelos articuladores da participação baiana. Nessas escolhas e ocultações reside a opção tomada de forma consciente e que reflete as faces do projeto unilateral de uma modernidade que se pode dizer aplicada, corporificada.

No capítulo quatro - *Produtos e representações da Bahia: imigração, agricultura e propaganda estatal nas exposições baianas* - incorporo a análise das fotografias elaboradas, portanto, preparadas para as exposições de 1908, 1922 e 1923. As fotografias na Primeira República e, em particular nesses eventos, tiveram um alcance maior que o simples registro dos espaços, pois além de evidências da grandiosidade, tornando-os visíveis, fornecem o talhe sobre “o espírito do tempo” (WAGNER, 2014, p.21-29), apontando para certa aura que os cercaram e que foram determinantes para as adesões tão dedicadas de indivíduos e do poder público para realizá-las.

Nas Considerações Finais entrelaço as imbricações entre os elementos constitutivos das exposições baianas na Primeira República: os acervos, publicações, o Pavilhão Baiano e as fotografias das exposições de 1908, 1922 e 1923. Esses elementos constituíram o que convencionamos designar de narrativa histórica, cívica e factual dessas exposições, elaborando uma epopeia sobre a Bahia, sua história e viabilidade social e econômica, desde que respeitadas algumas condições, como: imigração estrangeira, eliminação através da mestiçagem de negros, recepção de capitais estrangeiros e mudança no comportamento social.

Capítulo 1 – A Bahia, as crises e as festas – de bolsos vazios no magnífico espetáculo da modernidade

1.1 A Bahia se prepara para as celebrações da Modernidade Republicana – antecedentes e primeiros passos

Hoje é um paiz imenso, aberto ao comércio mundial, vibrante de vida, de cidades florescentes e algumas assaz importantes, tendo como bella capital uma das grandes cidades do orbe, e vivendo sob um regimen de liberdade e de democracia.

O ciclo atravessado entre o ano 1500 e o de 1908, representa uma história que se não mostrou sempre felizes páginas, apresenta, sob o atual regimen, um notável aspecto de vida, de energia e de progresso (A Bahia, domingo, 3 de maio de 1908).

No Brasil, as exposições do período republicano se iniciaram em 1894 e 1895 com um evento dedicado à mineração e metalurgia; o Estado de Minas Gerais foi o único a representar o país em Santiago do Chile. Em 1900, ocorreu a comemoração no Distrito Federal, com a Exposição Artística Industrial Fluminense celebrando o quarto centenário do descobrimento do Brasil, descrita pelo redator do catálogo, Comendador Múcio Teixeira, em palavras que exaltavam a inscrição na tradição das Exposições Internacionais da Europa e da América (NEVES, 1986, p.18 e 49). No ano de 1901 realizou-se a exposição Pan-Americana dos EUA, ocorrida em Nova York, com destaque novamente para Minas Gerais e suas riquezas minerais. Três anos depois, em 1904, foi a vez da Exposição Universal de Saint-Louis, com a finalidade de comemorar a compra do território da Louisiana pelos EUA, ficando a participação brasileira a cargo, novamente, de Minas Gerais apenas (SANTOS, 2009, p.96; p.145/161). Observa-se que a participação dos estados variava conforme o tipo da exposição e os interesses que despertavam, apesar das exposições desfrutarem de posição de destaque em

eventos internacionais e tornarem-se acontecimentos comuns, no exterior como no Brasil, promovendo o comércio e os intercâmbios científicos e técnicos.

A Exposição de 1908, comemorativa da Abertura dos Portos às Nações Amigas, realizada no Rio de Janeiro, foi oficialmente inaugurada no dia 11 de agosto, com grande festa, mas esteve aberta ao público desde o dia 28 de janeiro, estendendo-se até 15 de novembro (HEIZER, 2007, p.3). Em 1908, o Brasil comemorou não somente a abertura dos portos, mas sua entrada como agente partícipe da economia capitalista internacional. O evento foi destaque nos jornais, celebrado como festa da nacionalidade brasileira e oportunidade para mostrar o país moderno e civilizado a brasileiros e estrangeiros.

A primeira providência para concretizar uma exposição nacional é a constituição de uma comissão de organização encarregada de elaborar o certame e fiscalizar os trabalhos de construção dos pavilhões, a recepção dos acervos e a convocação dos estados e dos produtores. Para a exposição de 1908, os convidados a integrar a organização eram pessoas com prestígio social e poder econômico e intelectuais de diversas áreas. Ligados estruturalmente ao poder público através do funcionalismo, essas pessoas assumiram, em tom entusiástico, a tarefa de auxiliar na organização do espetáculo, participando voluntariamente de todas as etapas de elaboração, garantindo um lugar de destaque e prestígio neste que era um grande evento social. Participantes dos círculos políticos, médicos, engenheiros, ministros de estado, indivíduos entendidos como capazes e detentores do conhecimento científico necessário às complexas tarefas que envolviam a realização de uma exposição nacional.

No Distrito Federal foi organizada a Comissão da Exposição Nacional, a primeira e principal comissão da festa, composta pelos Dr. Antonio Olyntho⁸ (presidente); General Thaumaturgo de Azevedo (1º vice-presidente); Dr. Getúlio das Neves (2º vice-presidente); Dr. Pádua de Rezende (3º vice-presidente); Conde Candido Mendes⁹ (secretário geral). Tratava-se de quadros pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de escritores, políticos e, de modo geral, pessoas com livre trânsito nas esferas de poder político e econômico, encarregados de elaborar a exposição e dar forma à imagem moderna do país.

⁸ Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, nascido em Minas Gerais em 15 de novembro de 1860. Obteve o diploma de engenheiro de minas pela escola de Ouro Preto. Foi governador interino pelo estado de Minas Gerais na inauguração da República; eleito membro da constituinte, da primeira e segunda legislaturas federais, foi ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Prudente de Moraes e membro da sociedade Astronômica da França, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Politécnico Brasileiro. Proprietário e redator do jornal do *Estado de Minas*. (BLAKE, Sacramento. Dicionario Bibliografico Brasileiro. vol.5, p.493-494).

⁹ Cândido Mendes de Almeida Filho foi diplomata, jurista, professor e o primeiro Conde de Mendes de Almeida. Retirado em 21.11.2017 <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALMEIDA,%20Fernando%20Mendes%20de.pdf>. Acesso em 20.01.2018

A Comissão iniciava os trabalhos de organização envolvendo a distribuição dos créditos, a escolha do espaço para abrigar o evento, o planejamento e obras de adequação do local, contratação de especialistas para a construção dos pavilhões e a disposição dos acervos nos espaços, seleção dos produtos, a elaboração dos catálogos expositivos e das fotografias. Enfim, uma enorme quantidade de tarefas a executar e delegar em prol do espetáculo nacional.

Os estados recebiam o convite-convocação da Comissão Nacional e se apresentavam para colaborar. Cada um organizava a comissão local encarregada de planejar sua própria mostra, destinava as verbas necessárias, estabelecia os convênios e contratos para os profissionais e empresas que executariam o pavilhão e as vitrines, e conclamavam ainda as cidades para colaborar com bens os mais diversos. A realização da exposição nacional se apoiava em uma estrutura de funil invertido – das cidades e a partir delas para a seleção estadual que filtrava, classificava e enviava os resultados para o evento nacional. Os estados mais citados pela bibliografia e documentação pesquisada em exposições desde o século XIX foram: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia¹⁰.

Afim de proporcionar a maior visibilidade possível a todas as etapas e providências, juntamente com a divulgação oficial em jornais e demais periódicos, revistas e boletins divulgavam constantes avisos sobre a exposição, com os cronogramas de execução, os postos de recebimento dos bens enviados, além de dar publicidade às motivações políticas e econômicas.

Os candidatos a expositores podiam apresentar produtos manufaturados, matérias-primas, inventos e obras de arte, ou quaisquer objetos que considerassem relevantes e contivessem evidências de evolução técnica, criatividade e beleza. Os critérios de seleção e relevância dos produtos eram determinados pela Comissão Nacional, que estabelecia os regulamentos. As diretrizes então eram dirigidas às comissões estaduais, com o que a exposição se propunha a apresentar. Mas, entre o discurso dos organizadores e o resultado apresentado havia os contextos particulares de cada pretendente a expositor, o filtro particular, as motivações e a receptividade que o produto/objeto receberia no primeiro afunilamento dado pela exposição preparatória.

O trecho abaixo demonstra algumas aspirações importantes que a imprensa baiana atribuía àqueles que participavam diretamente das exposições e aos seus espectadores:

É grande para nós brasileiros a data de hoje.

¹⁰ Estamos considerando os levantamentos em bibliografia e a pesquisa em documentação primária desde a primeira participação do Brasil em Exposições Universais (CUNHA, 2010).

Há pouco mais de quatro séculos a terra em que progride um povo cheio de esperanças e já digno de convívio das nações cultas, era a floresta espessa, era uma região selvagem em que os aborígenes viviam nos princípios estadios da civilização humana.

Hoje é um paiz imenso, aberto ao comércio mundial, vibrante de vida, de cidades florescentes e algumas assaz importantes, tendo como bella capital uma das grandes cidades do orbe, e vivendo sob um regimen de liberdade e de democracia (Jornal A Bahia, 3 de maio de 1908).

A nação vista como entidade pública, uma comunidade política imaginada, limitada pelas fronteiras e soberana (ANDERSON, 2008, p.32) representava interesses de grupos sociais e econômicos específicos, ao promover uma exposição cujo objetivo, de acordo com o trecho transcrito, era ser “*digno do convívio das nações cultas e estar aberto ao comércio mundial*”. Cujas “*cidades florescentes*” viviam sob o regime da liberdade e democracia.

A realização das exposições se tornou relevante para transformar a imagem do país de floresta espessa e casa de aborígenes para a de nação moderna, civilizada e digna de conviver com a culta Europa. Era uma ambição que envolve o campo simbólico e o ultrapassa, pois, além de motivações ideológicas, deve-se considerar a sedução dos prováveis ganhos materiais e intercâmbios técnicos através da abertura de novos mercados e contatos entre produtores.

Mas, entrar nesse circuito das nações civilizadas, obter os ganhos simbólicos e materiais ambicionados com as exposições, tinha como condição precípua transformar a imagem do país. E para mudar a imagem de *Brasil Pitoresco*, associada ao país desde o período colonial, para a de “*Brasil moderno*”, o Estado criou o museu comercial com sede no Rio de Janeiro e filial em Paris. Maria Eliza Linhares Borges (2011, p.145-166) nos apresenta como surgiram os museus comerciais, começando no século XIX, pela iniciativa do curador e comissário geral da Exposição Universal de Paris de 1867, Sr. Frédéric Le Play. Em 1869 ele propôs, por meio do relatório sobre a Exposição, a criação de um museu comercial – e museus gerais – nos quais os produtos franceses pudessem ser expostos de maneira permanente, em uma modalidade de exposição menos espetacular e mais pragmática.

Sem abolir as exposições universais, mas ciente da natureza dispendiosa, dispersiva¹¹ e efêmera desses eventos, o museu comercial, ao contrário, seria um espaço de aprendizado permanente, no qual novos inventores e produtores teriam mais tempo e a oportunidade de, inspirados pelas invenções e produtos expostos, exercitar a observação metódica, produzir e reproduzir ou melhorar novos inventos e técnicas¹². A ideia se popularizou e, no Brasil, em

¹¹ Na sua interpretação sobre as Exposições Universais, Maria Eliza Linhares Borges as considera como eventos dispersivos, pois abrangiam temas muito diversificados em um único local. As exposições temáticas surgem como espaço específico.

¹² Os museus gerais teriam prédios maiores e se localizariam em zonas rurais e suburbanas próximas às capitais. Os museus comerciais contariam com menor estrutura e ocupariam salas em edifícios públicos. Teriam a função

1905, foi criado o Museu Comercial do Rio de Janeiro, empreendimento da Câmara de Comércio da capital, contando com o apoio do Estado já em 1906, através do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, encarregado de organizar a Exposição Nacional de 1908. Em 1907 foi criado em Paris o Serviço de Expansão e Propaganda do Brasil no Exterior, instalando no *Boulevard d'Italiens*, na capital francesa, uma réplica do Museu Comercial do Rio de Janeiro. Neste espaço produtos exportáveis nacionais eram expostos, publicações informativas sobre o país e fotografias estavam disponíveis para compra e consulta, além da organização de conferências, proferidas por cientistas e membros do corpo diplomático no exterior, visando informar o público leigo sobre a cultura brasileira (BORGES, 2011, p.161).

A existência do museu comercial brasileiro em Paris evidencia que os esforços para mudança de imagem do Brasil ultrapassaram as fronteiras nacionais, funcionando de maneira coordenada, sendo a exposição uma das faces desse empreendimento. Os museus comerciais fornecem mais um dado para o entendimento do que estava em jogo na disputa por visibilidade e por ampliação de mercado, justificando o volume dos investimentos e a grandiosidade do esforço para efetivar uma exposição nacional.

Não obstante o entusiasmo e a adesão com que contava a exposição nacional, problemas próprios decorrentes de um evento tão grandiosos eram inevitáveis. O primeiro deles: os créditos monetários disponíveis. Alguns dos estados tinham dificuldades econômicas que não permitiam vultosos investimentos financeiros, como no caso do Estado da Bahia que convivia com arrocho econômico e má arrecadação fiscal. A dificuldade financeira impunha limites. Alguns estados enviavam apenas os produtos, optando por armar vitrines com seus acervos, deixando de lado a construção de pavilhões ou o uso de elementos expositivos mais onerosos.

A Comissão Executiva Estadual contou com várias subvenções e decretos que estabeleciam investimentos monetários de vulto, considerando as dificuldades sociais, políticas e econômicas por que passava a Bahia. Dificuldades e escolhas que serão analisadas a seguir.

de incentivar o comércio interno, com coleções que priorizassem os produtos nacionais na concorrência com produtos importados. Além disso, era fundamental que os museus mantivessem salas com material etnográfico das colônias para instruir e atrair o público leigo, em especial os jovens nas sociedades das Américas, África e Ásia. A partir da ideia de Le Play alguns museus comerciais e gerais foram criados, como o *Musée Commerciaux* de Bruxelas, em 1882, e entre este ano e 1911 foram localizados pela pesquisa da autora 17 museus comerciais na Europa, um nos EUA, um no Canadá, um no Japão e sete na América Latina. Quanto à França, foram criados muitos museus que não saíram do papel ou não renovaram suas coleções (BORGES, 2011, p.152/155).

1.2 A Bahia no contexto de elaboração das exposições republicanas: educação, serviços públicos e meio laboral na Salvador da Primeira República

Em 16 de março de 1908 o jornal *A Bahia* publicava a seguinte nota:

Não é a pompa do nosso pavilhão que vae figurar com brilho ao lado dos de S. Paulo, Minas e Rio Grande do Sul e que fará levantar ainda mais o nível de progresso e a fama das riquezas da Bahia; muito mais do que isto chamará sobre nós as atenções do paiz o numero avultado de concurrentes e a vastíssima variedade dos productos bahianos na soberba manifestação de nossa actividade de povo industrial e comerciante apesar de essencialmente agricultor.

Algumas informações importantes merecem ser pontuadas no trecho acima. O objetivo do pavilhão expositivo, além da pompa do edifício e da rica variedade de objetos era a de elevar a *fama das riquezas* do estado, exibir o progresso através da diversidade dos produtos baianos. As atividades industriais e comerciais baianas deveriam ser ressaltadas na exposição nacional, a despeito de o estado ser ainda *essencialmente agricultor*. Comércio, agricultura e indústria eram compreendidos como atividades que não se comunicavam e não se interferiam mutuamente, em interpretação dualista que sempre emerge da documentação, simplificando, de certo modo, a História e as necessidades do Brasil e de sua população. A construção classificatória das atividades econômicas situava as atividades agrícolas e extrativas no arcaísmo, enquanto as comerciais e industriais vinculavam-se à modernidade.

A agricultura, apesar de largamente presente na exposição, precisava ser valorizada por meio da técnica e da inovação. Sem isso, remetia a um passado retrógrado, escravista, constrangedor. A noção de hierarquia valorativa, que menosprezava os produtos da lavoura e incensava a produção do comércio e da indústria, permeava toda a exposição, sustentando o conteúdo elaborado e aplicado nas exposições republicanas na elaboração de imagens que remetiam à riqueza material e à capacidade produtiva.

Como exemplo da pretensão de inovação técnica, podemos citar a Lei n.703, de 21 de setembro de 1906, promulgada no mesmo dia de uma outra lei, que abria os créditos para a exposição baiana e representação do estado na exposição nacional de 1908. A norma autorizava o governo a conceder prêmios aos agricultores do estado que se dedicassem ao plantio e beneficiamento do algodoeiro, beneque, caroá ou qualquer outra planta têxtil de reconhecida utilidade¹³. Os incentivos vinham na forma de premiações em dinheiro para

¹³ Eram os seguintes os prêmios e incentivos: a) 5 prêmios de 5 contos de réis, cada, para os 5 primeiros lavradores que provarem ter plantado uma área inferior a 100 hectares de algodoeiro, beneficiando-o em maquinismos próprios, de sorte a fazer um aproveitamento completo de suas qualidades fibrosas e equivalentes a um mínimo de 80% de suas qualidades oleaginosas; b) 10 prêmios de 2 contos de réis cada, para os 10 primeiros lavradores de algodão que provarem ter cultivado uma área superficial igual a da letra a, e beneficiado em

inovações nas técnicas de plantio que resultassem em maior produtividade das lavouras¹⁴. Os prêmios seriam concedidos apenas aos produtores que provassem ter criado a nova técnica com maquinário próprio.

As iniciativas associadas à exposição e ao museu comercial mostram que havia uma conjunção de providências, em vários campos, para permitir que o Brasil apresentasse produtividade e competitividade no mercado externo. E, para ser competitivo recebendo capitais, era necessário mudar a imagem. Objetivos imbricados que justificavam os investimentos.

Segundo as fontes consultadas, a Bahia começou a organizar a participação na Exposição da Abertura dos Portos de 1908 dois anos antes dessa data, em 1906. O capital que o estado investiu nessa exposição, de acordo com a documentação, varia de 10 a 400¹⁵ contos de réis cada subvenção. Quantias expressivas, se considerarmos as crises cíclicas pelas quais passava o estado, apontadas nos relatórios institucionais e na bibliografia que analisa o período.

Localizamos decretos que destinavam créditos para a organização e realização da exposição preparatória em Salvador e para a exposição baiana no Rio de Janeiro. A participação em uma mostra, nos moldes das exposições universais, significava investir em espaços expositivos grandiosos, na publicação de catálogos e demais materiais de divulgação (avisos e convocações em jornais, letreiros e filmes veiculados em cinemas), correspondendo ao comprometimento de recursos financeiros. Mesmo para os estados que não sediariam os certames o esforço era enorme e proporcional à vontade de representar bem sua cultura e ter lugar de destaque na festa nacional.

Em lei publicada em 1907¹⁶ consta um auxílio de dez contos de réis (10:000#000), assinado no dia 21 de setembro de 1906, à Comissão executiva da Exposição Baiana, para que

maquinas próprias, ainda sem o aproveitamento industrial de suas qualidades oleaginosas; c) 4 prêmios de 8 contos de réis, cada um, para os 4 primeiros lavradores que provarem ter plantado em uma área superficial de 100 hectares 100 mil pés de benequen, pita, caroá ou qualquer outra planta têxtil de reconhecida utilidade contando que seja feito, por meio de maquinismos próprios, o beneficiamento e aproveitamento industrial da respectiva espécie agrícola.

art.2º fica o governo igualmente autorizado a conceder 5 prêmios de 4 contos de réis, cada um, aos 5 primeiros lavradores de maniçoba, que procurarem possuir, já em estado de corte e em efetiva colheita, uma quantidade nunca inferior a 30 mil pés, contanto que prove, igualmente, que a colheita é feita por meio de vasos cunhados e o produto manufaturado sem elementos estranhos ao látex extraído do respectivo cortex.

¹⁴ Lei n.703, de 21 de setembro de 1906, Leis e resoluções do estado da Bahia no ano de 1906 e decretos do poder executivo do mesmo ano/ Salvador: Oficinas do Diário da Bahia, 1907, p.84-86.

¹⁵ Crédito concedido em 22 de janeiro de 1908. Crédito aberto à Secretaria do Estado pela Directoria da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas para custear a construção do pavilhão e demais despesas da exposição. Leis e Decretos do Estado da Bahia, 1908.

¹⁶ Lei n.702, de 21 de setembro de 1906, Leis e resoluções do estado da Bahia no ano de 1906 e decretos do poder executivo do mesmo ano/ Salvador: Oficinas do Diário da Bahia, 1907, p.84.

organizasse a exposição que se propunha a fazer no Liceu de Artes e Ofícios da capital. A partir de 1905, o governador Jose Marcelino de Souza estimulou e auxiliou financeiramente o Liceu, conforme consta dos Relatórios de 1907 e 1908 daquele estabelecimento de ensino profissional, bem como nas Mensagens do Governador datadas de 08 de junho de 1907. Em decreto de 27 de junho de 1907¹⁷ destinou-se mais dez contos de réis (10:000#000) para custear a exposição no mesmo Liceu, entidade diretamente envolvida no certame (SOUZA, 1948, p.77).

Em contraste direto com os preparativos para as exposições e os altos investimentos dirigidos a esses fins, a população soteropolitana convivia com precária estrutura de transportes públicos, saúde ameaçada por endemias constantes e problemas no abastecimento de alimentos. Em Salvador, uma multidão de trabalhadores pobres e de pessoas em situação de miséria tinham circulação livre pela urbe, ofendendo a sensibilidade de muitos. Sinal desabonador dos créditos de civilização, projeto materializado pelas exposições e que transfigurava-se em planos com impacto social: limpar a cidade dos elementos que lhes impingiam a imagem contristadora do espetáculo da miséria e da pobreza (LEITE, 1996, p.110).

Mesmo experimentando um surto industrial na segunda metade do século XIX, a economia brasileira continuou organizada em função da produção de gêneros agrícolas para o mercado externo. A Bahia, nesse contexto, foi marcada por uma fase de profunda depressão econômica de um lado e, de outro, por mudanças significativas na economia interna. A crise do açúcar gerou um processo de falência para a economia baiana, marcando uma etapa de ruptura com um passado considerado relevante e grandioso. Na medida em que a crise da monocultura açucareira se agravava, estabelecia-se a agricultura diversificada, com o desenvolvimento de atividades pecuárias, ao lado da instalação de manufaturas, principalmente do ramo têxtil, e de pequenas fábricas de produção de bens de consumo em geral que, pouco a pouco, constituíam a face interna de um mercado capaz de dinamizar uma economia em franca estagnação.

Salvador, na posição de cidade comercial, integrada ao mercado internacional, nacional e regional, cumpria seu papel de urbe portuária e movimentada. Como centro receptor e distribuidor de mercadorias dependia, de um lado, do mercado externo e, de outro, da produção agrícola. Exportando açúcar, café, fumo, cacau, algodão, e importando maquinaria, artigos de luxo, bens de consumo em geral, a cidade se articulava em dois

¹⁷ Decreto nº470 de 17 de junho de 1907. Leis e resoluções do estado da Bahia no ano de 1907 e decretos do poder executivo do mesmo ano/ Bahia: oficinas da empresa A Bahia, 1910. p.113.

espaços distintos, porém complementares: o espaço rural e o mundo europeu (LEAL, 1995, p.24-25). Ainda assim, a diversificação econômica que a capital conseguiu não se estendeu a todo o estado da Bahia. Havia insuficiência de receitas para que fosse quebrada a dependência da agricultura de exportação, uma situação que se estendeu aos primeiros anos do regime republicano.

No Boletim Comemorativo da Exposição de 1908, publicação de âmbito nacional, constam dados da receita e despesa dos estados brasileiros que mostram uma evolução no recolhimento de impostos e na produção de divisas¹⁸. Ainda que apontem crescimento na arrecadação fiscal, o período analisado pela publicação, entre os anos de 1823 e 1907, termina com *déficit* nos cofres brasileiros. Alguns estados arrecadam mais do que gastam ficando com pequena margem de saldo positivo, enquanto a maioria opera deficitariamente, uma tendência que se reproduz no Estado da Bahia no qual, em 1906, a receita fica abaixo da despesa gerada, mesmo com maior organização fiscal e melhor captação de tributos.

Devemos enfatizar que o Boletim não esclarece as diretrizes da coleta desses dados econômicos sobre os estados, assim como não justifica a escolha do recorte temporal de seu levantamento. Do primeiro ano pós-independência (1823) ao ano anterior à Exposição (1907) há um intervalo muito longo, e talvez se justifique no discurso ufanista da Exposição de 1908, embora do ponto de vista da coleta e do cálculo de dados confiáveis deixe a desejar. A tabela, então, deve ser entendida como parte do discurso da exposição e, de acordo com o Boletim Nacional, as receitas e despesas de alguns estados, no geral muito apertadas, mostravam um cenário mais deficitário, de acordo com o gráfico a seguir:

¹⁸ Em 1823 a receita era de 3.802:434\$000 (três mil oitocentos e dois contos e quatrocentos e trinta e quatro mil réis) e a despesa de 4.702:434\$000 (quatro mil setecentos e dois e quatrocentos e trinta e quatro mil réis), isto é, houve um déficit de 900:000\$000 (novecentos contos de réis). Em 1907 o total da receita foi de 396.043:789\$000 (trezentos e noventa e seis mil e quarenta e três contos e setecentos e oitenta e nove mil réis) e o da despesa de 379.871:913\$000 (trezentos e setenta e nove mil oitocentos e setenta e um contos e novecentos e treze mil réis), realizando-se o saldo de 16.171:876\$000 (dezesesseis mil e cento e setenta e um contos e oitocentos e setenta e seis mil réis). No longo período de 85 anos (1823-1907) atingiu a cifra total da receita a 9.999.041:471\$000 (nove milhões novecentos e noventa e nove mil e quarenta e um contos e quatrocentos e setenta e um mil réis) e a da despesa a 11.453.575:616\$000 (onze milhões quatrocentos e cinquenta e três mil e quinhentos e setenta e cinco contos e seiscentos e dezesseis mil réis), com um déficit verificado de 1.454.534:145\$000 (um milhão quatrocentos e cinquenta e quatro mil quinhentos e trinta e quatro contos e cento e quarenta e cinco mil réis). BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.31.

Tabela 1. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.31.



De acordo com Flávio Versiani (2002), em fins do século XIX, nos primeiros anos da República, eram poucos os setores que apresentavam algum desenvolvimento no Brasil no quesito produção industrial, e a situação dos trabalhadores era precária. Havia o emprego de crianças nas fábricas, geralmente, menores órfãos que passavam à responsabilidade dos industriais, desonerando o Estado. Meninos e meninas cuja instrução e ocupação ficavam a cargo dos patrões; crianças que eram instaladas próximas ou nas dependências do labor. Tal prática se estendeu também aos trabalhadores adultos, resultando na criação de vilas operárias anexas às unidades produtivas. Tal estratégia de controle da mão de obra desvalorizava os salários monetariamente pagos, já que a grande oferta de braços e os alojamentos mantinham os operários praticamente trabalhando por subsistência. A partir de 1880, com a intensificação da imigração e o crescimento populacional houve forte impacto no mercado de trabalho nacional: mais braços disponíveis, igual a salários menores (VERSIANE, 2002, p.195-197).

Na Bahia, segundo relatório estatal¹⁹, havia três fábricas têxteis em operação na segunda metade do século XIX: a Todos os Santos, Queimados e Conceição. Na fábrica Todos os Santos, a força de trabalho era constituída basicamente de crianças e adolescentes livres de ambos os sexos – 84 meninas de 10 a 20 anos – e 55 rapazes saídos, em sua maioria, do seminário de Órfãos de São Joaquim da cidade da Bahia. Na Queimados estavam empregadas 85 pessoas qualificadas como ‘braços livres’. A fábrica Conceição também era

¹⁹ Relatório da Comissão Encarregada de enviar sugestões sobre a revisão da Tarifa Alves Branco (1853).

operada por ‘braços livres’, sem especificar a quantidade. Informações confirmam que na Bahia, no que refere à atividade têxtil, não houve uso de mão de obra escrava (VERSIANI, 2002, p. 191-193). A cidade de Salvador era a terceira em população do país, com 230.000 habitantes na virada do século XIX, porém, entre os anos de 1889 e 1930, não apresentou relevante diversificação da economia e industrialização. A política do encilhamento favoreceu o crescimento e, em 1890-91, estavam estabelecidas no estado baiano 32 fábricas. Nos anos 20 do século XX, a atividade industrial no estado progrediu e cresceu, resultando na instalação de 21 das 27 principais fábricas da Bahia em Salvador, enquanto as demais situavam-se na região do Recôncavo Baiano. A principal atividade dessas fábricas era a têxtil, seguida por fabricações de roupas, chapéus e de cigarros e charutos. Ainda assim, a Bahia não alcançou os índices de industrialização dos estados da região centro-sul do país, sendo a burguesia baiana essencialmente comercial (CASTELUCCI, 2001, p.35).

No setor industrial, os baixos salários, a exploração do trabalho de mulheres e menores e as demissões nos períodos de agudização das crises econômicas gerais ou locais compuseram o quadro de vulnerabilidade em que vivia a população operária de Salvador. Nas primeiras décadas do século XX houve certa dinamização da industrialização na cidade de Salvador, apesar da insuficiência de postos de trabalho. Analisando o censo de 1920, Aldrin Castelucci esclarece que o número de habitantes da capital baiana que declararam não ter profissão equivalia a 57,7% dos habitantes, num total de 163.410 pessoas sem atividade definida. Mesmo incluindo mulheres e crianças, tratava-se de um indicativo forte de que a maior parte da população vivia da informalidade, no desemprego ou subemprego. Ainda segundo o censo, o funcionalismo público correspondia a 1,2% da população; o setor de comércio e finanças empregava 5,6% da mão de obra ativa da cidade e a indústria, 16,1%. As maiores concentrações de operários estavam nos setores de vestuário e toucador, com 49,2% (22.442) do total, seguidos dos trabalhadores das edificações, com 19,2% (8.753) e, em terceiro lugar, o setor têxtil, com 5,4% dos trabalhadores (2.487). Sendo esse o quadro de subemprego e baixas remunerações, a classe média soteropolitana em 1920, se levantados os números entre os sacerdotes e profissionais liberais, chegava a um total de 5.932 habitantes, isto é, 3,7% da população total da cidade (CASTELUCCI, 2001, p.16-23).

Quanto à presença das mulheres e de menores na indústria em Salvador, Castelucci informa que o recrutamento desses grupos acabou por estabelecer um padrão salarial muito baixo. No Censo Industrial as mulheres correspondiam, em 1920, a 65,7% do total e os homens a 34,3%. Já no censo populacional os números mostram-se mais equilibrados, representando as mulheres 41% e os homens 59% do total de operários. Vale ressaltar que o

Censo de 1920 não discriminava a cor dos habitantes, sendo, por isso, necessário trabalhar com projeções. Supondo o mesmo ritmo e proporção de crescimento, a população de Salvador em 1920 poderia ser assim estimada. Dos seus 283.422 habitantes contabilizados, 31,1%, ou seja, 88.144 seriam brancos, enquanto 68,9% seriam negros e mestiços. É claro que essa projeção está sendo apresentada com o fito de demonstrar o quanto a presença negra foi marcante na constituição da classe operária, mas é evidente que ela superestimou o número de brancos, ao supor que eles constituíssem o mesmo percentual que em 1872. O que se viu nos levantamentos do século XIX foi justamente um crescimento dos estratos negros e mestiços e uma diminuição dos brancos (CASTELUCCI, 2001, p.28-33/34).

Na área central da cidade se concentrava o contingente de negros, brancos e estrangeiros pobres que trabalhavam nas docas na carga e descarga de produtos; mulheres que vendiam alimentos e as que lavavam roupas de ganho; e os mendigos, compondo a massa da população considerada perigosa e incivilizada, vista como ameaça às ambições civilizatórias das elites políticas e intelectuais. Em virtude disso, os problemas enfrentados na cidade remetiam sempre à cor ou à qualidade (situação econômica) dos indivíduos. Os alvos preferenciais dos discursos críticos ao atraso cultural e material de Salvador eram esses indivíduos pobres e negros da cidade (ASSIS, 1996; p.31-48).

Mesmo o atraso cultural sendo uma das críticas centrais dos civilizadores, a educação da população baiana não contava com grandes investimentos e tampouco mostrava avanços expressivos. Os estabelecimentos de ensino primário, secundário, profissionalizante e superior aumentavam em número, porém, a relação entre matrícula e número de habitantes atingia menos de 10% da população. Segundo o recenseamento de 1900, o número de habitantes no Estado da Bahia era de 2.117.956 (dois milhões, cento e dezessete mil, novecentos e cinquenta e seis pessoas), com uma população estimada, para o ano de 1906, de 2.335.000 habitantes²⁰. Entretanto, as taxas de matriculados em escolas eram muito baixas, para além dos altos números de evasão escolar, aliados ao fato de que o número de estabelecimentos escolares era insuficiente para atender a população. A tabela a seguir aponta a relação de matriculados *versus* a frequência nas escolas em alguns estados da Federação.

²⁰ Segundo cálculo pela fórmula de Toledo Piza para o ano de 1906. CATÁLOGO da Exposição Nacional de 1908 – Estado da Bahia, Salvador: Typographia Baiana de C. Melquiades, 1908, p.10.

Tabela 2. Matrículas no ensino primário por estado. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.34-35.

ESTADOS	ENSINO PRIMÁRIO	
	MATRÍCULAS	FREQUÊNCIA
Alagoas	13.255	10.959
Bahia	47.288	32.135
Ceará	16.267	12.982
Distrito Federal	57.271	36.106
Goiás	-	-
Minas Gerais	119.613	66.232
Pará	19.870	17.093
Paraná	13.566	10.640
Pernambuco	21.139	15.104
Rio Grande do Sul	67.370	50.809
Rio de Janeiro	24.773	16.075
Santa Catarina	14.159	10.535
São Paulo	82.089	61.066
Total	496.660	339.736

Em todo o país os números de alunos matriculados e frequentes em sala de aula eram baixos, levando-se em conta que o Estado almejava modernizar-se. Para a população negra e mais vulnerável, na sua maioria, restava a opção dos cursos profissionalizantes ou a posição de aprendizes de profissionais mecânicos em escolas técnicas²¹. Neste ponto, devemos recordar que as exposições aqui analisadas foram também chamadas de festas do trabalho e aplicavam em seus espaços uma pedagogia dirigida ao trabalhador, pregando a valorização do operário e do universo da fábrica. Cada espaço expositivo - e cada demonstração técnica - visava seduzir, convencer, enaltecer o trabalho. Mas nem todo o labor era valorizado, apenas aqueles alinhados com as pretensões de modernidade do espetáculo. Nesse sentido, a elaboração discursiva do evento baiano entra em sintonia com a educação para o trabalho.

No ensino superior, o cenário era ainda mais excludente. Além das faculdades públicas dos estados e da federação, aumentaram as escolas livres²² e cursos profissionalizantes, sem que isso significasse, porém, a inclusão de mais pessoas na educação formal. Esse fator,

²¹ No ensino superior os índices de exclusão eram ainda maiores. As faculdades com maior número de matriculados, nos primeiros anos do século XX, continuaram sendo as de medicina e direito, com 1.066 inscritos na Bahia e igual número para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. São Paulo tinha 1.184 matriculados. Já medicina, odontologia e farmácia possuíam faculdades na Bahia (2.218 matriculados); Minas Gerais (687 matriculados), Rio de Janeiro (2.707 matriculados) e São Paulo com 489 matriculados. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.36-37.

²² Escolas livres são aquelas que não recebem certificação oficial. Estão em todos os níveis da educação formal, mas a diplomação não é reconhecida pelos órgãos reguladores estatais.

aliado ao excesso de mão de obra não qualificada, baixos salários e informalidade do regime de trabalho, empurrava o desenvolvimento do estado e a arrecadação para baixo.

Além dos precários índices de qualidade da educação e da economia, o estado ainda carecia de melhor estruturação da máquina pública, apesar de a organização e regulamentação dos serviços serem sentidas nas primeiras décadas do século XX e de o estado burocrático se sofisticar²³. Com representantes e mecanismos existentes desde o Império, surgiram novos cargos para atender as necessidades da população e a estrutura estatal crescente. Educação pública, obras, transportes de passageiros e mercadorias, comércio, enfim, os aspectos da vida social se ampliavam, sendo regulados pelo estado.

Um dos maiores exemplos da nova regulamentação dos serviços e concessões públicas recai no transporte de passageiros. Os transportes públicos se diversificavam em todo o país e concessões eram cedidas a empresas que se dispusessem a fornecer os serviços de deslocamento da população. As linhas de carris urbanos brasileiros, segundo a Diretoria Geral de Estatística, se compunham de 37 empresas que cobriam uma extensão de 764.522 quilômetros em 1903, aumentando para 818.232 quilômetros em 1907²⁴. A tabela a seguir mostra a distribuição de empresas de transportes em alguns dos estados brasileiros:

Tabela 3. Empresas de carris urbanos por estado. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.30

Estado	Empresas de carris
Distrito Federal	06
Minas Gerais	05
São Paulo	04
Pernambuco	04
Rio Grande do Sul	03

²³ Assim estava organizado o Estado da Bahia, segundo a publicação preparada para a Exposição Nacional de 1908, com vigência dos três poderes admitidos na Constituição estadual: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. O Legislativo era exercido pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, com a sanção do Governador. Deputados e Senadores eram eleitos via voto direto e popular. Mandatos de dois anos para deputados e de seis para senadores. A renovação do Senado ocorria de dois em dois anos pelo terço. O poder Executivo era exercido pelo governador, eleito pelo voto direto por 4 anos. O poder judiciário era exercido por juizes de paz, preparadores, juizes de direito e pelo júri, divididos em grande e pequeno ou correccional, além dos tribunais de apelação e revista, e de conflitos e administrativo. A organização administrativa tinha uma só Secretaria chamada de Secretaria do Estado e era distribuída por repartições: Diretoria do interior, justiça e instrução pública; Diretoria do Tesouro e Fazenda do Estado; Diretoria das Rendas; Diretoria da Agricultura, Viação e Obras Públicas; Inspetoria de terras, minas, colonização e imigração; Repartição Central da Polícia. ESTADO da Bahia: Notícias e Informações (publicação para a Exposição Nacional de 1908). Bahia: Typographia Bahiana de C. Melchiades, 1908. p.12-13.

²⁴ Em 1907, 22 dessas empresas adotavam ainda a tração animal; 2 o sistema misto de tração animal e a vapor; 1 a tração animal e elétrica; 2 a tração a vapor e 10 apenas a tração elétrica. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.30.

Rio de Janeiro	03
Bahia	03
Ceará	03
Paraná	02
Pará, Maranhão, Alagoas e Mato Grosso	01 (cada estado)

Na capital baiana, apesar da melhor organização dos órgãos e entidades de assistência públicas, problemas resultantes do aumento populacional impactavam a cidade que crescia. Um dos pontos de maior insatisfação pública desse período são os transportes de passageiros. Os bondes explorados pela Empresa de Carris Urbanos acumulavam relatos de acidentes e conflitos entre passageiros e condutores. Entre as inúmeras queixas estavam: a falta de abrigos para esperar os bondes, expondo os passageiros ao sol e a chuva; a demora dos veículos e a irregularidade no cumprimento dos horários; falta de energia, intercepções dos trilhos e a quebra nos fios que interrompiam as viagens (LEITE, 1996, p.91-93).

Inovações técnicas, muitas das quais apresentadas e conhecidas através das exposições universais, saíam dos espaços expositivos e chegavam às ruas. Na segunda metade do século XIX, surgiu uma inovação tecnológica que provocou uma sensível transformação na imagem das cidades: o sistema de circulação vertical mecânica – os elevadores verticais. O primeiro projeto foi o de Jaime Borgadus para a Feira de Nova Iorque, em 1853. No mesmo ano foi construído por Elisha Graves Otis o primeiro elevador hidráulico, exposto e testado na exposição do Palácio de Cristal em Nova Iorque. Na capital baiana, em 1869, Antonio Francisco de Lacerda tornou-se o principal acionista da empresa *Antonio Lacerda e Cia*, criada para atuar no ramo dos transportes, no plano viário de Salvador, inaugurando pioneiramente no país o elevador Parafuso ou Lacerda, que articulava os terminais de bondes da cidade alta e baixa (TRINCHÃO, 2010, p.37/73). O Elevador Lacerda tornou-se evidência de que a Bahia e sua capital absorveram algumas novidades tecnológicas apresentadas nas Exposições Universais e que viriam a interferir na dinâmica urbana desde o fim do século XIX às primeiras décadas do século XX.

Em relação ao acesso a linhas telefônicas, os dados compilados pela Diretoria Geral da Estatística²⁵ são bastante deficientes. Referem-se a apenas 39 empresas, das quais 17 com sede em São Paulo, 12 no Rio Grande do Sul, e, cada uma das 10 restantes, distribuídas nas seguintes cidades: Rio de Janeiro (DF), Manaus, S. Luiz, Fortaleza, Paraíba, Maceió, Recife, Salvador, Juiz de Fora e Curitiba.

²⁵ BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.30.

Os anos iniciais da Primeira República foram seguidos de obras diversas e impulsos de transformação urbana em Salvador: em “1906 as obras do porto da cidade, a construção de canais e armazéns e pavimentação de ruas vizinhas; no ano de 1910, o saneamento e calçamento do bairro comercial; entre 1912 e 1916 obras para o alargamento de ruas, abertura de avenidas e construção de novos edifícios na gestão do governador José Joaquim Seabra; em 1924 a construção do bairro das Nações na Cidade Baixa” (LEITE, 1996, p.52-53).

Ao passo que Salvador mudava rapidamente seu traço urbano, a população mantinha seus costumes, bem longe dos ideais civilizados. A capital baiana, cujos cidadãos tinham uma herança cultural negra forte e presente - cidade de sambas, de festas de largo e do carnaval de rua – era associada à pobreza e miséria de seus habitantes. Segundo Rinaldo Leite, para os representantes do estado e as elites sociais e econômicas, “o jogo, a bebida e o samba representavam fatores de degeneração social e moral, além de constituir um perigo para a ordem pública, uma vez que a ocorrência de tumultos, conflitos e brigas estiveram, em diversas ocasiões, a eles associados”. Além das festas, a religiosidade popular também era considerada contrária aos ideais civilizatórios. Toda e qualquer forma de religiosidade popular assentada na incorporação de entidades, nas crenças espíritas ou nos rituais mágicos era severamente condenada (LEITE, 1996, p.114-115).

No universo do trabalho a contradição com os ideais pregados nas exposições também se apresentava. O operário - essa figura alegórica e colocada lado a lado com o burguês - estava claramente deslocado de contexto na realidade local. No estado da Bahia, segundo nos informa Aldrin Castelucci, antes da greve geral de 1919, as mobilizações operárias tinham um caráter puramente defensivo, em que esses trabalhadores apenas lutavam em condições adversas para manter conquistas pré-existentes. “Em 1919, passaram para um movimento ofensivo, apresentando reivindicações novas, ligadas, inclusive, ao processo de trabalho, distintas em sua própria natureza das antes almejadas. Além disso, o que era anteriormente apenas um movimento de consumidores tornou-se mais complexo e passou a colocar na ordem do dia problemas mais ligados ao mundo do trabalho. As questões relacionadas à jornada de trabalho - mão de obra infantil e feminina nas fábricas e oficinas, salubridade, dentre outros aspectos -, foram agregadas como elementos centrais numa nova modalidade de movimento, que trouxe para a arena da história um novo sujeito, a classe operária, que atuou como protagonista capaz de alterar a correlação de forças políticas e influenciar a mudança de comportamento das próprias elites” (CASTELUCCI, 2001, p.76-77).

No estado, e mais precisamente, na sua capital, começou a ocorrer alguma diversificação na produção econômica, uma incipiente industrialização; o serviço público de

transportes instalou na capital o bonde elétrico e o ascensor vertical passou a ligar a cidade alta com a baixa. O número de escolas de todos os níveis aumentou, ainda que uma parcela mínima da população tivesse acesso. Tais mudanças interferiram diretamente na paisagem urbana, mas não tiveram impacto nas classes mais baixas. O subemprego, desemprego e as atividades não regulamentadas dominavam o universo do trabalho, jogando para baixo os salários e a arrecadação de impostos. Os vulneráveis e incivilizados, seus odores, vozes, costumes, aparência ainda enchiam as classes média e alta de apreensão. Foi nessa conjuntura de crise e de escassez que começaram os preparativos dos espetáculos da modernidade na Bahia.

1.3 Da crise ao espetáculo: comissão executiva, investimentos e pavilhão expositivo em 1908, 1992 e 1923

Em meio ao contexto de crises cíclicas e mudanças de traçado da *urbis* foi que a Bahia preparou a sua atuação para a exposição de 1908. Os convidados a organizar e representar o estado foram nomeados. Neste tópico, identificaremos os convidados para a festa, as classes legitimadas para ter voz na exposição, e os elementos que constituíam a representação baiana.

Notícia publicada pelo jornal *Gazeta do Povo* em 4 de julho de 1908 revela que apesar dos problemas pelos quais passava o Estado da Bahia, dentre estes, atraso de salários dos funcionários e dificuldades no cumprimento dos programas de governo, havia um grande empenho para que a unidade federativa se fizesse representar na feira.

As nossas condições financeiras eram de tal ordem que o funcionalismo público tinha os seus vencimentos em atraso e sérios embaraços sentia a administração para a execução de seu programa que, só com muito esforço, só com extraordinário impulso de patriotismo e de compreensão de deveres, foi executado pelo benemérito sr. José Marcelino de Souza.

Era preciso ainda que a Bahia, com sacrifício mesmo, concorresse à Exposição, fazendo-se representar com o máximo brilho, impondo-se entre os Estados mais adiantados da Federação (GAZETA DO POVO, 04 de julho de 1908, p.1).

A situação dos funcionários públicos era das piores, pois, além de constantes atrasos em seus pagamentos, os salários não eram reajustados desde 1º de maio de 1896 (CASTELUCCI, 2001, p.47). Ainda assim, em toda a nota, extensa e de primeira página, não se observa sinal de repúdio ao Governador ou discordância quanto aos valores empenhados para a exposição. Os apelos presentes nas notas dos jornais pesquisados sempre enfatizam a questão do esforço patriótico que deveria ser feito para levar adiante a representação da Bahia nessas exposições. De maneira recorrente, as palavras patriótico, riqueza, nacionalidade,

progresso e modernidade, aparecem nos discursos divulgados pelos jornais. Tornam-se palavras-chave condutoras das ações dos envolvidos na organização.

Deve-se ressaltar, no entanto, que as exposições atingiram uma pequena parcela da comunidade baiana (as camadas médias e altas da sociedade soteropolitana e do Recôncavo Baiano). Nem de longe elas alcançavam as mesmas dimensões e cifras de visitação das exposições europeias, e contemplavam no seu ideário e planos a população mais vulnerável, mas sobretudo do ponto de vista da intervenção, e não da comunicação do que significavam. Conclui-se que as exposições foram eventos pensados de cima para baixo, avalizando a interferência pública no âmbito privado. Podemos afirmar que esses eventos faziam parte do repertório de políticas e ações governamentais cujos objetivos eram a transformação da sociedade via controle da população.

A Comissão Organizadora da Exposição Baiana ficou sob a direção do Sr. Junqueira Ayres²⁶, ao passo que foi indicado encarregado da classificação dos produtos o Dr. Arlindo Fragoso²⁷, intelectual e político da cidade de Santo Amaro - Bahia, formado em engenharia civil e diplomado em matemática, entusiasta da exposição e envolvido nas etapas da elaboração da festa baiana tinha as credenciais necessárias para a árdua tarefa. Árdua e muito específica, afinal, através da classificação, cada produto da exposição seria enquadrado em sua categoria produtiva, utilitária ou artística. A designação científica, a identificação de origem também deveria constar na publicação baiana e nas vitrines e expositores.

Para que o espetáculo fosse convincente e exitoso foram selecionados para a exposição artigos e produtos dos mais variados tipos, formas e origens, compondo a vitrine das possibilidades econômicas da Bahia, do talento de produtores e artistas, e mostruário da fauna e flora do estado. Selecionados, classificados e relatados, foram incorporados em catálogo para distribuição.

²⁶ O Conselheiro José Carlos Junqueira Ayres de Almeida, nascido a 13 de novembro de 1867, tornou-se Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado da Bahia em 03 de setembro de 1915, assumindo a vice-presidência em 09 de setembro de 1915. Foi presidente de 28 de abril de 1920 até sua aposentadoria, em 1932, falecendo em 21 de outubro de 1934. Disponível em <<https://www.tce.ba.gov.br/institucional/conheca-o-tce/ex-presidentes>> Acesso em 30.03.2017

²⁷ Arlindo Coelho Fragoso nasceu em Santo Amaro (1865). Fez curso superior na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, formou-se engenheiro civil e obteve o título de bacharel em Matemática. Foi proprietário do *Jornal Comercial de Santo Amaro* (1890-1895). No final do governo de Rodrigues Lima (1892-1896) foi nomeado diretor da Secretaria de Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas da Bahia. Por sua iniciativa foram fundados o Instituto Politécnico e a Escola Politécnica da Bahia da qual foi diretor e professor. Dirigiu a seção de contabilidade da Inspetoria das Estradas de Ferro do Brasil (1910-1912) e no governo de J.J. Seabra (1912-1916) foi nomeado Secretário Geral de Governo. Em 1917 fundou a Academia de Letras da Bahia, sendo responsável pela organização da instituição. Elegeu-se deputado federal pela Bahia nas legislaturas de 1918-1920 e 1921-1923. Faleceu em 1926, no Rio de Janeiro. Publicações: Estudos sobre a análise cinemática (1887), Escola Agrícola da Bahia e Dois mundos (1893); Instrução Popular; Seguro sobre a Vida; Notas econômicas e financeiras (1916); O espírito...dos outros (1917); Águas e esgotos da Bahia; e o Museu Escolar.

Além de selecionar os mais variados produtos via exposição preparatória, outro grande investimento material e simbólico das exposições era o Pavilhão Expositivo. Para a construção do Pavilhão da Bahia de 1908, na capital da República, foi contratada a empresa do arquiteto italiano Raphael Rebecchi, autor de algumas obras na cidade do Salvador no final dos anos vinte do século XX, como o prédio do banco Francês Italiano, na Cidade Baixa, e uma agência telegráfica no Largo da Barra (PUPPI, 2010, p.642). O arquiteto paisagista Arsene Puiteman ficou encarregado dos jardins do pavilhão, descrito como: “*neste genero a maior, senão única, competência do paiz*”²⁸. Esse pavilhão majestoso, projetado para dar o devido brilho à exposição baiana, foi orçado e contratado por duzentos e vinte contos de réis (220:000#000). O total do orçamento das despesas com a exposição atingiu a cifra de quatrocentos contos de réis:

Para acudir às despesas com o Pavilhão da Bahia, com a construção do edifício destinado à Exposição Preparatória e à Permanente no Lyceu de Artes e Ofícios, e as que são necessárias aos trabalhos da Comissão Executiva e à representação do Estado no grande certamen de junho, abri o crédito especial de rs.400:000\$000 (Dec.n.____de____ de 1908) a ser utilizado do seguinte modo:

Propaganda, aquisição e remessa de produtos.....	80:000\$000
Construção do Pavilhão da Bahia (contrato de 1908).....	220:000\$000
Auxilio ao Lyceu de Artes e Ofícios e representação do Estado e despesas com a exibição dos produtos e serviços especiais do Pavilhão.....	<u>100:000\$000</u>
Somma	400:000\$000 ²⁹

Na construção do pavilhão baiano de 1908, noventa contos de réis (90:000#000) foram destinados à obra de construção do edifício, e cento e trinta contos (130:000#000) ao embelezamento e para os elementos decorativos. Somadas as despesas com propaganda, aquisição e remessa de produtos, foram disponibilizados oitenta contos (80:000#000), além de auxílios ao Liceu de Artes e Ofícios no valor de cem contos (100:000#000) para que este abrigasse a exposição preparatória. Esses valores alcançaram o maior montante de gastos encontrados pela pesquisa com uma exposição no estado, e podemos considerar que o total real ultrapassou esse valor, visto ser este o primeiro decreto para a organização da exposição do ano de 1907³⁰. A partir daí, os gastos e pequenos créditos para envio de correspondências e

²⁸ Do Dr. Sergio de Carvalho telegrama ao Sr. Dr. Arlindo Frago, a respeito da construção do pavilhão da Bahia, na Exposição Nacional, 07 de maio de 1908, publicado no jornal *A Bahia*, em 08 de maio de 1908.

²⁹ Mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia pelo governador Dr. José Marcelino de Souza no ano de 1908 (vide *A Bahia*, 22 de abril de 1908).

³⁰ Decreto n.182 de 2 de agosto de 1907. Abre um crédito extraordinário de 100:000\$ para atender as despesas com a exposição do estado, preparatória da grande exposição de 1908.

pequenos volumes e distribuição de avisos não foram contabilizados pelos documentos consultados.

Para a exposição de 1922 não houve construção de um pavilhão baiano no Rio de Janeiro. Os documentos pesquisados na Bahia relatam o mostruário baiano agrupando todo o acervo do estado na exposição nacional, mas não esclarece em qual edifício ou se o referido prédio era uma construção planejada e paga pelo estado ou pelo governo federal. As fontes da Exposição Nacional é que explicam que foi construído um Palácio dos Estados, onde cada mostruário foi exposto.

O Palácio dos Estados, uma construção em estilo eclético, foi projetado por Hipólito Pujol Junior, auxiliado por Manuel Campelo. O Palácio dos Estados teve como chefe o capitão do Exército Nacional Ricardo Berredo, responsável por todos os produtos químicos, perfumarias, cerâmicas, indústria de papel, livros, fotografia e chapéus, provenientes dos estados participantes, *dentre os quais, a Bahia* (grifo meu). Popularmente conhecido como bolo de noiva, o prédio foi ocupado por um órgão federal após o término da exposição e, em 1978, demolido (SANT'ANNA, 2008, p.67-68).



Figura 1. Palácio dos Estados ou Palácio Monroe.. Exposição Nacional de 1922

A exposição preparatória em Salvador, de 1922, ocorreu em acomodações mais modestas que a de 1908, mais precisamente, no andar térreo do Palácio Rio Branco³¹, antiga sede do governo do estado situado na Praça Thomé de Souza. Os gastos com o certame também apresentam cifras mais módicas para a exposição preparatória, organização dos acervos, vitrines, seleção dos produtos e envio ao Rio de Janeiro. Localizamos a lei de 13 de

³¹ O IMPARCIAL, 4 de julho de 1922, p.3

julho de 1922³², que destinava sessenta contos de réis (60:000#000) para as despesas com a representação econômica da Bahia na Exposição Comemorativa do 1º Centenário da Independência Política do Brasil.



Figura 2. Palácio Rio Branco. Salvador, Bahia. In. Biblioteca do IBGE. biblioteca.ibge.gov.br

A Exposição no Rio de Janeiro de 1922 compôs-se de uma seção nacional, localizada na Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área conquistada ao mar com o desmante do Morro do Castelo. Nesse local, concentravam-se os pavilhões do Comércio, Higiene e Festas; das Pequenas Indústrias; da Viação e Agricultura; da Caça e Pesca; da Administração, de Estatística, e os palácios das Indústrias e dos Estados, além de um grandioso parque de diversões.

Na Avenida das Nações, que se estendia do antigo Arsenal até o Palácio Monroe (onde funcionava o Bureau de Informações), alinhavam-se os palácios de honra das representações estrangeiras - Argentina, México, Inglaterra, Estados Unidos, França. Itália, Portugal, Dinamarca, Suécia, Tchecoslováquia, Bélgica, Noruega e Japão - sendo que alguns desses países ainda construíram mostradores para a exposição de seus produtos industriais na Praça Mauá (MOTTA,1992, p.68).

Da exposição do Centenário da Independência da Bahia³³, em 1923, restaram menos dados cia dos orçamentos e de seu detalhamento. Localizamos decreto referente à abertura de

³² Lei n.1.558 de 13 de julho de 1922, aprova o crédito de 60 contos de réis, aberto por decreto n.2.801 de 31 de março de 1922.

³³ Segundo Wlamyra Albuquerque, o médico e historiador Braz do Amaral foi um dos principais defensores da primazia baiana na conquista da emancipação brasileira do domínio português. Em reuniões no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e em artigos publicados reafirmava-se o Dois de Julho como marco fundador da nacionalidade. Desse modo, o enaltecimento dos feitos heroicos de 1822-23 se apresentava como um

um crédito especial, em 28 de maio de 1923³⁴, no valor de seiscentos contos de réis (600:000#000) para acorrer nas despesas com a comemoração. Sem, contudo, especificar quais seriam. A exposição ocorreu no Palácio do Governo, localizado no centro de Salvador, e fez parte das comemorações cívicas programadas para os festejos do Dois de Julho.

Para os três grandes eventos, as categorias sociais participantes e representadas podiam ser encontradas nas camadas altas e médias da sociedade baiana: personalidades políticas, professores, arquitetos, dentre outros. Em 1908, além da participação constante do governador José Marcelino (1904-1908)³⁵, foram por ele designados membros da Comissão Organizadora da exposição preparatória da Bahia, em um total de 100. Entre eles, atuaram na exposição baiana sendo os mais citados na documentação os senhores Arlindo Frago e Souza Carneiro, encarregados das classificações dos produtos, sendo Souza Carneiro especificamente encarregado dos minerais; Ignácio Mendonça, delegado das Lavras de Caetité e Rio de Contas, responsável pelos envios de produtos dessa região. Colaboraram com a composição do Pavilhão Baiano os artistas Rodolfo Bernadelli, pintor e escultor, e Nicolina Vaz, escultora, além de Arsene Puitman, paisagista do jardim do Pavilhão, e Rafael Rebecchi, arquiteto que concebeu o edifício.

A comissão para organizar o evento baiano dispunha de diretores e delegados. Os primeiros, distribuindo tarefas, cargos e fiscalizando o trabalho dos segundos, que estavam mais próximos dos artistas e produtores que forneceriam os produtos e criações. A publicação de informes sobre a entrega de produtos, veiculada diariamente na primeira página dos jornais, deixa entrever a importância dos eventos e a necessidade de envolver o Estado nas

investimento simbólico necessário para amenizar o descrédito político e a paralisia econômica da velha Bahia (ALBUQUERQUE, p.111/114).

³⁴ Lei n.1.613, de 28 de maio de 1923. Abre o crédito até 600 contos de réis para concorrer as despesas com a comemoração do centenário da independência na Bahia.

³⁵ Nascido no engenho Nossa Senhora da Conceição, em São Filipe (Bahia), em 1848, filho do Coronel Joaquim Anselmo de Sousa e de Delfina Rosa de Sousa (proprietários de terras). Graduou-se na Faculdade de Direito do Recife em 1870. Atuou como Juiz de Órfãos na cidade de Nazaré (Bahia) entre 1875 e 1878. Elegeu-se deputado geral para a legislatura 1886-89. Proclamada a República, foi eleito Senador para a Assembléia Constituinte estadual e participou da elaboração da Constituição do Estado da Bahia. Foi reeleito Senador em 1895. Ao fim do mandato do governador Severino Vieira (1900-1904) foi por ele indicado para sucessor. A dissidência Seabrista indicou o nome de Rui Barbosa para concorrer, mas este não aceitou. Candidato único, José Marcelino foi eleito governador (1904-1908), apoiado pelo setor agroindustrial da burguesia baiana. Neste período a Bahia vivia grave crise financeira, com atraso de oito meses no pagamento de seu funcionalismo. Em sua administração, modernizou as técnicas agrícolas, especialmente da cana de açúcar; ampliou o sistema de transporte fluvial, marítimo e ferroviário do estado. Adotou controle rigoroso de gastos e aumentou a arrecadação taxando o funcionalismo público, incluindo os aposentados. Cortou subvenções estatais a instituições de ensino, entre elas a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Escola de Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios. Em 1906 foi ferido em um atentado a bordo do Vapor Mauricio Wanderley. Em 1907, José Marcelino rompeu com Severino Vieira devido a divergências em relação à sucessão estadual. Marcelino indicou João Ferreira de Araújo Pinho, mas Severino Vieira lançou o nome de Inácio Tosta. A disputa foi vencida pelo grupo marcelinista, que elegeu Araújo Pinho. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARCELINO,%20Jos%C3%A9.pdf> acesso em 16/06/2016

mostras locais e nacionais³⁶. Coletados os objetos, obras de arte, matérias-primas e publicações, começava o planejamento da exposição preparatória, objetivando escolher os produtos que representariam o estado da Bahia na exposição nacional.

Em 1922 foram identificados na equipe que participou da elaboração da *performance* baiana na exposição nacional: Dr. Barbosa de Souza –secretário de agricultura; Dr. Pedreira Franco; Dr. Marinho Costa, intendente de Canavieiras que providenciou produtos de sua coleção particular da flora local e de indústrias; Sr. A. Moura Bastos, que sugeriu uma exposição luso-baiana para o ano de 1923; Gratulino Melo, engenheiro e delegado federal na Bahia; Dr. Edgard Pereira, Humberto Barbosa e Alcindo Correia comissários auxiliares; Sra. Amenaide Braga de Andrade, autora de uma *corbeille*; Leocádio Dias, inventor da turbina reversível; engenheiro Oscar Rabello, inventor e expositor de um hidroplano; Olavo Baptista de Ilhéus e as senhorinhas Braga de Andrade, entusiastas e colaboradoras.

Mas, na contramão das exposições e seus objetivos, Nancy Assis esclarece, acerca da cidade de Salvador na Primeira República, que “as vicissitudes da economia regional e o consequente esvaziamento dos cofres públicos, justificavam o quadro geral de abandono estético e higiênico da cidade, com suas ruas, casarios e logradouros públicos entregues à sorte da natureza tropical insalubre e da apropriação indisciplinada dos seus habitantes. Percebia-se a cidade como referência indelével da anti-modernidade e da anti-civilização” (ASSIS, 1996, p.33-34). Sendo assim, a sociedade sobre a qual se constroem as exposições baianas republicanas não reflete a modernidade almejada pelos seus idealizadores. Embora a capital do estado tenha um novo traço, com equipamentos urbanos melhores (iluminação elétrica; bondes; telefones; elevador vertical), a esperada civilização de padrão europeu, na qual se encaixava perfeitamente bem as mostras grandiosas, não encontra eco no viver cotidiano da cidade.

1.4 Os preparativos para as Exposições Estaduais, parcerias institucionais e a consolidação das festas

A estrutura das exposições republicanas era similar à organização dos eventos no século XIX³⁷. Tal como antes, foram expedidas solicitações de colaboração para as cidades do

³⁶ Jornal *A Bahia*, 4 de janeiro de 1908, capa.

³⁷ Jornal *A Bahia*, 04 de janeiro de 1908, primeira página: Formada a Comissão da Exposição Provincial, cujos membros eram escolhidos pelo Presidente da Província, iniciavam-se os pedidos aos inventores, artistas, donos de indústrias e demais produtores. Começava o envio de amostras de suas criações para comporem o espaço da exposição. Estes produtos passariam por um Júri de Qualificação e, caso fossem escolhidos, apareceriam na mostra nacional na Capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro (CUNHA, 2010, p.62).

interior e planejada a exposição preparatória na cidade do Salvador. Circularam na imprensa local avisos quase que diários, a exemplo de *A Bahia* e *O Imparcial*.



Figura 3. Aviso. Jornal A Bahia. 4 de janeiro de 1908, 1ª página

A Comissão executiva baiana chamava atenção para os colaboradores nos municípios, e estes acionavam “*fabricantes, industriaes, proprietários, negociantes, particulares e quaesquer expositores deste Estado*”³⁸, atentando para os prazos para envio de amostras e produtos. Os depósitos do Arsenal da Marinha, localizados no atual bairro do Comércio da capital (Cidade Baixa), recebiam e armazenavam o que era enviado de outros municípios. Os produtos vinham geralmente por mar daquelas cidades que então dependiam da navegação de cabotagem, como Ilhéus, no Sul da Bahia, e as que utilizavam vias férreas, como as do Recôncavo Baiano, Cachoeira e Santo Amaro. O prazo final de entrega estava marcado para 15 de março de 1908, mas as solicitações corriam desde fins de 1907, constantemente noticiadas pelos jornais locais por meio de anúncios.

O local escolhido para abrigar a exposição preparatória de 1908 foi o Liceu de Artes e Ofícios. Passou então a vigorar o discurso voltado à fundação de escolas com características profissionalizantes, para a instrução de artistas e operários. A Sociedade de Artes e Ofícios da Bahia, além da beneficência, tinha por finalidade promover o desenvolvimento das artes e ofícios entre os sócios e seus filhos. Para a realização de tais objetivos a Sociedade fundou um

³⁸ Os candidatos a expositores podiam apresentar produtos, matérias-primas, inventos e obras de arte, quaisquer objeto que considerasse relevante e evidência de evolução técnica, criatividade. Não existem critérios claros de quais fossem os primeiros filtros utilizados nas seleções, os critérios eram muito abstratos dependendo das orientações das Comissões das Exposições Internacionais ou Nacionais adaptadas aos contextos locais.

Liceu, oficinas, biblioteca, passou a realizar exposições públicas e a promover viagens dos alunos à Europa. A primeira sede, alugada ao Barão de Pereira Marinho por quinhentos e cinquenta mil réis (550\$000) anuais, se situava na rua Direita do Palácio, atual rua Chile. Dois anos após sua inauguração foi adquirido para sede da Sociedade o Paço do Saldanha, edifício colonial pertencente ao Barão de Pirajá, ao custo de quarenta contos de réis (40:000\$000) (LEAL, 1995, p.39-136).

No Liceu de Artes e Ofícios as exposições representaram, desde a sua criação, uma forma de estimular o desenvolvimento das artes e divulgar a instituição através dos trabalhos executados pelos alunos e sócios, assim como de pessoas que solicitavam espaço para suas exposições.

A primeira exposição foi realizada em 1875, por ocasião da transferência da sede para o Paço do Saldanha. De acordo com a documentação pesquisada, o Liceu dispunha do espaço necessário à exposição e seleção dos objetos baianos que iriam figurar na capital do então Império brasileiro. Mas, no período inicial da República, a entidade passava por crise de arrecadação. Entre 1905-1906 o número de sócios teve uma brusca queda, para 471 - dos 2216 registrados no ano de 1898. Nos anos de 1908 e 1909 sua receita era de 33:921\$140 e a despesa de 35:444\$068 (LEAL, 1995; p.147-152-226). Sócio benemérito, José Marcelino de Sousa, governador do Estado, em fala publicada no Jornal *A Bahia*, relatava com pesar que a construção do “*Pavilhão destinado à Exposição Preparatória e à Permanente dos nossos produtos*” não estaria concluída em tempo de “*realizar a nossa Exposição Preparatória, e fazermos a seleção dos que deveriam figurar na Exposição Nacional, o que seria de grande vantagem*”. Ainda assim, no contexto de crise financeira, o governador acreditava na necessidade “*de grandes utilidades resultantes de uma Exposição Permanente, justifica perfeitamente a minha resolução de fazer construir para esse fim o aludido Pavilhão do Lyceu de Artes e Ofícios, e para o qual solicito também a vossa aprovação*”³⁹.

Em março de 1908, ainda com a chegada dos materiais e para a exposição preparatória vindos de diversos pontos do Estado, a marcha dos trabalhos se intensificava; os delegados⁴⁰ designados nos municípios cobrados a acelerar suas entregas para que se procedesse a organização e classificação dos produtos, como é possível captar nesta nota publicada no jornal *A Bahia*:

Continuam a ser feitos caixões para acondicionamento dos volumes.

³⁹ Jornal *A Bahia*, domingo, 10 de maio de 1908. Mensagem a ser apresentada à Assembleia Geral Legislativa do Estado da Bahia pelo governador Dr. José Marcelino de Souza em o ano de 1908.

⁴⁰ Delegados da exposição são os encarregados de fiscalizar os trabalhos nas regiões do estado que enviaram acervos, a exemplo do Recôncavo e da Região das Lavras Diamantinas.

Continuam a chegar productos de diversos pontos do Estado.
 Espera-se, com interesse, boa representação por parte dos municípios de Campo Formoso e Nazareth, taes as notícias destes pontos recebidas.
 Da zona do S. Francisco são também esperados muitos productos.
 Na reunião de hoje, por falta de notícias do sr. Ignacio de Mendonça, delegado de Lavras, Caetitê e Rio de Contas, deve ser nomeado mais outro delegado.
 O dr. Arlindo Fragoso deverá hoje propor a nomeação de um engenheiro para ir ao S. Francisco organizar uma coleção de peixes⁴¹.

Além da recepção e seleção dos produtos que seriam encaminhados ao Rio de Janeiro havia mais preparativos, e o tempo urgia. A exposição preparatória do ano de 1908 e a exposição permanente, planejada para receber os produtos depois do evento nacional, não se realizaram. Divergências políticas atrapalharam a organização dos certames. O Partido Republicano Conservador, com maioria no Congresso Estadual e na bancada Federal, entravava toda a ação administrativa de José Marcelino (SOUZA, 1948, p.78). Ainda assim, a projeção de expectativas em relação ao desempenho baiano no evento carioca produziu parcerias entre o governo baiano, a comissão organizadora e colaboradores voluntários de perfis os mais diversos.

Quando da Exposição Nacional de 1922, as mesmas etapas do processo de organização foram respeitadas. Houve o recebimento do convite, a convocação da Comissão local presidida pelo Dr. Pedreira Franco⁴², a divulgação dos prazos de entrega dos objetos nos mesmos canais de imprensa. Porém, no caso desse evento, ocorreu a exposição preparatória:

A BAHIA NO CENTENÁRIO

A Exposição preparatória do mostruário baiano

Conforme fora anunciado, inaugurou-se ante-hontem, às 20 horas, a exposição preparatória do mostruário com que a Bahia concorrerá ao grande certamen nacional a ser inaugurado em 7 de setembro próximo vindouro.

⁴¹ Jornal *A Bahia*, quarta-feira, 19 de março de 1908. EXPOSIÇÃO NACIONAL, p.1.

⁴² Joaquim Pedreira Franco, nascido em 1859, filho de Ataliba da Luz Franco, médico conceituado, e de Amélia Pires Pedreira da Fonseca, fez curso superior de engenharia na escola Politécnica no Rio de Janeiro. Depois de formado trabalhou nas obras hidráulicas do Ministério da Fazenda e na Estrada de Ferro de São João Del Rei. Foi um dos fundadores do jornal *Pátria Mineira*. Proclamada a República, retornou à Bahia e, em 1891, elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte Baiana. Concluído o mandato voltou à profissão de engenheiro e foi nomeado chefe de seção da Estrada de Ferro da Bahia a São Francisco sob a direção de Miguel de Teive e Argolo. Foi eleito deputado federal pela Bahia (1906-1908). No governo de Antônio Muniz (1916-1920) foi secretário da Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. Trabalhou para concluir algumas obras importantes, como o palácio Rio Branco e o palácio da Aclamação, a Vila Policial e o Asilo São João de Deus, e iniciou também a construção do Hospital do Isolamento, da Biblioteca Pública, da Secretária da Fazenda e do Tesouro do Estado. Procurou desenvolver a lavoura e para isso organizou o Mostruário Baiano e a Inspeção de Serviço Agrônomo, instalando o Campo de Experimentação Antônio Muniz no bairro de Ondina, na capital. Foi também professor do Ginásio da Bahia, onde lecionou várias disciplinas, inclusive o inglês. Faleceu em Salvador no dia 24 de junho de 1926.

Presentes o sr. dr. Barbosa de Souza, secretário da Agricultura, e demais autoridades, pelo sr.dr. Pedreira Franco foi franqueada ao público a visita à exposição preparatória.

O mostruário exposto, se bem que rico e variadíssimo e já de molde a por a Bahia em lugar de destaque dentre os Estados expositores, não é ainda a 4ª parte do que ella vai apresentar no grande certamen como testemunho do nosso progresso, das nossas possibilidades econômicas.

O que ali será exposto não corresponde às proporções do grande mostruário bahiano, cuja maior parte ainda não veio ter as mãos da respectiva missão.

(O Imparcial, 4 de julho de 1922, p.3)

Mesmo encerrada a exposição preparatória para 1922, o recebimento de produtos teve seguimento às vésperas do evento nacional. Segundo a nota transcrita acima, o volume exposto não correspondia a $\frac{1}{4}$ do que ainda estava em trânsito, chegando das cidades do interior do Estado para a exposição no Distrito Federal. Dia 20 de julho, segundo nota do jornal *O Imparcial*, a exiguidade do tempo para a inauguração da exposição nacional exigia que os auxiliares da comissão Dr. Edgard Pereira, Humberto Barbosa e Alcindo Correia se deslocassem ao interior para apressar a captação e seleção de produtos. Chegavam volumes de várias regiões do estado, rapidamente enviados diretamente ao Rio de Janeiro:

O dr. Pedreira Franco, presidente da Comissão de Representação da Bahia na Exposição Internacional da Independência, enviou à Comissão Organizadora da referida Exposição, no Rio, por intermédio de seu delegado aqui, dr. Gratulino Melo, mais de quarenta e um volumes (41), que juntos aos duzentos e oitenta e um (281), já remetidos, perfazem trezentos e vinte e dois (322), contendo, ao todo, três mil duzentas e setenta e oito (3278).

Continuam a chegar do interior muitos produtos.

Segundo telegrama do intendente de Belmonte ao dr. Pedreira Franco, o vapor 'porto seguro' trará amanhã doze (12) volumes grandes. (O IMPARCIAL, sexta-feira, 11 de agosto de 1922, p.2).

Mais e mais volumes, caixas com os mais variados materiais foram recebidos. Produtos agrícolas, pedras preciosas e semipreciosas, amostras de manufaturas, trabalhos de arte, qualquer objeto utilitário ou não que pudesse fazer boa figura na capital da República. Até mesmo trabalhos de arte de ‘senhorinhas’ foram selecionados. Em 01 de agosto de 1922, o jornal *O Imparcial*, descreve a admiração por uma bela *corbeille* decorada com flores, um “mimo de arte”.

No dia 30 do mesmo mês, o mesmo jornal voltou a noticiar e exaltar os produtos baianos que seguiriam para a exposição nacional. Os volumes continham amostras de minerais e madeiras; um quadro de brilhantes com o retrato do Conselheiro Ruy Barbosa, avaliado em duzentos contos de réis; trabalhos de madeiras remetidos da cidade de Feira de Santana; cereais, fumo, fibras, resinas, óleos, tecidos trabalhados artesanalmente; inventos

como a turbina reversível do Sr. Leocádio Dias, *adaptada a uma lancha construída nas oficinas da Navegação Bahiana, será ela ali apreciada devidamente. Essa lancha tem o nome de Barbosa de Souza e segue também para o mostruário baiano e o hidroplano Pinheiro, do engenheiro Oscar Rabello.*

*E nesse rol que aparecerá a Bahia, com aquilo que a sua indústria, a sua lavoura, os seus artistas, os seus inventores mostrarão o [grau] de progresso, de adiantamento, de cultura que ela atingiu, ao comemorarmos o 1º centenário da independência do Brasil*⁴³. Um total de 520 volumes enviados, milhares de artigos reunidos, segundo informou o delegado da Bahia na Exposição, Sr. Gratulino Mello.

Indústria, lavoura e comércio imbricados no mesmo espaço expositivo estabeleciam a narrativa da prosperidade, criando uma mitologia de origem do estado brasileiro e baiano, fazendo promessas de abundância, desenvolvimento e civilização. Uma narrativa elaborada em várias frentes, através dos acervos, dos espaços e das performances. Narrativa que desconsiderou as crises, mesmo as mais graves enfrentadas pelo estado baiano.

No capítulo seguinte, essa narrativa será evidenciada, através das publicações, catálogos e demais documentos elaborados para a Exposição Nacional de 1908. Através deles poderemos perceber algumas das motivações, objetivos e estratégias discursivas para a elaboração de uma imagem do estado da Bahia frente ao Brasil e às Nações convidadas ao espetáculo nacional.

⁴³ *O Imparcial*, 30 de agosto de 1922.

Capítulo 2 – Narrativas, textos e imagens da Bahia em Exposição

[...] na Exposição Nacional de 1908, n'um quadro magnífico, a imagem do progresso do Brazil, fazendo n'um século de apressada marcha o percurso necessário para alcançar o grau de cultura, que as antigas nacionalidades atingiam em milhares de anos.

Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, p.5-6.

[...] a Bahia, rica, de si mesma, pelos tesouros de seus bens, tão abundantes como variados, avultará na prosperidade e fortuna que lhe competem e serão, em curto tempo, de par com sua civilização, que dignas memórias já celebram a maior fama do seu nome.

Notícias e Informações - estado da Bahia publicação para a Exposição Nacional de 1908, p.55.

2.1 Da narrativa em Exposição: construção de versões da história baiana através das publicações

Neste capítulo analisamos alguns dos materiais elaborados para noticiar e divulgar as exposições estaduais da Bahia, destacando a preparação e atuação nos certames nacionais. As publicações - catálogos, boletins, jornais, álbuns -, eram distribuídas gratuitamente ou vendidas durante as exposições com o objetivo de divulgar os participantes e respectivos *stands*, os acervos expostos e as atrações que chamariam a atenção durante os eventos.

Analisaremos as imagens construídas através das narrativas instituídas pelas exposições e fortalecidas pelos agentes envolvidos nas comemorações baianas. Nas exposições de 1908, 1922 e 1923 essas narrativas se estabeleceram por meio das publicações e espaços materiais considerando-se, como esclareceu Marcelo Bernardo da Cunha, “as exposições estratégias comunicacionais detentoras de lógica e sentidos próprios, relacionadas com o processo de produção de fatos, eventos e bens sociais, reconhecidos pela sua materialidade, revelando redes de relações entre acontecimentos, ideias e indivíduos” (CUNHA, 2006, p.14). Tem-se, igualmente, que as exposições se situam na posição de lugares de fala nas quais os projetos sociais e econômicos para o Brasil eram visibilizados. Com isso, entende-se a importância de que as publicações criassem, paralela e complementarmente, narrativas positivas e desenvolvidas acerca do país, da população e do universo produtivo. Através dos textos era elaborada uma narrativa apresentando o país e o estado da Bahia como promessas futuras, cultuando certos acontecimentos do passado e estabelecendo os símbolos cívicos.

Para compreender a narrativa da exposição recorremos a Paul Ricoeur e as proposições tecidas sobre o uso de cenas organizadas na construção do saber histórico. Em *Tempo e Narrativa*, a guardiã do tempo é a narrativa, uma vez que só haverá tempo passado quando narrado (RICOEUR, 1997, p.417). O tempo torna-se tempo humano na medida em que articulado na forma de narrativa, ou seja, possibilitando um meio de entrar em contato com o mundo. A relação entre narrativa e história é íntima, pois, justapostas, ligadas pelo ato de narrar e de construir memórias. Entendemos as exposições sobre estas bases; construtoras de narrativa, guardiãs e validadoras do passado, estabelecendo uma memória que se julgava coletiva, social e legítima. O ponto nevrálgico da narrativa nas exposições era essa memória, construída a partir de escolhas, omissões e esquecimentos voluntários.

Desde a segunda metade do século XIX, com as primeiras exposições baianas, construíam-se enredos para uma narrativa que pode ser classificada de factual, tradicional, cívica e histórica. Factual e tradicional, pois o encadeamento da intriga privilegiava o acontecimento, o episódio e a personalidade, respeitando o *status quo* e preservando a manutenção de poder político e financeiro pelas mesmas classes sociais. Cívica, pois a nação era o ator principal do espetáculo e a glorificação do Estado se fazia através dos textos e dos objetos. Histórica, já que a abordagem remete ao passado nacional, estabelecendo mitologias de origem e figuras heroicas.

Textos, espaços expositivos e objetos elaboram um meio de contatar, no caso das exposições, algo não tão tangível como as ideias para serem apropriadas coletivamente, ressignificadas por quem visita essas exposições ou toma conhecimento delas. Nas entrelinhas dos documentos, nas palavras exaustivamente repetidas, nas escolhas e nas omissões se estabeleceram imagens do Brasil e da Bahia almejadas pelos intelectuais, políticos e elites econômicas. Mas a realidade dá o contraponto, fornece a alteridade, nega a uniformidade social e escapa dos controles discursivos e imagéticos da festa. As categorias sociais negadas pela celebração se insinuam pelas frestas, aparecem fomentando as discussões da viabilidade nacional. Se a exposição estabelece sua própria narrativa e legitima a história oficial, deve-se considerar a interferência da “circularidade cultural” de Carlo Ginzburg, que impõe trocas culturais de baixo para cima e de cima para baixo (GINZBURG, 1987, p.13). Isto é, a exposição, ainda que evento elaborado e dirigido às elites, recebe influências das categorias mais baixas da sociedade, seja como objetos de preocupação desse discurso de modernidade, como artistas em exposição ou colaboradores na montagem das mostras.

Sobre a elaboração da narrativa do regime republicano, José Murilo de Carvalho formula reflexões pertinentes ao processo de construção do panteão cívico nacional e que nos

auxilia na compreensão das simbologias aplicadas e divulgadas pela exposição. Para ele, o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos finca-se na ideologia, na justificação racional da organização do poder e na manipulação do imaginário social, particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas (CARVALHO, 1990, p.9-11). As exposições foram um dos palcos de legitimação do poder, compondo um repertório de imagens sobre a República, veiculado através de diversos recursos como as vitrines, os produtos, os pavilhões e, claro, os catálogos e publicações.

Vale aqui esclarecer que as fontes utilizadas neste capítulo são assimétricas, pois a elaboração ou não de catálogos e demais publicações para as exposições ficava sob o crivo das comissões organizativas. Assim como a forma desses textos, respeitando alguns critérios gerais de classificação de produtos, mas adaptados a cada tipo de planejamento expositivo.

Para a Exposição de 1908, contamos com os seguintes documentos: Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908; o Catálogo Geral de São Paulo para a Exposição Nacional de 1908 e a Exposição Nacional de 1908 - Notícias e Informações: Estado da Bahia, que foram localizados no setor de obras raras da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Diferentemente, para as exposições de 1922 e a de 1923 não foram localizados catálogos ou boletins sobre a Bahia.

Trata-se de publicações não padronizadas entre si, cada uma apresenta características singulares pontuadas no capítulo, mas que, associadas, permitiram construir um panorama da festa nacional, dos objetivos principais e o que foi apresentado no espaço da Exposição Nacional de 1908. Utilizamos a publicação paulista como contraponto narrativo aos textos baianos para dar a perceber as diferenças entre os estados no desenvolvimento de suas narrativas.

Dentre as publicações primam os catálogos. Considerados gêneros textuais, mais especificamente, discursivos, são dotados da função social de comunicar e promover uma interação específica em um dado contexto (JOVER-FALEIROS 2013; SANTOS 2017). Em sua acepção mais geral são recursos de organização, categorização, sistematização e demonstração de informações, utilizando o verbal e/ou o verbo-visual, de acordo com a natureza da informação catalogada e, por isso, instrumentos de consulta (KOCK, 2012, p.19). Aspectos que ressaltam o catálogo para ser lido como para ‘ler’ a exposição, no sentido de compreender a mostra em seu conjunto no espaço expositivo, como aponta Emanuel Santos⁴⁴,

⁴⁴ Para este autor, trata-se de um gênero textual dentre os tipos de gêneros de discurso apresentados por Mikhail Bakhtin. Na coletânea *Estética da criação verbal*, traduzido para o português em 1997, no capítulo: os gêneros

cujo ponto de força serve à ordenação segundo parâmetros pré-determinados de alguma coleção acessível ao público, exposta em um espaço determinado, visando efeitos de sentido igualmente determinados, razão para atribuir o que chama de “competência metagenérica” (SANTOS, 2017, p.7-8).

Nas exposições os catálogos serviam para condensar, em um só impresso, os produtos, expositores e tecnologias, com fins publicitários e de fomento econômico. Acima da apresentação geral da mostra, a redação enaltecendo os pontos positivos do país encaminhava-se para mostrar a evolução técnica, científica e social. Há elementos para afirmar que os catálogos, além de instrumentos de divulgação da exposição e parte essencial da experiência dos visitantes, compõem e traduzem a grandiosidade do evento juntamente com os edifícios, circuitos e, naturalmente, o material apresentado. Mais do que publicações para consulta, para dar a conhecer, os catálogos elaboram mensagens, direcionam sentidos e significados, orientam o olhar e as interpretações sobre a exposição.

Quando nos referimos a um catálogo expositivo associamos a acepção mais moderna do termo: um documento explicativo de uma mostra de arte ou exposição e das obras nela representadas, geralmente textos sucintos, com o uso de imagens, publicações em geral coloridas, luxuosas e caras. Nas exposições contempladas neste trabalho, os catálogos, como mencionado, são propagandas do país, do estado ou cidade que representam. Os textos assim elaborados trazem informações diretas, poucas imagens e muitas informações estatísticas e tabelas. O objetivo principal ultrapassa a ilustração e visibilidade do que era apresentado, trazendo à pauta convincentes dados econômicos, sociais, produtivos e estruturais da máquina pública.

A despeito dos fins explícitos de propaganda, a complexidade da estrutura informativa e dos textos sugere que não eram destinados ao público em geral, mas a um segmento social, uma clientela específica, a quem interessava cativar e estabelecer parcerias comerciais e trocas técnicas. Oportunidade que não devia ser perdida, especialmente quando da transição do Império para a República, momento em que as publicações de revistas e jornais (dentre outros meios editados), como demonstrado por Ana Luiza Martins (2008, p. 137), representavam a oportunidade de estreitar laços de novas relações articuladas quer pela

do discurso defende que a língua sofre influência do contexto social, da ideologia dominante e da luta de classes. Os usos da língua estão ligados as atividades humanas, e que os usos da língua se dão através de enunciados. Os gêneros do discurso são tipos relativamente estáveis de enunciados. BAHKTIN, M. Os gêneros do discurso In. Estética da Criação Verbal/ São Paulo: Martins Fontes, 1997.

propensão dos consumidores, quer pela incorporação de avanços técnicos, mas, principalmente, na “busca do lucro, numa sociedade em que o capital dava o tom”.

Agora nos deteremos mais atentamente nas estruturas e no que está posto nestas publicações, buscando compreender as estratégias de elaboração dos textos, as escolhas e as ocultações. Os catálogos, para além do esforço de classificar e hierarquizar, selecionaram produtos tradutores de discursos, ambições e espelharam projetos para a sociedade e a população.

2.2. Publicações na Exposição de 1908: catálogos e boletins ordenando o mundo

A exposição era o palco de defesa de um projeto e, ao mesmo tempo, um microcosmo das tensões e questões pautadas pelas elites, cujo catálogo ordenava o mundo, conferindo sentido, lugar e função a cada ator social representado. O catálogo pode ser entendido, assim, como uma das estratégias, dentro do repertório da exposição, para comunicar, entreter e doutrinar.

A exposição de 1908 foi pródiga na elaboração de material publicitário e explicativo; entre boletins, catálogos, folhetos e álbuns todos os espaços, produtos e objetivos da festa foram visibilizados. Com o objetivo de apreender algumas das imagens e discursos elaborados utilizaremos as publicações nacionais, do Estado da Bahia e de São Paulo, da exposição de 1908. Observamos, sistematicamente, as palavras-chave utilizadas, a estruturação das publicações e o que traziam de informações na intenção de esclarecer como e o que foi dado a ver no evento, pois exposições lidam com visibilidade e invisibilidade quando selecionam os objetos expostos e as performances que veicula.

O catálogo, essa espécie de ‘retrato’ de forma escrita, pressupõe a intencionalidade e as diretrizes de enaltecimento que cada estado (ou país) selecionaram para participar e se inserir, através das classificações, para apresentar o seu melhor. Essas categorias de classificação eram estabelecidas pelas comissões gerais para adequação e melhor uniformidade dos conteúdos. Michel Foucault explica que categorias classificatórias baseavam-se em princípios enciclopédicos inspirados pela História Natural e transportados para outros ramos da ciência. Além disso, o ato de classificar estabeleceu os “códigos ordenadores da nossa cultura”, nos levando à maior familiarização com o mundo que nos rodeia (FOUCAULT, 1999, p.181-195). Os catálogos vulgarizam esses ordenamentos e, partindo da natureza, passam a organizar a sociedade, as atividades produtivas e os homens.

Nota-se que para transmitir essa nova imagem, ou mesmo dar forma ao Brasil moderno, civilizado e alinhado aos rumos republicanos, as informações dos catálogos analisados aqui procuravam testemunhar, principalmente, o desenvolvimento econômico, garantindo a presença na sociedade burguesa, como requerido pelo modelo internacional, ainda que pautado na visão enciclopédica e positivista transportada de um tempo a outro, em se tratando das grandes festas da nacionalidade brasileira. Além de refletir a expectativa de alinhamento, reside na exposição uma tentativa de construção de identidade.

Na missão manifesta de apresentar os produtos formando coleções mistas de artigos, amostras de produtos naturais, objetos e o que mais fosse escolhido para compor um painel respeitável da Bahia e do Brasil, a ideia era a de inventariar e explicar, de forma sintética e uniforme, através da publicação, o progresso regional em andamento, além de reivindicar um lugar de destaque na economia internacional. Nesse movimento, havia preocupação com a ordem categórica, regular e unificadora de aplicação geral e ampla advinda do século das Luzes, trazendo a ordem ao mundo natural segundo critérios científicos. Em tal corporificação, as exposições nacionais, segundo Sandra Pesavento, receberiam ainda os influxos de uma proposta comtiana⁴⁵, nascida do século XIX e que identificava a difusão dos saberes como o dever positivista (PESAVENTO, 1997, p.45-46).

Positivismo que estabelecia dois modelos de ordenamento das informações dentro das publicações. Os tipos de organização dos catálogos – em lista ou descritivo – já apareciam nas exposições provinciais e nacionais do século XIX. Podiam apresentar a descrição pormenorizada do país/estado composta por informes gerais sobre o clima, relevo, produção econômica, sistema de governo e população. Ou apresentar listagens em que os produtos se enquadravam nas categorias de classificação dadas *a priori* pelas comissões internacionais. Os catálogos da província da Bahia, a exemplo dessas tipologias de organização da informação (produzidos em 1872 e 1875), seguiam o princípio de listar os produtos, expositores e as cidades de origem, ajustando as categorias (ordenamento em grandes conjuntos, grupos e classes) de modo a responder às exigências pré-estabelecidas (CUNHA, 2010, p.84-85).

Para Margarida Neves, são três as constantes presentes nas exposições e nos catálogos:

1. Valorização das riquezas naturais seja através do índio romantizado ou dos produtos da terra que se consome;
2. A apresentação da máquina como ícone do progresso, alguns destes maquinismos apenas funcionando e produzindo sons, sem uma função específica e
3. O

⁴⁵ Comtiana, referente a Augusto Comte, idealizador da filosofia positivista, a qual acreditava ser possível ordenar o mundo natural e o homem a partir das ciências exatas. Auguste. Curso de filosofia positiva: discurso sobre o espírito positivo/ São Paulo: abril cultural, 1978.

exótico exposto, representado pelos animais mais raros, pelos produtos mais difíceis e caros, uma verdadeira apresentação da estética do insólito (NEVES, 1986, p.47-48). Valores e virtudes apropriadas e adaptadas no Brasil para a construção da própria representação com olhos voltados para a prosperidade moderna. Com o advento da República, os conceitos do século XIX ajustam-se aos tempos correntes e às ambições exibidas. As publicações oficiais iriam auxiliar e alimentar o ‘novo’, que procuraremos especificar adiante.

O catálogo sendo instrumento de apresentação de produtos e item estratégico na propagação do ideal exposto tinha a estrutura escolhida pelos encarregados da redação, adequando os acervos ou as informações privilegiadas e discriminadas dentro das categorias de classificação.

Vale aqui voltar à estrutura de redação: na forma de lista complexa, de texto descritivo ou na mescla dos dois estilos. Na primeira forma, a da lista, os produtos exibidos na exposição eram classificados, agrupados e relacionados segundo critérios estabelecidos pelos países organizadores, divididos em conjuntos, grupos e classes. Cada produto com identificação de origem, produtor, nome e, no caso de produtos naturais, a designação científica. Todavia, as categorias de classificação de produtos não se mantinham estanques. Ao contrário, eram mutantes. Algumas desaparecem de acordo com a mudança na forma de ver o objeto, na sua valorização estética ou monetária.

Não se pode esquecer que as exposições eram balcão de comércio, oportunidade de movimentar capitais financeiros, vitrine para produtos e novas tecnologias. Nesse aspecto, as classificações serviam para explicar ao visitante ou ao consumidor interessado o que era o produto, quais suas aplicações, além de ordenar as informações e as diferentes classes de artigos. Para condensar o melhor da produção nacional houve enorme trabalho de adequação, que não passou despercebido das comissões organizadoras, visto que as normas estabelecidas pelas comissões internacionais podiam ser adaptadas às realidades dos países convidados, com inclusões de produtos típicos, específicos de suas culturas e aqueles produtos exportáveis mais valorizados (CUNHA, 2010).

Dos catálogos nacionais aos locais, as publicações guardavam suas especificidades, dirigindo seu foco aos produtos mais destacados, aos artistas mais respeitados e aos maquinismos mais originais, evocando a criatividade, inteligência e certa ‘cor’ local. As comissões expositivas dos estados da Bahia e São Paulo elaboraram suas publicações a partir dessas especificidades, forjando, através do texto, as imagens às quais desejavam ser associados.

2.3 São Paulo e o café: estratégias de propaganda econômica e estatal na Exposição

Seguindo o princípio das classificações, para a Exposição Nacional de 1908 o Estado de São Paulo⁴⁶ optou pela ênfase no primeiro tipo de catálogo, isto é, com uma pequena apresentação das comissões encarregadas da exposição, as secretarias de governo e as entidades públicas patrocinadoras do evento, seguida da relação dos produtos, obras de arte e acervos, classificados e separados em três grandes seções, de acordo com os grupos, cidade de origem e produtor.

A comissão executiva encarregada da organização da exposição foi composta por: Dr. Antônio de Barros Barreto⁴⁷ (presidente); Dr. Augusto Ferreira Ramos⁴⁸ e Dr. Sergio Meira. Além da comissão principal foram formadas comissões seccionais para cuidar da seleção e organização dos produtos. Cada comissão seccional era integrada por três a quatro indivíduos.

Organizamos a divisão dos grupos a partir dos interesses relacionados, ou seja, as áreas a que cada categoria ou produto do catálogo se relaciona:

Tabela 4. Grupos/características dos produtos do catálogo de São Paulo.

Áreas de interesse	Artes	Produtos	Controle social	Natureza	Tecnologia	Governo
Característica	Englobam produtos de artes, trabalhos manuais; marcenaria; escultura, etc.	Produtos agrícolas <i>in natura</i> ou manufaturados	Áreas e técnicas relacionadas ao controle do comportamento da população e seus costumes.	Produtos típicos da fauna e flora brasileiras e seus usos	Avançadas ou tradicionais	Entidades ou atribuições da organização do estado ou do território.
Grupos	Belas artes	Café	Engenharia sanitária	Silvicultura	Minas e metalurgia	Cartografia
	Artes liberais		Antropologia	Caça e pesca	Transportes	
	Trabalhos de senhoras		Cultura física	Horticultura	Máquinas	
			Economia social	Agricultura	Manufaturas	
			Higiene		Eletricidade	
			Alimentação e higiene dos			

⁴⁶ A política “café com leite”, segundo a historiografia mais tradicional, foi estabelecida entre os governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e Washington Luís (1926-1930), com fazendeiros oriundos de São Paulo e Minas Gerais revezando o poder político. Como consequência, as oligarquias regionais menos poderosas orbitavam os dois estados. Essa política de rodízio no poder teria sido fixada em 1913, no Pacto de Ouro Fino, quando os representantes dos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais se uniram para fazer frente ao poder crescente do Estado do Rio Grande do Sul junto ao governo federal. Novas revisões historiográficas consideram que a política café-com-leite não foi o acordo perfeito entre paulistas e mineiros, mas teria envolvido outras seis oligarquias regionais: São Paulo, Minas, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro (NAPOLITANO, 2016, p.30-32).

⁴⁷ Antonio de Barros Barreto, engenheiro e professor da cadeira de mineralogia e geologia da Escola Politécnica de São Paulo em 1896. In SANTANA, José Carlos Barreto de. Euclides da Cunha e a Escola Politécnica de São Paulo. Revista Estudos Avançados, nº10 (26), 1996, p.311-327.

⁴⁸ Engenheiro idealizador do bondinho do Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro.

			animais domésticos			
			Educação			

O catálogo paulista se estrutura a partir da necessidade de estabelecer trocas comerciais e ampliar o mercado consumidor, ou seja, os objetivos refletem na construção textual, dando ênfase aos produtos em tipos, origens e usos econômicos variados.

A classificação se afunila começando na maior categoria: a seção, em um total de três, cada uma delas subdivida em grupos. Cada grupo apresenta os produtos de mesmo tipo ou uso. Como tipos ou usos podemos entender mesma natureza do produto ou utilização, podendo ser: alimentício; decorativo; vestimenta; tecnologia e suas áreas (ex. farináceos, móveis, camisas, máquinas agrícolas).

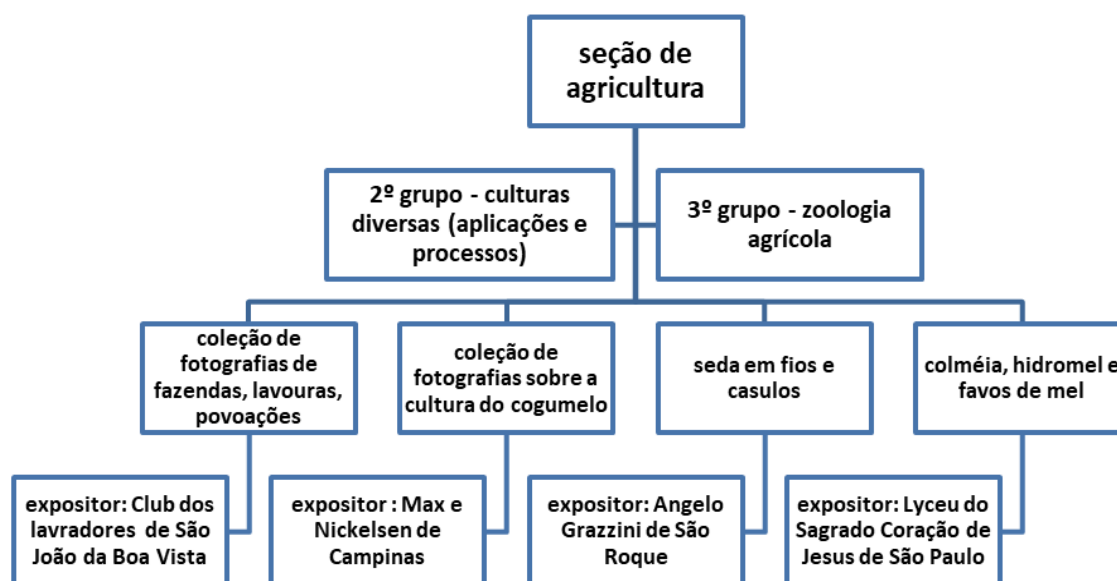
No âmbito dos grupos, os produtos estão nomeados e apresentados junto com os produtores, cidade de origem e indicação se havia ou não vitrine montada no evento. A identificação de produtor, com discriminação de endereço comercial, explicita que o incremento econômico era um dos grandes objetivos de levar produtos à Exposição Nacional.

Tabela 5. Classificação dos produtos - catálogo de São Paulo

ESTADO DE SÃO PAULO – CATÁLOGO 1908		
1. Agricultura	10 grupos	Café
2. Várias Indústrias		
I- Indústria fabril	76 grupos	Heterogênea – qualquer produto manufaturado (farinhas, massas, confeitarias, vinhos e demais bebidas alcóolicas, esquadrias, móveis, cristais, porcelanas, materiais construtivos, perfumarias). Produtos de moagem (farinhas, féculas); massas; artigos de confeitaria; conservas, enlatados; condimentos, etc.
3. Artes Liberais	12 grupos	Trabalhos de escolas, dos Liceus de Artes e Ofícios e do Sagrado Coração de Jesus, outras entidades de ensino profissional, ginásios e seminários.

A seção de Agricultura reuniu produtores que cultivavam artigos de exportação, com maior destaque para os cafeicultores, alguns dos quais construíram mostruários, levando os produtos para apreciação e degustação. O café foi o carro chefe da exposição paulista, com marcas premiadas em exposições internacionais anteriores, cuja distinção de uma medalha conferia prestígio e lugar de destaque no evento, o que não surpreende, visto que o café foi o principal produto de exportação brasileiro e grande captador de divisas entre os anos de 1840 e 1950, representando 60% das exportações no ano de 1900, seguido pelo cacau e pela borracha (NAPOLITANO, 2016, p.33).

Figura 4. Gráfico ilustrativo - organização do catálogo de São Paulo



A seção ‘Várias Indústrias’ era a mais heterogênea. Englobava qualquer produto manufaturado, mesmo de transformação simples ou técnicas mais rudimentares e tradicionais, a exemplo de: farinhas, massas, confeitarias, vinhos e demais bebidas alcóolicas, incluindo até esquadrias, móveis, cristais, porcelanas, materiais construtivos, perfumarias. A terceira e última seção do catálogo, compreendia as ditas ‘artes liberais’, cujas produções vinham de entidades escolares e suas coleções de minerais devidamente identificadas (informação de origem geográfica; medidas; grau de polimento), trabalhos feitos pelos alunos dos Liceus de Artes e Ofícios e do Sagrado Coração de Jesus e demais entidades de ensino profissional, ginásios e seminários. Os trabalhos de artes plásticas, com pinturas artísticas, com a designação do autor e endereço comercial. Not-se muitas mulheres inscritas dedicadas à pintura dos mais variados estilos (aquarelas, naturezas mortas, paisagens naturais e urbanas; pessoas e animais), numismática, arte musical, tipografia e processos de impressão.

Cada instituto oficial do estado paulista mandou mapas e tabelas sobre as atribuições para expor nas paredes do pavilhão expositivo, a exemplo da Diretoria de Indústria e Comércio que enviou à exposição: 1 mapa da estatística agrícola; diagrama da estatística comercial; mapas das lavouras de café, arroz, algodão e cana de açúcar. A Diretoria de Terras,

colonização e imigração⁴⁹ mandou 01 mapa dos Núcleos coloniais do estado; 01 desenho da Hospedaria de Imigrantes; 02 mapas da imigração e colonização. E a Diretoria de Viação encaminhou um (01) mapa das Estradas de Ferro do estado. A Diretoria de Obras Públicas enviou quadros estatísticos sobre as obras promovidas no estado, amostras de madeiras e quadros e fotografias dos edifícios públicos.

A leitura do catálogo paulista traz indicativos explícitos de que o estado, àquela altura o mais próspero da federação brasileira, estava participando da Exposição Nacional para chamar mais investimentos, apresentando a diversidade de sua produção econômica, a organização de sua capital e os institutos de ensino profissionalizante, ao tempo em que demonstrava toda a sua capacidade econômica, riqueza material e estrutura pública organizada.

A diversidade das informações apresentadas remete à produtividade e à prosperidade financeira, além de ser uma demonstração de força política, afinal, as Vitruvianas do Progresso⁵⁰ eram espaços de luta simbólica, de glorificação do trabalho e para marcar posição no universo do capital. A ênfase no viés econômico reforçava a posição simbólica, uma nutrido a outra. O viés econômico evidenciando a presença do produto de maior exportação (o café) que trazia divisas para o país, associado à possibilidade de captar mais recursos financeiros. E o viés simbólico sutil, reforçado pela competência de produzir e gerar lucros, na apresentação da degustação e dos quadros estatísticos na chamativa vitrine paulista de fins explícitos para enaltecer. Poderia se usar aqui a expressão de época: foi um momento para “dar à estampa”, mostrar, aparecer e, neste caso, concorrer, uma vez que no mesmo espaço estavam presentes outros estados e países e, assim, vários interesses em jogo.

É preciso salientar, neste ponto, que do final do século XIX às primeiras décadas do XX houve crescente profissionalização no processo de organização das exposições. De uma iniciativa de particulares e agentes públicos que voluntariamente colaboravam com as Comissões, passou-se a uma gestão de profissionais especializados e parcerias público-privadas para levar adiante os eventos. Schroeder-Gudehus e Anne Rasmussen (1992: p. 39-55) que acompanharam as exposições internacionais observando-as ao longo do tempo (1851-1992), como pontuado anteriormente, explicitam que, pela proliferação de inúmeras exposições (e formas de exposição) foi necessário estabelecer meios de gestão, controle e

⁴⁹ Entre 1881 e 1930 entraram quase 4 milhões de imigrantes no Brasil, com os portugueses, italianos e espanhóis totalizando 79% desse montante. Quase todos os imigrantes se instalaram no Sul e Sudeste, modificando o perfil étnico destas partes do Brasil. A imigração era patrocinada pelos recursos públicos, e os trabalhadores recém-chegados eram alocados em grades hospedarias de onde saíam para as fazendas de café. In NAPOLITANO, Marcos. História do Brasil na República, 2016, p.18-19.

⁵⁰ NEVES, Margarida. As vitruvianas do progresso, 1986, p.39.

comprovação de qualidade, função que foi sendo centralizada até estabelecer regulamentos internacionais⁵¹. Interessante saber que essa proliferação redundou em cidades empenhadas na criação de exposições, de modo a afirmar sua presença no mundo, e incentivadas pelos retornos econômicos e políticos.

Paralelamente, essa mesma proliferação colocou o embate entre pequenos e grandes produtores (empresas dos setores de base e equipamentos), pondo em xeque os critérios para qualificar uma exposição de ‘universal’ ou ‘internacional’, acarretando a avaliação do conjunto das partes que as compunham: vendas e negócios, a função pedagógica, as especializações técnicas e tecnológicas, as exposições especializadas concentrando um domínio (a exemplo, da pesca, eletricidade, higiene e assim por diante). As autoras apontam que houve necessidade de fixar uma “doutrina” (grifo das autoras) e a formação de comitês permanentes (os mais antigos, francês, belga e italiano) exemplificando a “dinâmica de imbricação institucional dos domínios públicos e privados” ligada à política econômica (op.cit.: 42).

O que também vai se chocar com as tradições políticas, econômicas e práticas administrativas dos países, além daqueles economicamente mais dotados (que formaram seus próprios comitês) e os menos dotados. Com isso, as exposições se profissionalizaram. Menos que particularidades que vão computar nas disputas o que se tem é a conquista de mercados. Nessa conjuntura, conquistar ou não um prêmio em uma exposição valia como comprovação de qualidade e garantia de venda. Fatores que continuam efetuando o atrativo comercial impulsionando setores inteiros da economia nacional, caso do turismo, construção civil, os transportes públicos. Não demorou para que, dessa organização centralizada para formar uma exposição de produtos em um mundo alargado, os países institucionalizassem as próprias organizações de regulação econômica em câmaras de comércio.

Quanto à mostra propriamente dita, em 1907 discutia-se que um país precisaria apresentar-se de forma prestigiosa, digna, mas os meios para tanto, ainda segundo as autoras, eram limitados, restritos aos sentimentos patrióticos ou à solidariedade entre parceiros nos negócios. Nada poderia ser “mediocre ou insignificante” de modo a prejudicar a imagem e a performance de um país (SCHROEDER-GUDEHUS; RASMUSSEN, 1992, p.41).

Os comissários das exposições internacionais e os encarregados dos certames no Brasil não perdem de vista o aspecto de competição das exposições. Elas se tornaram uma verdadeira indústria, um setor econômico digno de atenção. Punham em cena a capacidade

⁵¹ Em 1931 foi criado o *Bureau internacional das exposições*. SCHROEDER-GUDEHUS; RASMUSSEN, 1992, p.39.

industrial da Nação, mas, igualmente, chamavam as razões de confiança que se pode tirar da própria história, cultura e beleza das paisagens. A Nação e sua exaltação se tornaram o ponto principal de referência das exposições (SCHROEDER-GUDEHUS; RASMUSSEM, 1992, p.7-9).

Nos catálogos internacionais e brasileiros esses mecanismos de propaganda e, ao mesmo tempo, de defesa da imagem nacional estão presentes sob a forma da propaganda ufanista do passado, aliada, como já assinalado, a promessa de futuro próspero. Nesse aspecto, a sucessão de tabelas e estatísticas utilizadas exaustivamente nas publicações serve para encher os olhos, cumprindo função similar às salas de exposição no que diz respeito à variedade e espetacularidade no propósito de chamar atenção para as possibilidades, através de gráficos numéricos ou volumetrias criando elementos visuais convincentes de potencialidade factível de lucros.

2.4 Traduzindo a Bahia em números: textos e estatísticas nas exposições

Diferentemente do Estado de São Paulo, o da Bahia optou pela segunda forma do catálogo, que mesclava o texto descritivo e as tabelas, para a exposição nacional de 1908. Com uma lista bem menor de produtos e produtores, elaborou um longo documento, descrevendo a estrutura burocrática; a divisão administrativa; a estrutura da educação e os institutos de ensino e seus níveis; a *urbis*, sua mobilidade e principais equipamentos de uso público (transportes, hospitais, mercados); clima, relevo, hidrografia; dados sobre a população e sua constituição racial, etária e de gênero; e produtos de exportação e produtividade da terra. Toda a construção textual apresenta um estado promissor, presenteado com fertilidade e salubridade que uma população morigerada poderia fazer prosperar, já que a população local, como constataremos adiante, ainda não possuía as características desejadas pelos formuladores do espetáculo baiano.

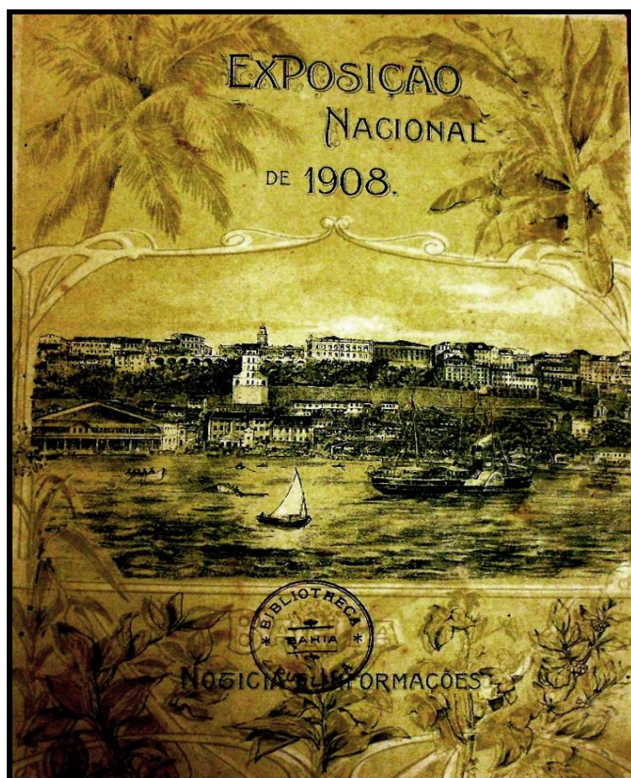


Figura 5. Notícias e Informações - Estado da Bahia. 1908. BPEB, seção de obras raras.

Nessa estrutura de texto descritivo do estado, foram elaboradas algumas categorias de organização para dar visibilidade e destaque às informações consideradas mais relevantes sobre o estado baiano. A tabela abaixo auxilia a visualizar as escolhas tópicas dos produtos e temas contemplados pelo catálogo da Bahia na Exposição de 1908:

Tabela 6. Categorias da publicação baiana para a Exposição Nacional de 1908

ESTADO DA BAHIA – CATÁLOGO 1908	
1. Introdução	Dados sobre a extensão do estado, fronteiras, localização geográfica. Enaltecimento das terras férteis e águas.
2. Flora e fauna	Descrição da flora. Principais plantas medicinais, alimentícias e suas aplicações; animais de criação, de corte e selvagens, incluindo os marítimos. Enumerados e listados por tipo de alimentação e ambiente.
3. Clima e salubridade	Temperaturas e suas oscilações; estações climáticas e salubridade; taxas de mortalidade em tabela comparativa com outras capitais.
4. População e raças	População por município dos recenseamentos (1872, 1890 e 1900); ocupação por km ² ; projeção de mudança no perfil racial.
5. Organização do Estado	Divisão administrativa, jurídica e suas atribuições; o legislativo e sua divisão; divisão eleitoral; estrutura do ministério público; força policial.
6. Produção	Produtos exportáveis; taxas de exportação por setor produtivo e ano; destaque para a produção de açúcar.
7. Exportação e Importação	Taxas de importação e principais produtos; receitas geradas pelos produtos exportados (1897-1907).

8. Navegação	Serviços de navegação fluvial e marítima; rotas principais; empresas de navegação; tonelagem de produção escoada; movimento do porto da Bahia.
9. Estradas de ferro	Implantação do transporte ferroviário no estado; ferrovias principais; rotas; novos ramais; custos de manutenção; receita e despesa.
10. Alfândega, correios e telégrafos	Receita alfandegaria; agências de correios do estado; linhas e extensões dos telégrafos.
11. Comércio e indústria	Institutos comerciais e bancários; fábricas de maior destaque na capital e interior; expectativas de ampliação.
12. Instrução pública	Estabelecimentos de ensino por nível (primário, normal, secundário, superior e profissional); descrição das escolas profissionalizantes; projeção de uma universidade no estado.
13. Artes e letras	Veículos de imprensa; bibliotecas públicas; sociedades científicas e literárias; arquivos públicos.
14. Capital do Estado	Descrição pormenorizada da capital; bairros; edifícios públicos; serviços públicos (polícia; higiene; instrução; justiça e correção; obras públicas); transportes; jardins e monumentos; hospitais; igrejas.
15. Cidades principais	Cidades de maior produção econômica, riqueza. Com dados de clima, produção, localização geográfica, ex. Alagoinhas; Amargosa; Alagoinhas; Cachoeira. Cidades mineradoras.
16. Dados financeiros	Receita e despesa do estado (1888-1907); receita e despesa em 1904, 1905, 1906 e 1907 por setor econômico.
17. Futuro do Estado	Expectativas de desenvolvimento econômico e produtivo; incentivo à imigração
18. Diagramas e tabelas	Receita e despesa ordinária do estado; planta do porto de Salvador; mapa do estado; linhas telegráficas; estradas de rodagem e vias férreas.

Dessa lista, alguns se destacam na exaltação do estado e na ênfase da ideia de que a Bahia era uma terra de possibilidades. Uma terra prodigiosa, de clima ameno e terras férteis, com boa distribuição de chuvas, rendendo bons dividendos, que carecia de mais mão de obra. Estado bem organizado estruturalmente, serviços públicos ordenados e funcionando. Instrução pública com bons institutos e em crescimento. Um discurso de construção *a posteriori* da prosperidade e riqueza. O pensamento republicano na administração do bem público, as cifras crescentes de industrialização, o comércio em expansão.

No contexto da cultura regional, especificamente o *ser baiano*, cidadão nascido em Salvador ou em seu Recôncavo e que partilha de um mesmo repertório cultural ainda se define, adquire contornos aos poucos e as exposições são oportunidades em que estas elaborações vão sendo oficializadas.

Entendendo as exposições como palcos nos quais as expectativas e projetos são materializados e colocados a ver pode-se perceber que, assim como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Exposição cumpre uma agenda. Em sua tese sobre o IGHB, Aldo

Morais Silva dedica um capítulo a entender o papel da entidade no que denomina “projeto de modernização da Bahia” em três frentes – a da remodelação urbana, a miscigenação da população e o incentivo à imigração europeia. A primeira providência desse projeto era destituir a capital - Salvador - de seus traços coloniais. A nova cidade, nascida por inspiração das reformas *haussmanianas*, abria avenidas, iluminava ruas, controlava acessos, disciplinava os passantes e adentrava nos lares, impondo comportamentos. Ainda havia a questão da salubridade da cidade, que interferia diretamente nos lares, no direito à privacidade e no exercício da religião, pois os profissionais envolvidos na reforma sanitária postulavam que o controle do universo privado melhoraria a saúde pública. Vale enfatizar que o controle e as críticas eram voltados ao universo privado das classes baixas.

Não era uma discussão nova, mas recebia outras nuances com o regime republicano. Profissionais especializados, arquitetos, urbanistas, médicos, sanitaristas participavam do debate. Da reforma urbana se passava para a questão da viabilidade da população e da miscigenação. Os teóricos mais lidos e citados nas reuniões IGHB: Henry T. Buckle; Arthur Gobineau; Paul Broca; Cesare Lombroso; Louis Couty; H. Spencer e Louis Agassiz. Esses autores postulavam a imutabilidade de certas características próprias de cada raça e uma hierarquia entre elas, em que o branco europeu estava no topo e os negros na base, reabilitados apenas pela miscigenação. Das intenções e debates do Segundo Reinado passamos a ações concretas na Primeira República: demolições de cortiços, retirada de populações vulneráveis do centro enviadas a regiões periféricas das cidades, deportações para regiões afastadas do país e repressão às religiões de matriz africana.

A terceira ação para reabilitar a raça brasileira consistia em incentivar a imigração europeia⁵². Imigrantes brancos para, através da mestiçagem, eliminar-se, gradualmente, a raça e a cultura negras do país. Para isso, desde o Império foram criados escritórios de imigração dedicados a cooptar trabalhadores pobres em países da Europa e trazê-los ao Brasil. O Instituto Geográfico e Histórico, para colaborar com o projeto, descreveu a Bahia, sobretudo em seu clima, como uma terra de características europeias (clima temperado, águas abundantes, chuvas moderadas), estratégia adotado nos catálogos das exposições baianas, desde as provinciais às republicanas (SILVA, 2006, p.154-193).

Sobre a composição racial do estado, o catálogo informava que as raças predominantes eram *a branca e a mestiça formada do cruzamento do branco com negro, raça africana*, constituindo, segundo o documento, *um tipo forte, inteligente e de alta capacidade para todos*

⁵² Foi criada para incentivo à imigração a Sociedade Baiana de Imigração (SBI), em 1886, que contava com 22 fundadores, entre eles, ao menos cinco nomes de membros de Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (SILVA, 2006, p.177).

os trabalhos. Sobre o elemento aborígene se enfatiza que o desaparecimento dele seria certo e *o seu concurso na formação do mestiço é quase nenhum*. Os brancos, elemento cobiçado pelos entusiastas da imigração, na sua maioria, descendiam, segundo a publicação, de portugueses, e iam crescendo os filiados à origem espanhola, italiana, síria, alemã, polonesa, francesa, inglesa e suíça⁵³. Ainda informa que a raça negra já estava eliminada da sociedade baiana, sendo substituída por um tipo mestiço que guardava em si apenas *traços positivos* resultantes do cruzamento com o elemento branco: *forte, inteligente e capaz de realizar todos os trabalhos*, pois a atividade laboral era valorizada e o trabalhador devidamente aclimatado em seu labor era glorificado desde as primeiras exposições internacionais.

Em relação ao indígena, a previsão da publicação era o desaparecimento, assim como o negro, que pouco colaborava com a composição racial do baiano, em contrapartida como horizonte positivo, o aumento dos brancos portugueses e de outros países europeus. Fomentar a imigração foi um dos principais objetivos desse catálogo expositivo. Mesmo que as estatísticas apontem o fracasso desse projeto e neguem as afirmações presentes no documento, e que o número de africanos e afrodescendentes fosse muito superior ao que está implícito no texto, houve a clara tentativa de embranquecer a população e, ainda, diminuir ou negar a influência negra na cultura baiana.

Além da mudança na composição racial da população, o incremento da imigração na Bahia teve por objetivo transformar o perfil do trabalhador rural. O enaltecimento das potencialidades naturais do Estado buscava demonstrar potencial produtivo e efetuar a completa alteração do trabalhador rural, a ocupação do território para consolidação do controle oficial e aumentos de arrecadação fiscal e balança comercial.

Apesar dos investimentos baianos e das expectativas, esses imigrantes se concentraram em maior número no Estado de São Paulo, nas lavouras de café. A Bahia não teve as mesmas condições para atrair os imigrantes. Navio após navio, os intelectuais e políticos viam os cobiçados estrangeiros se dirigindo ao sul do país.

Quanto às férteis terras da Bahia, tem-se:

Suas terras e águas interiores, ainda inexploradas em grandes trechos, são de uma riqueza excepcional, guardando altos valores e permitindo, para o estado da Bahia, a justa vaidade de possuir, ele só, além de aptidões particulares, as que distinguem e assinalam a capacidade nativa de cada um dos outros departamentos da República.

A configuração do território, cortado de grande número de rios nas suas três zonas, recôncavo, do sertão e do sul, se assemelham, em geral, a do país: terras acidentadas e montanhosas - perto do mar, férteis planícies e vastos campos - no interior. *Estado da Bahia: Notícias e Informações*, p.02.

⁵³ Estado da Bahia: Notícias e Informações, p.10-12

Terras férteis, planícies, áreas montanhosas, água abundante, características naturais do Estado da Bahia que o distinguiam dos demais estados brasileiros e o colocavam acima dos demais, determinando a grandiosidade do seu destino. Mas, essa descrição ufanista ocultava algumas crises, muitas causadas pelo clima, a exemplo da ocorrência constante de secas e crises na produção de alimentos. Em sua dissertação, Graciela Alves (2000) analisa os ciclos das secas de 1857/61; 1869/1870; 1877/1879; 1888/1890; 1898/1900, que causavam escassez e transtornos ao abastecimento de alimentos em Salvador, além de despejarem centenas de famintos na capital. Comissões eram formadas para ajudar o governo a prestar assistência às vítimas. Na primeira seca do período republicano, 1888 a 1890, a Associação Comercial da Bahia (ACB) participou da compra de víveres e do envio dos alimentos à Comissão Central de Cachoeira, encarregada de organizar o recebimento das doações. Para a ACB, essa participação efetiva no enfrentamento da estiagem era uma oportunidade de afirmar sua presença sobre as áreas em que exercia influência e conquistar outras, afinal, a atividade comercial na Bahia enfrentava problemas que iam além da seca. Sob a égide da República a situação parecia piorar para a camada proprietária. A atitude do governo do estado era de indiferença.

Sobre projetos para minimizar a questão da seca temos notícia que, em dezembro de 1889, da cidade de Lençóis expediu-se uma correspondência que propunha ao governador Manoel Vitorino um projeto de irrigação na Mata do Orobó, desde o Ribeirão do Utinga até a Vila do Rosário, obra cuja viabilidade fora comprovada e aprovada pelo anterior presidente da Província, José de Almeida Couto, mas que nunca fora realizada (GONÇALVES, 2000, p.127-137). Uma das medidas de Luiz Vianna⁵⁴, governador da Bahia, mais questionadas foi seu incentivo à migração. Na seca de 1900, o indivíduo ou família que quisesse uma passagem para retirar-se a outro lugar à custa do governo era atendido. Somente a Estrada de Ferro da Bahia havia concedido mais de 2.000 passagens para Salvador. Os migrantes tinham

⁵⁴ Luís Viana nasceu em São José do Riacho da Casa Nova, na Bahia, em 30 de outubro de 1846, filho do coronel José Manuel Viana e de Mariana Ribeiro Viana. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde clou grau em 1869. Em 1870, filiou-se ao Partido Conservador, sob a liderança de João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe. Elegeram-se deputado provincial de 1872-1873 e reconduzido para o biênio seguinte. Em 1874, foi nomeado juiz municipal da comarca de São Francisco. Foi transferido para o Rio Grande do Sul, em 1881, retornando à Bahia em 1885, como juiz da comarca de Abrantes. Em 1891, foi eleito senador para a Constituinte Estadual, prosseguiu no mandato de Senador estadual (1891-1896). Tomou posse como governador da Bahia em 28 de maio de 1896. Construiu o Ginásio da Bahia e a Escola Normal. Os primeiros combates com o arraial de Canudos prejudicaram seu mandato, foi acusado de fraqueza e conivência com os adeptos de Conselheiro. Enfrentou oposição da classe comercial da cidade de Salvador. Voltou à política em 1911 quando foi eleito Senador federal. Faleceu em 1920, quando embarcou para a Europa depois da posse de J.J. Seabra para governador do estado da Bahia. In. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/VIANA,%20Luís.pdf> acesso em 10.03.2018.

total liberdade de se dirigirem a Salvador, onde eram instalados na hospedaria dos migrantes, uma espécie de agência que favorecia os particulares interessados em contratar mão de obra. Os empregadores variavam entre fazendeiros do sul do Estado, o industrial Luiz Tarquinio⁵⁵, e os engenhos do Recôncavo (Idem, p.145-146). Em lugar de promover políticas eficazes de permanência nos territórios, a opção do governador Luís Viana foi facilitar a desocupação das terras e promover o inchaço populacional da capital.

Logo no texto introdutório consta uma descrição panorâmica, em que se adentra no mapa baiano como em um olhar visto de cima, para dar a ver o *núcleo originário da civilização do país*, em toda a riqueza de sua natureza, sua *baía magnífica*, seus *excelentes portos* e *soberbos fundeadouros*. Além de clima ameno, apropriado ao plantio, águas abundantes, a Bahia era pródiga em fauna e flora. Plantas medicinais, alimentícias, exóticas, de utilização construtiva. Animais de corte, animais raros e exóticos, selvagens. As plantas listadas são *aplicáveis a todos os casos da medicina* e estão espalhadas pelo solo, crescendo como qualquer erva ordinária. As árvores frutíferas, em grande número de tipos e plantas exóticas, admiradas pela sua beleza e colorido. Os animais classificados e listados segundo as famílias e tipos, distribuídas em uma grande lista ocupando duas páginas: mamíferos (*símios, carnívoros, roedores, ungulados, etc.*); aves (*pássaros, macrochiros, psitacos, strigos, galináceos, etc.*); peixes marinhos e de água doce; répteis (*cheloneos; crocodilos; ofídios*)⁵⁶.

Sobre o clima e salubridade do Estado, a publicação ressalta que é classificado de tropical, mas de temperaturas amenas, com pouca oscilação e, em algumas localidades - Conquista, Maracás, Morro do Chapéu, Monte Alto e outras -, a *temperatura desce tanto que se assemelha à dos países da Europa Meridional*. As condições de salubridade são excelentes e *sobejam casos de longevidade*. A Bahia possuía, segundo o catálogo, áreas de sanatórios naturais capazes de curarem as mais graves moléstias: Itaparica, Madre de Deus e MontSerrat, esta última na capital, para as moléstias tropicais; *grande parte do sertão, na zona alta e seca, para a tuberculose*. Em Itaparica *é raro que se não curem os doentes de bérberi, ainda quando chegam em adiantado momento da moléstia*.

As descrições repetem a estratégia do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e associam o clima local ao dos países europeus, afinal o Estado da Bahia seria melhor avaliado por potenciais imigrantes e investidores caso pudesse abrigá-los sem causar problemas de adaptação. Aconteceria uma transição suave do país de origem, a acolhida em uma nova terra, um novo povo, em que a *população, no seu tipo geral, é pacífica e,*

⁵⁵ Foi um empresário, escritor e político baiano. Fundou a Companhia Empório Industrial do Norte e para abrigar os seus funcionários criou a primeira vila operária do Brasil.

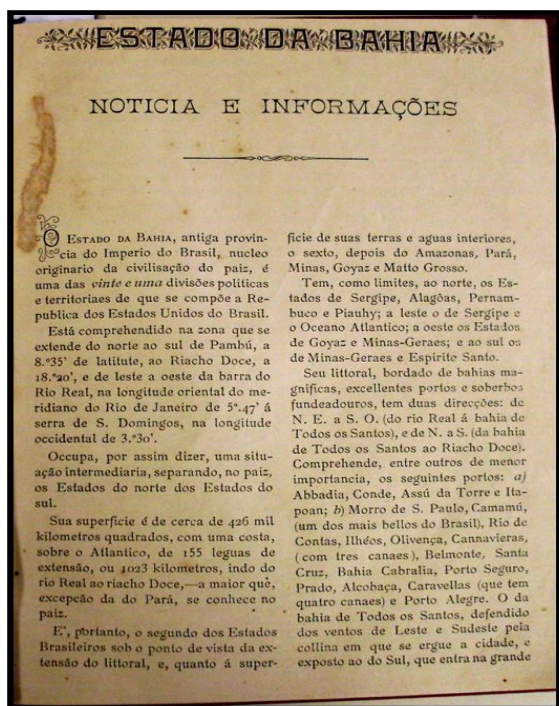
⁵⁶ Estado da Bahia: Notícias e Informações, 1908, p.6-7.

sobretudo, muito hospitaleira, aceitando sem resistência, antes com agrado, no comércio, na agricultura e nas indústrias, o concurso e influências das correntes estrangeiras. Todo o documento contradiz alguns autores que, em suas pesquisas, apresentam a Bahia como um lugar em crise financeira e produtiva que atravessa o Império e chega à República, com insuficiente arrecadação de impostos e de abastecimento, com secas e escassez (GONÇALVES, 2000); uma população pobre, negra e considerada perigosa pelas elites econômicas e intelectuais (LEITE, 1996; ASSIS, 1996).

Sambas e batucadas até altas horas, prostituição chamada comércio de ‘carne branca’, festas populares como os festejos juninos, velórios e enterros, eram regulados pelo costume, reprimidos pelas posturas municipais e pela polícia, mas resistiam apesar do olhar de desgosto e do preconceito das elites. Quanto ao preconceito dirigido à população pobre e negra, percebida como propagadora de vícios e praticante de iniquidades, Rinaldo Leite afirma que “não é possível negar que tal percepção estivesse fortemente eivada de um sentimento preconceituoso, o qual para lógica do período e na perspectiva da mesma elite pode ser compreendida, mas não necessariamente aceita. A vontade, por vezes radical, de serem como que europeus nos trópicos, expressa pelos membros das elites, imbuídos que estavam de todos os valores civilizatórios de que a Europa era referência, talvez sirva de justificativa para o preconceito” (LEITE, 1996, p.113). Além desse posicionamento das elites, as reformas pretendidas no comportamento da população estavam condenadas ao fracasso em virtude do pouco acesso à educação da maior parcela da população, visto que os principais institutos de ensino público do estado eram ocupados por homens, brancos, e das classes médias e altas (LIMA, 2003).

As regiões mais carentes não entram ainda nesse projeto, são territórios inexplorados, lugares ainda por desbravar, com populações desassistidas. A pretensão de unidade e organização expressa no discurso oficial não abrange o sertão da Bahia, não inclui o todo social, antes, o oculto. Mazelas presentes e passadas ainda ecoam e são memórias vívidas de fome e escassez dos milhares de migrantes da seca. A Guerra de Canudos (1893-1897), por exemplo, ainda persistia na recordação da capital, aquelas centenas de miseráveis, proclamados monarquistas, que chamavam o regime republicano de o “mal na terra”, morrendo de fome e dizimados pelas tropas do exército brasileiro (NAPOLITANO, 2016, p.22). Os negros desocupados, recordações do passado escravista, em número maior do que suporta o projeto eugenista, visíveis nas ruas da cidade, demonstravam a urgência e, ao mesmo tempo, a fragilidade dos projetos desenvolvimentistas, sendo a única solução amplamente debatida a do branqueamento através da miscigenação.

Figura 6. Notícias e Informações, p.1



No tópico “Organização do Estado” descreve-se as divisões administrativas com uma sucinta apresentação dos poderes executivo, legislativo e judiciário, seus componentes, atribuições e tempo de mandato. A divisão eleitoral; o serviço de policiamento do estado; a divisão judiciária (comarcas, termos e distritos), a distribuição de juízes e promotores públicos; o ministério público; os municípios e os órgãos da administração. Esse tópico descreve as atribuições dos poderes, exalta a clareza nos processos eleitorais, independência dos juízes e a divisão de competências bem delimitada.

A “produção” econômica baiana vem a seguir na publicação, com listagem dos produtos exportados e estimados em cerca de 80 artigos⁵⁷. “O destaque à exportação se devia a ser principal geradora de divisas para a administração pública, visto que, os governos estaduais sob o regime republicano ficavam com as rendas decorrentes da exportação, enquanto a União ficava com as rendas da importação de produtos. As primeiras eram mais

⁵⁷ Os principais produtos de exportação baiana citados são: cacau, fumo e seus preparados, café, açúcar, borracha, piaçava, cocos e coquinhos, peles e couros, madeiras, areias monazíticas, manganês e outros minérios e minerais, diamantes, carbonatos, pedras preciosas, resinas, óleos, ceras, substâncias tâníferas, cascas industrializadas, lãs vegetais, fibras, plantas medicinais, animais e seus produtos. E da indústria fabril que se desenvolve continuamente: algodão, féculas, doces, aguardente e vinhos, objetos de arte cerâmica, cereais e uma variedade ainda de produtos agrícolas e matérias-primas para a atividade de todas as indústrias. *Estado da Bahia: Notícias e Informações para a Exposição Nacional de 1908*, p.14/15.

polpudas que as segundas, pois o Brasil era uma economia agroexportadora” (NAPOLITANO, 2016, p.25). Podemos afirmar que a ênfase na exportação se aliava aos esforços coordenados de incentivo à imigração, para geração de créditos para o estado. Imigrantes eram necessários para manutenção da agricultura exportadora, visto que a agricultura familiar gerava circulação de renda apenas entre os municípios, sem alcance nacional, muito menos internacional.

Ainda que as exportações fossem o centro da produção econômica da Bahia, tal como expressa na publicação, para que se realizassem as ambições de crescimento e desenvolvimento financeiro a ocupação do território e o aumento da população precisavam ser incentivados, como dito acima, através da imigração, afinal, *quando aumentada a população, desenvolvidos os meios de comunicação e afluindo os capitais estrangeiros, forem exploradas todas as suas variadíssimas riquezas*⁵⁸. O tópico produção é completado com “exportação e importação” e o que segue são tabelas e estatísticas, com as rendas conseguidas através dos produtos nos mercados interno e externo; tabela discriminando o produto, tonelagem e ganho monetário; a posição da Bahia em relação a outros estados brasileiros nos quesitos exportação e importação.

O escoamento de passageiros e de mercadorias apresentado no quesito “navegação” descreve as principais opções para o deslocamento marítimo e fluvial dentro do estado; os tipos de embarcações (lanchas, saveiros, vapores, navios à vela, barcas); as principais rotas e empresas nacionais e estrangeiras dedicadas à navegação e que disputavam mercado em águas baianas. O movimento de passageiros foi demonstrado por tabelas que impressionam pelo trânsito intenso de embarcações, não tanto pelo número de passageiros⁵⁹. O porto de Salvador era o centro dos incentivos aos transportes de exportação, através dele a produção do estado escoava para o resto do país e para o mundo. Essa centralidade pedia investimentos altos na infraestrutura do porto e na abertura de mais espaços para embarcações.

As “Estradas de ferro” e a estrutura do transporte ferroviário, a malha da Bahia e a ligação com Minas Gerais, através da Bahia-Minas, os ramais são apresentados em

⁵⁸ Estado da Bahia: Notícias e Informações para a Exposição Nacional de 1908, p.17.

⁵⁹ O movimento de passageiros estrangeiros por ano foi: em 1905 entraram pelo porto baiano 469 estrangeiros, saíram 470; em 1906, a entrada foi de 519 e o movimento de saída de 505; no ano de 1907, entraram 587 e saíram 574. Dessa pequena diferença entre entrada e saída de passageiros podemos deduzir que o porto da Bahia servia apenas de pequena parada entre a origem e o destino final dos passageiros. A nacionalidade que mandou mais cidadãos foi inglesa, seguido dos alemães, depois franceses, noruegueses, austríacos e belgas. Os italianos, portugueses, uruguaios e suecos ficam nas últimas posições. O movimento de embarcações em 1905 de entrada foi de 1.456 e de saída de 1425; em 1906, entraram 1.376 e saíram 1.282; em 1907, entraram 1.297 e saíram 1.192 embarcações. Lembrando que a modalidade de navegação é cabotagem e todos os tipos de embarcações estão nessa estatística: vapores, barcas, barcos, lanchas, cahiques (caiaques), lugres, iates, patachós, escunas, palhabetes, rebocadores, transporte, cruzadores, torpedeiros, brigues e saveiros. Notícias e Informações para a Exposição Nacional de 1908: Bahia./1908, p.25.

quilômetros cobertos e receitas contabilizadas no ano de 1906. As comunicações e o controle de mercadorias e transporte resumidos no tópico “Alfândega, correios e telégrafos”, em que consta o número de agências, a localização e o tráfego de telegramas nacionais e em território estrangeiro, apontando uma estruturação para possibilitar comunicação entre as cidades e o escoamento de produção.

O “Comércio e a indústria” que para se consolidarem sofriam com dificuldades na infraestrutura, um porto desaparelhado e, no interior, principalmente nas zonas sertanejas, muito extensas, a presença da escassez em diversas áreas, dificuldade e carestia dos meios de transporte, que dificultam a instalação e a atividade de indústrias e novas explorações do interior baiano. Essa avaliação parece contradizer os argumentos repetidos ao longo do catálogo de que o Estado da Bahia dispunha de meios para se modernizar, em riqueza natural, no clima e na produtividade da terra. Imbatível, pode-se dizer, porém, nos quesitos capitais monetários e humanos, carecendo de melhoramento. A argumentação do documento se constrói a partir desse problema, a riqueza baiana e a impossibilidade de explorar esses recursos adequadamente com a falta de investimentos, a necessidade de ocupação do território, a pouca atenção do governo federal⁶⁰.

Durante a República Velha, o comércio era o setor que mais pagava impostos em Salvador, cujo giro era o mais expressivo nas principais cidades do interior, sendo também a atividade empresarial mais bem-sucedida do ponto de vista da remuneração dos capitais empatados. Ao tempo em que a base produtiva da economia baiana estava mergulhada num profundo processo de estagnação (ou mesmo decadência em alguns setores), o ramo comercial - ao menos aquele que comportava os grandes comerciantes exportadores e importadores - possibilitava o aumento de capitais de suas firmas e a expansão dos seus negócios, como se crescesse parasitando a fraqueza da base produtiva. As grandes fortunas comerciais da época imiscuíam-se na intermediação financeira, agindo como verdadeiras casas bancárias e pairando sobre os produtores agrícolas dos mais diversos gêneros (FALCÓN, 1983, p.18-23).

⁶⁰ O mineiro Afonso Pena governou o país entre 1906 e 1909, ele defendia certo grau de intervenção do estado na economia e apoiou a valorização artificial do café, através do Convênio de Taubaté (1906-1908) que estabelecia a compra de café pelo governo federal para a formação de estoques reguladores de preço, além da desvalorização da moeda nacional, de maneira controlada, para garantir moedas estrangeiras fortes (dólar, libra), necessárias para a economia nacional, assegurando também a fortuna dos cafeicultores. Na Bahia, o cultivo do cacau se amplia na segunda metade do século XIX, favorecida pelos preços internacionais, porém os produtores não controlavam o processo de comercialização e em decorrência da necessidade de crédito para estabelecer a lavoura, acabavam caindo na dependência do intermediário comercial. (NAPOLITANO, 2016, p.23-33).

O catálogo reflete essas crises. Nas entrelinhas, nos senões e no que reivindica se percebe que algo não vai bem, ou não tão bem quanto se desejava retratar. Cruzando as informações do documento e os autores que analisam a Bahia da Primeira República percebe-se que, do ponto de vista político, o Estado da Bahia não ocupava a centralidade desejada nas decisões sobre o destino nacional. O cacau não formou uma classe politicamente fortalecida, mas isolada na política local e nas fronteiras de Ilhéus e os lucros mais vultosos da lavoura cacaueira ficavam nas mãos dos intermediários, não havendo outros produtos de exportação que criassem excedente significativo para a Bahia. No aspecto social, a Bahia possuía uma população fora dos padrões étnicos almejados e cujo controle pelo poder público estava bem longe de se concretizar. Some-se a isso o território enorme e que não possuía ainda uma estrutura de transportes eficiente. Os avanços apontados no documento – estradas de ferro; correios; navegação – ainda não eram suficientes para debelar todas as crises.

Enquanto o catálogo paulista exibía uma grande variedade de produtores, produtos e instituições alavancando a economia, o catálogo baiano foi redigido na forma de promessa, de possibilidade futura, com sucintas descrições das instituições baianas. As estatísticas de produtividade e lucratividade da economia estadual ainda não eram as ideais. Segundo a publicação, nos anos de 1905 e 1906 se assinalaram cerca de 80 produtos de exportação do Estado, sendo maior sua utilização no consumo local. As descrições são mais breves para a Bahia: as instituições públicas, comerciais e industriais são apresentadas na forma de texto, em parágrafos curtos, sendo poucas e raras essas entidades de regulação que dão organicidade a um estado. Em contrapartida, as riquezas naturais (animais, plantas, minerais) que aparecem mais abundantes, as matérias-primas são o ponto forte, estão ali, ao alcance do trabalho laborioso de braços que sejam brancos e europeus, e de investimentos que venham do exterior.

Existe uma assimetria óbvia entre os dois catálogos. O documento paulista apresenta uma variedade de instituições públicas ligadas ao controle da produção econômica, fomento comercial e auxílio a produtores - secretaria de agricultura; diretoria da indústria e comércio; diretoria de terras, colonização e imigração; diretoria de viação; diretoria de obras públicas; comissão geográfica e geológica do estado, - essas entidades promovem o estado, mas não são o foco da apresentação paulista. Os produtos agrícolas, os industrializados e semi-industrializados são o destaque. O café, chamariz principal da exposição, apresentado em todas as suas variações (quanto ao estado do grão: cru, torrado, moído, inteiro; quanto ao tipo: chato amarelo, chato despulpado, moka moído, bourbon, maragogipe). No grão e pó de café, temos 26 produtores individuais e 32 firmas da cidade de Santos expondo seus produtos,

alguns dos quais premiados em Exposições Internacionais, em um total de 199 amostras do produto⁶¹.

A postulação do catálogo da Bahia centra-se em um modelo de modernidade atrelado à dependência econômica, política e ideológica. Para ampliação do alcance dos produtos, o catálogo recomenda aumento da população pela imigração, capitais estrangeiros, desenvolvimento das comunicações e das vias para deslocamento de pessoas e mercadorias para otimização econômica⁶². Um modelo de dependência e manutenção de privilégios que não aprofunda na proposição de resoluções, fazendo promessas superficiais inteiramente condicionadas a influências externas.

A redação do documento baiano imprime certa nostalgia do passado, onde se cultuava uma glória pretérita que devia ser retomada. Segundo afirma a publicação:

[...] a Bahia, pelas condições de sua existência, é, sem contestação, no país e no continente, um trecho abençoado, de altos destinos econômicos e que tudo promete na sucessão do tempo, se lhe chegarem, como é indispensável, novos elementos e garantias de trabalho - acréscimo, pela imigração, de suas unidades produtoras, animações ao capital e progressivo desenvolvimento tão rápido quanto possível, no seu regime de transportes. Estado da Bahia: Notícias e Informações, p.53/54.

Ressalte-se que o estado baiano trabalha com arrecadação negativa de impostos⁶³, apresentada em relatório de 1908, um quadro de receita insuficiente e industrialização incipiente. No catálogo paulista não se discute a modernização, nem se pede por imigração, as instituições se apresentam, os produtos são listados em riqueza e variedade. O estado, neste caso, já se encontra fortalecido e próspero, a exposição apenas testemunha isso, certifica através do catálogo e da materialidade do seu pavilhão.

Vale notar que as publicações das exposições eram traduzidas em dois ou até quatro idiomas para que alcançassem maior número de leitores. Além de vendidos nos espaços expositivos, os catálogos eram adquiridos por escolas, bibliotecas públicas, faculdades e escolas e enviados a embaixadas. Na presente pesquisa, localizamos na documentação pedidos até mesmo de câmaras municipais do interior baiano por exemplares. Ainda que traduzidos e com tiragens numerosas, os níveis de alfabetização e escolarização dos baianos sugerem que o alcance dessas publicações era, no entanto, limitado.

⁶¹ Catálogo de São Paulo para a Exposição Nacional de 1908, p.03-19.

⁶² Estado da Bahia: Notícias e Informações, p.17

⁶³ BOLETIM Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Diretoria Geral de Estatística, 1908, p. 31.

2.5 O Boletim comemorativo da Exposição Nacional de 1908

Em celebração aos festejos do Centenário da Abertura dos Portos também foi publicado o Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, pela Diretoria Geral de Estatística, para ser distribuído durante a festa. A publicação era um resumo e uma descrição otimista do país, no qual se relata em visão retrospectiva os avanços conquistados desde a chegada da Família Real e a Abertura dos Portos, em 1808. O Boletim traz estatísticas de vários fatores (físicos, demográficos, econômicos e sociais), extraídos de fontes oficiais e extraoficiais⁶⁴, isto é, as informações são fruto de levantamentos dos funcionários do serviço de estatística, coletados ainda sem uniformidade de método e cuja exatidão e veracidade não podiam ser confirmadas. São apresentados, no texto, os pavilhões e demais espaços da Exposição, assim como os produtos de maior destaque para a economia nacional.

Figura 7. Algodão in natura. Boletim da Exposição Nacional de 1908



⁶⁴ BOLETIM Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Diretoria Geral de Estatística, 1908, p.7.

Segundo o Boletim, a exposição buscava demonstrar que estava extinta a dependência do vínculo colonial e que o país deveria se apresentar também, aos olhos dos visitantes, com os produtos de atividade no comércio, na indústria e na agricultura, assim como nas ciências, nas letras e nas artes, o aspecto geral do território, da população e do movimento social e econômico⁶⁵. Apesar disso, a agricultura na modalidade monocultura de exportação se destacava em volume de receitas e superava em número de expositores e produtos a indústria e o comércio nacionais. Entre discurso e ação, uma distância considerável, pois a economia nacional não era tão diversificada como idealizavam os redatores do Informativo.

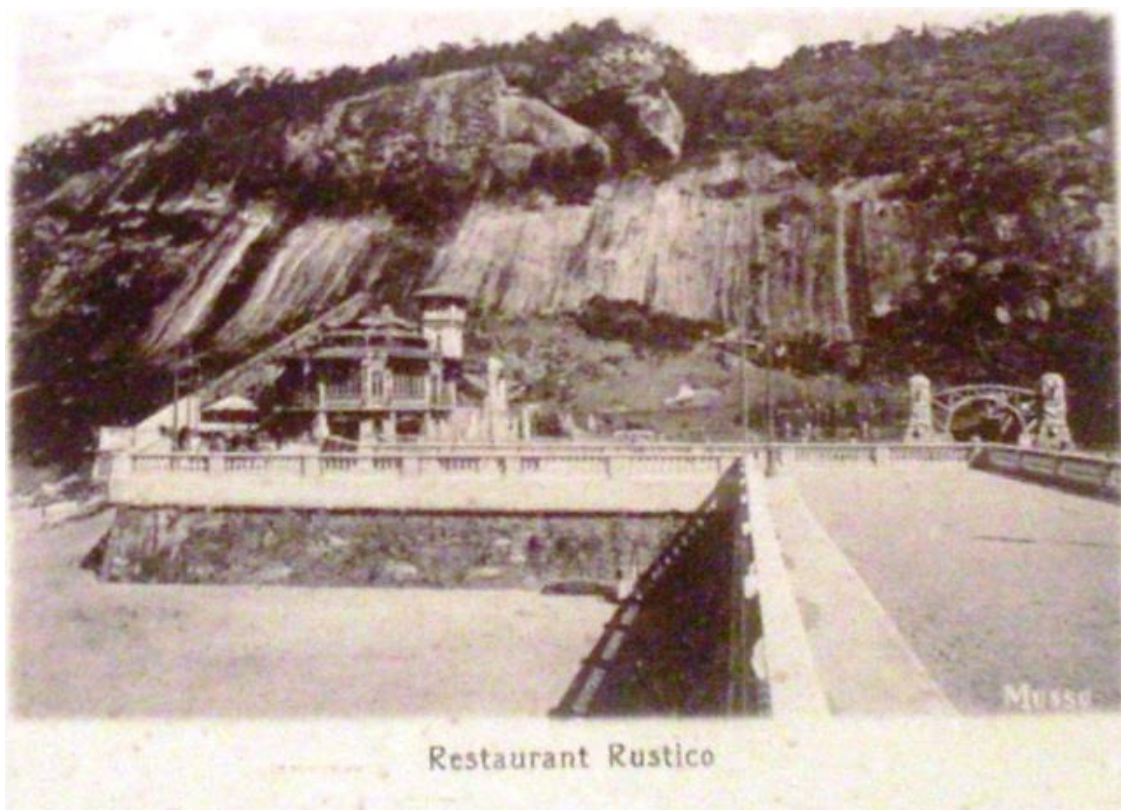
O Boletim torna-se registro detalhado das características ambientais do país: clima, rios, flora e fauna, além de informações sobre a população, com dados estatísticos de número de habitantes, cor e idade, distribuição populacional no território e dados econômicos como a relação dos principais produtos de exportação, movimentação dos portos e ferrovias do país. A publicação destinava-se a registrar e enaltecer o crescimento do Brasil em 100 anos, como a nação se desenvolvera em números e as potencialidades desde a abertura de seus portos ao comércio internacional até as primeiras décadas do regime republicano.

Para celebrar a Exposição, constam fotografias dos espaços como: a Porta Monumental, o Palácio dos Estados, Palácio do Distrito federal, Palácio do Estado de São Paulo, Pavilhão do Estado da Bahia, Pavilhão do Estado de Minas Gerais, Pavilhão da Sociedade de Agricultura, Pavilhão dos Correios e Telégrafos, Palácio das Indústrias, anexo do Pavilhão Português, Pavilhão Manuelino. Os equipamentos de lazer, restaurantes e as principais vias de acesso também são retratadas: Teatro João Caetano, vista da Avenida dos Estados, Restaurante Pão de Açúcar, Restaurante Rústico, Ponte de embarque dos barcos, Vista do Terraço da Praia Vermelha.

⁶⁵ BOLETIM Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Diretoria Geral de Estatística, 1908, p.5



Figura 8 Restaurantes Pão de Açúcar e Rústico. Boletim Nacional, p.37



O Boletim utilizou largamente o recurso das tabelas estatísticas para demonstrar dados de crescimento econômico e populacional. Os números e cifras foram tratados como linguagem universal, os títulos e subtítulos das estatísticas traduzidas em francês e esperanto para que as informações pudessem ser compreendidas por leitores estrangeiros. A escolha do primeiro idioma, o francês, foi justificada na publicação por ser a *língua diplomática por excelência, de que se servem os representantes das nações no convívio internacional* e, o uso do esperanto constituiu uma homenagem ao *novo idioma*, que tinha por aspiração *ser compreendida por todos os povos da terra*⁶⁶. O Boletim divide-se em 04 partes: 1. Território; 2. População; 3. Movimento econômico; 4. Movimento social. Na primeira parte uma descrição física do país, com dados sobre relevo, clima, fauna e flora, além de dados sobre a extensão do país e sua divisão territorial. Na segunda parte, dados sobre a população, com taxas de natalidade e mortalidade; recenseamentos. A terceira parte conta com estatísticas sobre importação e exportação, principais produtos exportáveis e cifras da balança comercial. Na quarta e última parte, movimento social, temos dados sobre o ensino público; movimento de matrículas e frequência; ensino primário; educação profissional; institutos públicos e particulares.

As tabelas e dados foram elaborados pela Diretoria Geral de Estatística⁶⁷. Nele são apresentados dados geográficos sobre as diversas regiões do país, relevo e clima; minerais mais comuns por estado; vegetais cultivados em cada estado e aplicações (alimentação, tinturaria); hidrografia (rios, lagos, descrição dos litorais); estrutura político-administrativa; informações sobre a população, como natalidade, mortalidade, divisão por sexo e raça. O longo texto de 239 páginas, bastante descritivo, detalha as instituições de ensino e culturais, cujo tom volta-se à exaltação das qualidades produtivas do país, da viabilidade econômica e das possibilidades de regeneração da raça brasileira através da imigração.

A introdução resume as principais características do país, dimensões, fronteiras, relevo. A estrutura do texto repete as características dos catálogos aqui analisados (o de São Paulo e o da Bahia), provendo informes gerais sobre os aspectos considerados positivos e desejáveis para investidores, imigrantes e nações aliadas. A narrativa bem padronizada, dando a devida visibilidade aos aspectos mais interessantes para as relações políticas do país no

⁶⁶ BOLETIM Commemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1909, p.7.

⁶⁷ Órgão criado em 1871, durante o Império, e encarregado das estatísticas no Brasil. Na República suas atribuições foram ampliadas com a implantação dos registros de nascimentos, casamentos e óbitos (antes registrados e controlados pela igreja católica). Após várias mudanças de nome, em 1934 foi extinto o Departamento Nacional de Estatística, entrando em atividade o Instituto Nacional de Estatística, no ano de 1936. In <https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/ibge.shtm> acesso em 22.12.2017.

exterior e a economia de exportação. Com destaque para o solo, fertilidade, o clima favorável ao cultivo de diversas culturas em condições de menor esforço e maior produtividade. A riqueza mineral, igualmente, tem lugar na primeira parte do Boletim, caso do manganês, mercúrio, enxofre:

(...) encontrado na Bahia, em Minas Gerais, em S. Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Encontra-se o mercúrio no Ceará, em Minas Gerais, em Mato Grosso, no Pará e no Paraná. O enxofre em quantidade notável nos seguintes estados: Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Goiás e Piauí. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, p.12.

Os produtos nacionais de exportação são apresentados divididos por região e estado, junto com informações sobre viabilidade e rendimento das safras, em intencional estratégia de atração para imigrantes que desejassem construir uma nova vida no país. E os números dos novos habitantes cresciam, de acordo com o Boletim. No espaço de 88 anos, de 1820 a 1907, entraram nos portos brasileiros 2.561.482 imigrantes, dos quais 1.213.167 italianos, 634.585 portugueses, 288.646 espanhóis, 93.075 alemães, 36.892 austríacos, 34.593 russos, 19.269 franceses, 11.731 turco-árabes, 11.068 ingleses, 9.086 suíços, 3.780 suecos, 3.716 belgas e 161.874 de outras nacionalidades.

Além da riqueza e produtividade, outro dado considerado positivo e com capacidade de atrair investimentos diz respeito à composição racial da população e sua gradual mudança através da mestiçagem, que se infere da informação abaixo publicada no Boletim Nacional de 1908. Lembrando que esse documento também é dirigido aos museus comerciais.

[...] o coeficiente etnográfico dos brancos aumentou em 20 estados, diminuindo apenas 0,14% no estado de Minas Gerais. O dos pretos decresceu em 19 estados, aumentando apenas 2,74% no Ceará e 0,98% no Piauí. O dos caboclos teve notável aumento em quase todos os estados e apreciável redução no Amazonas (15,55%). Enfim, o dos mestiços ou pardos elevou-se em 7 estados e diminuiu em 14. Entre os primeiros, o do Amazonas é o que tem maior acréscimo 7,03%, e o de Minas Gerais o que tem menor, 0,39% entre os segundos figuram em primeiro lugar o Piauí, com a redução de 21,16% e no último lugar o Rio Grande do Sul com a redução de 0,61% Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, p.23⁶⁸.

⁶⁸ Segundo o Boletim, no inquérito censitário de 1900 não se fez investigação sobre a raça ou cor dos habitantes. Os dados e porcentagens calculadas foram obtidos com algarismos apurados nos recenseamentos de 1872 e 1890. BOLETIM comemorativo da Exposição Nacional de 1908. 1909, p.23.

O trecho acima informa que a população branca aumentava. Conforme o interesse do estado e daqueles que pregavam que a solução para o desenvolvimento do país residia na mestiçagem, desde que os elementos eliminados pela miscigenação fossem negros, caboclos ou indígenas. Em seu trabalho sobre o medo e sua dimensão histórica no Brasil do século XIX, Célia Maria Azevedo identificou alguns dos argumentos mais usados na exclusão sistemática do negro numa possível integração à sociedade pós-abolição, quais sejam, a suposta inabilidade do negro no trabalho livre e contratual, a apatia, se comparada com o branco imigrante europeu, já habituado ao trabalho livre, responsável e disciplinado, condicionado à ética do trabalho e ambicionando mobilidade e ascensão social.

A ideia da inferioridade dos africanos, vista em termos do seu 'paganismo' e 'barbarismo' cultural, começou a ser revestida por sofisticadas teorias raciais, impressas com o selo prestigioso das ciências. Em decorrência disso, ao assumirem a ideia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, estes autores se inclinaram a tratar da transição para o trabalho livre quase exclusivamente do ângulo do imigrante, já que consideravam negros e mestiços incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos interraciais (AZEVEDO, 1987, p.22-23/60-61).

Na Bahia, as instituições à frente do debate da questão racial no país e com competência para conferir legitimidade aos discursos racistas de autores norte-americanos e europeus eram a Faculdade de Medicina e o Instituto Geográfico e Histórico, sendo que a influência ideológica dessas entidades ultrapassava suas portas e associados, de tal modo que as ideias eram veiculadas largamente entre quadros da administração pública. Mesmo as vozes dissonantes do discurso racista não negavam a hierarquização das raças, apenas rejeitavam a ideia de possíveis prejuízos trazidos pelo elemento negro à sociedade brasileira, a exemplo de Alexandre Borges dos Reis⁶⁹, sócio do IGHB, que via o negro como vítima de um sistema injusto que o tirou de sua terra-mãe e o subjugou ao eito, argumentando que sua assimilação seria positiva na formação da raça brasileira (SILVA, 2006).

Tal qual no catálogo baiano, a publicação nacional procurava mostrar que a opção escolhida pelo Estado brasileiro voltava-se para a imigração, eliminar o negro *via* mestiçagem e construir uma nação forte e desenvolvida a partir de migrantes de outras nações.

Através da leitura em paralelo dos dois documentos – o *Boletim da Exposição Nacional de 1908* e o *Notícia e informações da Bahia* – percebemos que a visão positiva da

⁶⁹ REIS, Alexandre Borges dos. Colonos, indígenas e escravos: os jesuítas e a catequese. In Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, 1897, n.28, p.57-63.

imigração, o racismo científico e a hierarquização racial são conceitos que serviam às políticas públicas no Brasil e no Estado da Bahia. E que os catálogos das exposições nacionais e dos eventos baianos pesquisados para este trabalho foram meios de propagação das ideias. Afinal, tabelas e estatísticas não são meios isentos de ideologia. Os números podem alicerçar interpretações equivocadas da realidade nacional e servir a discursos hegemônicos ao tempo em que legitima políticas injustas e excludentes.

2.6 Inquietações sobre a educação na Bahia. A Bahia culta apresentada em exposição

Já que as exposições eram eventos tão prestigiados e os catálogos eram publicações tão sofisticadas e de edição onerosa, nos ficou a pergunta: quem poderia visitar esses espaços ou ler as publicações?

Sobre as possibilidades de leitura e acesso aos textos das exposições e catálogos, assunto que tratamos neste tópico, acompanharemos as informações fornecidas pela publicação baiana para 1908 sobre a educação no Estado. Segundo a publicação, o ensino público e particular era dividido em: primário, normal, secundário, profissional e superior. Eram dedicadas ao ensino primário: 571 escolas elementares do estado; 221 escolas elementares dos municípios; e, 21 escolas complementares do estado. Das escolas elementares, 179 atendiam exclusivamente o sexo feminino, 187 ao público masculino enquanto as demais 207 escolas eram mistas. Nas escolas elementares se adotava o seguinte programa: português; leitura; escrita; cálculo e sistema métrico; geografia; história; noções de ciências físicas e naturais; desenho; ginástica; trabalhos manuais e canto. Nas escolas complementares de programa mais avançado, o programa adotado era o seguinte: língua nacional; francês; aritmética; álgebra; geografia; história e cultura cívica; ciências físicas e naturais; desenho; ginástica; trabalhos manuais e canto.

O ensino normal era ministrado no Instituto Normal. O ensino secundário era subordinado à legislação federal, ministrado no Ginásio da Bahia (GB), atual Colégio Central da capital e, por particulares, em estabelecimentos equiparados⁷⁰ (4 estabelecimentos) e não equiparados (2 estabelecimentos mais prestigiados: S. José e o 7 de Setembro). O ensino profissional era, em sua maior parte, gratuito, fornecendo aos alunos alojamentos, alimentação e vestuários. Os programas das escolas profissionalizantes ficavam a critério do estabelecimento que os administravam: Liceu de Artes e Ofícios; Colégio dos Órfãos de São

⁷⁰ A equiparação significa seguir o mesmo programa de disciplinas e assuntos do instituto público mais prestigiado, neste caso, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em 1911, a equiparação foi extinta, sendo retomada em 1915 pelo decreto 11.530. (LIMA, 2003, p.27)

Joaquim; Liceu Salesiano do Salvador; Colégio São Vicente de Paulo; Escola Centro Operário; Escola Agrícola de São Bento; e Escola Educadora, além de outras para meninos. O ensino feminino tinha as seguintes escolas: Colégio da Providência; Colégio Coração de Jesus; Casa do Pinheiro; Asilo do Conde Pereira Marinho; Asilo Pia União; Colégio de Salete; Asilo de Lourdes; Convento das Mercês; Asilo das Filhas de Anna e outros.

Os autores da *Memória Histórica do Ensino Secundário na Bahia*, Gelásio de Abreu Farias e Francisco Conceição Menezes⁷¹ (professores do Ginásio da Bahia) informam que em 30 anos (1902-1932), de um total de 515 bacharéis graduados pelo Ginásio (GB), 167 eram mulheres (32,4%). Essa escola pública, prestigiada na cidade de Salvador, compõe um quadro bem ilustrativo das possibilidades de acesso à educação, quais categorias sociais da capital baiana gozavam da educação formal e, por conseguinte, se constituiriam em possível público que poderia transitar nos equipamentos de lazer burgueses recentemente instalados na capital baiana: os passeios públicos, os cinemas, a Rua Chile e suas lojas sofisticadas, e as exposições.

Nos parece lícito qualificar o corpo docente do GB como segmento da elite intelectual baiana, por não ser raro encontrar os seus professores exercendo profissões liberais de prestígio e compondo outros círculos intelectuais em Salvador. Com base em quadros estatísticos elaborados por Débora Kelhman, considerando o endereço dos alunos, pedido de isenção da taxa de matrícula, profissão do pai e as instituições de origem, os discentes do Ginásio da Bahia pertenciam, majoritariamente, às camadas médias da população, com a predominância de alunos brancos (LIMA, 2003, p.31-67-104-118).

O ensino superior e técnico ficava a cargo da Faculdade de Medicina, fundada em 1832⁷²; Faculdade Livre de Direito equiparada⁷³, que funcionava em prédio próprio; Escola Politécnica, também equiparada e com prédio próprio; Ginásio de Ciências Eclesiásticas,

⁷¹ Professores do Liceu Provincial, futuro Ginásio da Bahia. Gelásio de Abreu Farias e Francisco Henrique da Conceição Menezes, co-autores da obra *Memória Histórica do Ensino Secundário na Bahia*, lançada em edição comemorativa em 1937, no cem anos do Ginásio da Bahia. **Gelásio de Farias**, bacharel formado pelo Ginásio da Bahia em 1902, bacharel em direito. Professor de latim e grego. Transitava pelo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o Conselho Superior de Ensino e, Grêmio Beneficente do Professorado Bahiano. **Francisco Henrique da Conceição Menezes**, professor de História e Diretor do Ginásio da Bahia de 1939 a 1945. Negro, de origem humilde, cursou a Escola Normal se tornando professor primário. Catedrático pelo Ginásio da Bahia, em função do concurso prestado em 1927. Bacharelou-se em Direito nos anos 30.

⁷² No que concerne à educação superior, uma das primeiras inovações foi a criação da Escola de Cirurgia, no Hospital Militar da Bahia, conforme carta régia de 18 de fevereiro de 1808. Em 1832, por ato da regência do Império, a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (antes Escola de Cirurgia da Bahia) passa à Faculdade de Medicina da Bahia. Com mais autonomia, a Faculdade se ampliou e passou a ter 14 cadeiras, com curso de 06 anos. (BOAVENTURA, 2009, p.111/112).

⁷³ Fundada em 1891, a Faculdade Livre de Direito da Bahia foi fundada a partir do Curso Particular de Ensino Jurídico. Sua existência e validade foram reconhecidas pela Presidência da República, em 18 de outubro no mesmo ano de sua criação (BOAVENTURA, 2009, p.114-115). A Faculdade Livre de Direito da Bahia era equiparada à Faculdade do Recife

funcionando em anexo da Igreja de S. Tereza; Escola Agrícola S. Bento, com estabelecimento próprio, dispondo de uma fazenda modelo e o Campo Prático de viticultura na cidade de Juazeiro. Para o ensino de artes, a Academia de Belas Artes, Conservatório de Música e o Conservatório Dramático⁷⁴.

Quanto aos jornais e demais periódicos publicados na capital, havia: o Diário da Bahia, fundado em 1856; Diário de Notícias (1875); Jornal de Notícias (1878); A Bahia; a Gazeta do Poço e O Dia. Periódicos a Revista do Brasil, ilustrado; Boletim da Diretoria da Agricultura, publicação mensal; Gazeta Médica (1856); Agricultura Tropical; Revista do Instituto Histórico e Geográfico, trimensal; Revista do Grêmio Literário; Revista do Arquivo Municipal e outros do Interior do Estado. Além de jornais e revistas, a população confraternizava em sociedades científicas e literárias, e dispunha de bibliotecas públicas e privadas, acadêmicas e literárias que franqueavam seus acervos aos leitores⁷⁵.

O inquietante nas informações fornecidas pela publicação baiana são as evidências apontadas por historiadores de que este cenário de erudição alcançava uma parcela mínima da população, - visto as poucas unidades escolares; baixa frequência em sala de aula; número expressivo de matriculados em escolas profissionalizantes, voltadas às atividades mecânicas ou ofícios ligados à construção civil - sendo legado ao restante a hostilidade do poder público e reiteradas tentativas de controle comportamental. Referências históricas e esse documento se contradizem. Alguns autores que se debruçam sobre a Bahia nas primeiras décadas do século XX (LEAL, 1995; LEITE, 1996; LIMA, 2003; SILVA, 2006) estudaram as medidas de controle do comportamento das classes baixas pelo poder público. Seja pela educação, pelas reformas urbanas ou instituições culturais, cujas políticas eram sempre voltadas às condutas exteriores, a casa e ao âmbito privado, ao banimento das crenças e costumes ligados aos cultos afro-brasileiros, e ao adestramento desses indivíduos no que refere ao procedimento público. Essas medidas de controle não contemplavam a educação para a autonomia, as classes mais baixas eram tratadas como grupos que precisavam de tutela, logo, controle, daí o maior número de instituições profissionalizantes dedicadas à formação de profissionais mecânicos.

Rinaldo Leite (1996) afirma que, segundo os modernizadores republicanos, a civilização da cidade do Salvador não deveria concentrar-se apenas nas obras de

⁷⁴ Notícias e Informações para a Exposição Nacional de 1908: Bahia./1908, p.34-35.

⁷⁵ Existiam, no estado, várias associações científicas e literárias, sendo as principais: o Instituto Politécnico da Bahia, o Instituto Histórico e Geográfico, Grêmio Literário, Gabinete Português de Leitura, a Sociedade de Medicina da Bahia, Liga da Educação e Ensino, Grêmio do Professorado, Instituto dos Advogados e outros. Notícias e Informações para a Exposição Nacional de 1908: Bahia./1908, p.36-37.

remodelamento físico da cidade, mas em torno de um projeto de reeducação dos habitantes citadinos que se daria mais por vias da repressão do que da instrução formal, visto que a questão da assistência e da instrução públicas não foi um problema bem encaminhado. Por isso, era preciso atender às necessidades do mercado de trabalho e fornecer uma educação utilitária voltada ao fomento agrícola, construção civil, serviço público e comércio. Foi pensando em ‘civilizar’ os costumes e as gentes da cidade que muitas das práticas populares e muitos dos usos que estes faziam da rua, para o lazer ou para o trabalho, passaram a sofrer censuras e a conhecer formas de controle. Assim, a moralização e a reeducação das classes populares seriam defendidas com veemência. A repressão podia dar-se através da legislação (como leis, decretos e posturas municipais) ou promovendo-se ações policiais contra o jogo, a bebida, a prostituição e outros hábitos ou coisas tidas por intoleráveis e incivilizados (LEITE, 1996, p.111-112).

Os catálogos e demais publicações considerando as escolas – números e tipos - e o acesso da população aos institutos de ensino não alcançavam, nem ao menos pretendiam, o todo da sociedade baiana. Como o acesso a uma educação mais humanista e menos utilitária estava restrito às classes altas e médias, podemos inferir que as publicações visavam um público específico, ligado ao consumo dos produtos em exposição, aos próprios agentes do estado e às agências de fomento à imigração. Dentro da cidade do Salvador e nos demais municípios do Estado da Bahia, a população não refletia a ambição dos modernizadores, escapando aos controles sociais e frustrando as tentativas de mudança no perfil racial da sociedade.

Na leitura dos catálogos e na compreensão da narrativa elaborada para as exposições, especificamente a nacional de 1908, alguns pontos se ligam com o entendimento das elites sobre as categorias populares. A construção dos textos se organiza em torno de 3 grandes ambições: 1. Progresso técnico; 2. Imigração; 3. Miscigenação. O progresso técnico iria possibilitar o fomento econômico e a elevação de status, tanto do Brasil quanto do Estado da Bahia, possibilitaria figurar entre os países ricos e civilizados, dirimindo crises, aumentando a arrecadação de divisas. A imigração traria trabalhadores mais aptos ao regime de contrato social, recuperaria o trabalho rural e ocuparia as grandes extensões de território ainda não habitadas nas primeiras décadas do século XX. E a miscigenação, consequência direta da imigração, mudaria o perfil racial do baiano, principalmente, e enfim, de acordo com os cânones dos modernizadores, dotaria a população de uma face mais adequada aos tempos modernos.

Exposições como as analisadas aqui, são palcos de legitimação de poder, comunicam projetos e agendas de governo. Suas performances e narrativas são elaboradas para enaltecer a nação, construir mitos de origem e estabelecer, através da celebração, um senso de comunidade, de unidade, para ser mais exato. Além dos objetivos mais concretos de fomentar a economia, estabelecer parcerias técnicas e econômicas, vender e comprar produtos, a exposição tinha essa dimensão simbólica, a qual não pode ser negada.

Brasil, Bahia e São Paulo escolheram as narrativas que representaram seus objetivos mais urgentes, suas ambições mais preciosas. O catálogo comemorativo nacional resumiu o país, deu forma a uma unidade, celebrou a festa e enalteceu o esforço das comissões. A glorificação da Nação foi seu maior objetivo, mostrando às Nações Amigas um estado organizado, próspero, natureza rica e população cordial e sob controle. O catálogo paulista desfilou suas riquezas, principalmente o café, mostrando as variedades e produtores, deu menos ênfase à população, visto que a imigração de europeus já se fazia desde os anos 40 do século XIX. Era o momento, portanto, de novos capitais.

O documento baiano elege por objetivo maior da sua publicação o incentivo à imigração, a necessidade de braços para o trabalho livre e contratual. Campo e cidade careciam apagar a presença negra da cultura e da produção econômica, mesmo que para isso se afirmasse, falsamente, a prevalência de indivíduos mestiços sobre a de negros na população. Miscigenação, nesse contexto, além de sonho das elites, se constituiu em política pública, frustrada pelas lavouras de café paulistas mais atrativas. A narrativa escolhida era uma propaganda, na qual a natureza, o clima, o solo, flora e fauna compunham, junto com a organização do estado, o quadro de vantagens necessárias à captação de investimentos financeiros e humanos que alavancariam o Estado da Bahia rumo àquela modernidade anunciada desde o século XIX e que, na Primeira República, ainda não se efetivara.

Capítulo 3 – Os espaços materiais de exposição: o Pavilhão Baiano em 1908

3.1 Das narrativas materializadas. O peso simbólico dos pavilhões

No capítulo anterior analisamos a propaganda do Brasil e do Estado da Bahia através dos catálogos e publicações da exposição, enfatizando a legitimação da narrativa histórica pelo que parece simples descrição de produtos e de elementos constitutivos da terra (fauna, flora, clima, relevo) e do estado (órgãos públicos, escolas, transportes). A escolha da narrativa, no entanto, impulsionava o imaginário desejado e, tal como no Império⁷⁶, alguns símbolos foram manejados habilmente para dar ao Brasil e à Bahia imagens mais próximas aos ideais pregados na República de que as Exposições, iniciadas desde o século XIX fora do país, prestaram-se a palco.

A narrativa histórica, factual e cívica defendida através dos textos elaborados não foi colocada apenas nos catálogos e demais publicações, mas em todo o evento. Em cada edificação, vitrine, produto ou expressão artística, as exposições, neste caso, as nacionais, se estabeleceram da mesma forma que os eventos no exterior, como entidade autônoma, criadora do próprio repertório de símbolos transpassados para os discursos, no cenário criado, nos pavilhões estrategicamente instalados em meio à grandiosidade e beleza que se queria impregnar.

O imaginário da República, como dito, foi igualmente defendido e reinventado nessas exposições. José Murilo de Carvalho (1990), em *A Formação das Almas*, argumenta que a república brasileira, instituída a partir de um movimento das elites e dos militares, não contava com legitimidade junto ao resto do país. Os agentes, mesmo que artificialmente, procuraram estabelecer os mitos de origem nacionais a partir de figuras históricas e simbologias importadas. Porém, os símbolos não foram adotados e aceitos em sua configuração original. Alguns foram repudiados, enquanto outros aproximados da cultura e religiosidade populares. A população transformou as alegorias, conferindo-lhes a versão necessária para a ligação afetiva: a figura feminina da Mariane revolucionária passou à Maria, mãe de Jesus; Tiradentes aproximado à Jesus Cristo; o hino republicano adaptado a partir do monárquico visto que possuía a força da tradição e, finalmente, a bandeira e as referências positivistas, expressão do projeto de estado nacional que os organizadores tencionavam.

⁷⁶ Lilia Schwarcz (2007), em *As Barbas do Imperador*, nos mostra como D. Pedro II e seu gabinete sabiam manejar com perfeição símbolos e estabelecer sobre a figura do Imperador a imagem de um cidadão cosmopolita, civilizado e moderno.

O Brasil e os estados, dentre eles a Bahia, pensaram o espetáculo da exposição com objetivos em dois níveis que se conectavam: os fundamentalmente materialistas - conquista de mercado, trocas técnicas, vendas e lucro -, e os simbólicos, de natureza ‘imaterial’, a exemplo do discurso do desenvolvimento e progresso, a modernidade como projeto social, a viabilidade da existência do povo. Essa a conjuntura geral em que se encaixavam os pavilhões conferindo visibilidade a ambos os objetivos.

Nas duas grandes exposições nacionais a Bahia atuou de maneira diferente. Em 1908, o estado construiu um pavilhão e investiu em uma publicação própria. Em 1922, talvez devido à menor disponibilidade de recursos e investimentos mais dirigidos ao Centenário da Independência da Bahia, o estado participou apenas com uma exposição preparatória em Salvador, e na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, no Palácio dos Estados, com seus acervos distribuídos em vitrines e expositores.

Sobre o Pavilhão Baiano de 1908, consideramos necessário descrevê-lo e analisá-lo pela importância na elaboração da presença baiana no cenário nacional e por ser um investimento considerável em um contexto de crise na economia do estado, analisado em capítulo anterior. O Pavilhão será visto a partir das etapas de planejamento e execução, estilo arquitetônico, monumentalidade, distribuição das salas e da espacialidade, ou seja, a localização na área da exposição.

Primeiramente delimitamos o significado de alguns termos que usamos no decorrer do texto. Por *pavilhão expositivo* consideramos a edificação, construção circunscrita para abrigar e expor um dado acervo(s) ou tipo de acervo(s). Na exposição de 1908 foram os seguintes pavilhões gerais: Artes, Viaturas, Imprensa, Café e Cacau, Indústrias; e os pavilhões estaduais de Minas Gerais, Bahia, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina e o internacional de Portugal. Consideramos, aqui, *espaço expositivo* todo o conjunto da infraestrutura que dava sustentação para a exposição, formado pelo grupo de elementos edificados, arruamentos, transportes e comunicações. Por *acervo*, os produtos expostos, sejam eles de arte, indústria, produtos agrícolas, enfim, todo objeto ou conjunto de objetos colocados a ver durante os certames, englobando, portanto, a variedade de materiais e produtos. Porém, em alguns momentos do texto, utilizamos a palavra produto ou matéria para designar um objeto específico.

Vale aqui apresentar o panorama geral (e sintético) sobre as diferentes narrativas materializadas desde o século XIX para, em seguida, comentar o Pavilhão da Bahia em 1908.

A magnitude do espaço expositivo, a variedade de expositores e de produtos e a decoração faustosa serviam para fascinar o olhar e convencer o visitante a compartilhar do

entusiasmo promovido pela burguesia mobilizada pela pedagogia que, desde os primeiros eventos do século XIX, procurava instruir para o mundo do trabalho. As exposições de que tratamos replicam o padrão de fenômenos visuais, com grande poder de difusão de imagens, observado por Heloísa Barbuy nas mostras do XIX (1999, p.49). A ilustração abaixo, do Palácio de Cristal,⁷⁷ (1851) da primeira Exposição Universal, em Londres, que difundiu o modelo para o mundo, nos serve para dar a ideia do impacto visual que causavam, imperando a grandiosidade das construções em ferro e vidro (à época), bem no espírito do domínio e excelência da técnica e tecnologia marcadas, no entanto, pelo efêmero, o passageiro, a rapidez característica dos tempos modernos. Cabe bem a expressão *espetáculo* – algo com começo e término.

Figura 9. Cristal Palace



Ficou como característica das exposições, desde a primeira mostra londrina⁷⁸, a atenção para a construção de pavilhões imensos, instalados em enormes áreas (em quilômetros) rasgadas por grandes avenidas ocupadas por praças, restaurantes, equipamentos de lazer, estruturas de transportes e de entretenimento.

⁷⁷ Cristal Palace – Exposição Universal de Londres 1851. Fonte: Public Domain, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=75946>. Acesso em 07.03.2018

⁷⁸ O Palácio de Cristal foi a primeira grande obra emblemática para a Grande Exibição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações, apropriadamente aberta em 1º de maio de 1851. Construído em ferro e vidro, luminoso e amplo (564 metros de altura por 124 metros de largura), projetado por John Paxton, antigo horticultor, jardineiro do Duque de Devonshire, vencedor do concurso para apresentação de projetos de edifícios. De origem humilde apresentou o uso inovador do ferro e do vidro, exemplo do *self-made man* (PESAVENTO, 1997, p.73-74).

Foi notável, nas mostras, o espírito competitivo de uma exposição para a outra em tentativas de superação de um país sede para o seguinte. França e Inglaterra se alternavam na organização de exposições internacionais e rivalizavam na apresentação de novas tecnologias. Ingleses liderando na produção de gêneros populares e franceses nos artigos de luxo. As disputas contradiziam o próprio título, “Arenas Pacíficas”, no século XIX, também proclamadas festas de paz e de concórdia entre os povos. Todavia, ocultando os embates de poder, prestígio e os ideológicos que de um modo ou outro acabavam por surgir até mesmo na rivalidade para definir a estrutura das classificações que seriam usadas na distribuição dos acervos⁷⁹. Importava, acima de tudo, marcar presença, evento após evento, procurando suplantar o anterior.

Os títulos das exposições eram pomposos e alicerçados em momentos significativos ou tecnologias ‘de ponta’. Exemplificamos: a “Porta do Oriente” em Viena (1873)⁸⁰ com destaque para a Roda Gigante (PESAVENTO, 1997, p.141-143); a do Centenário da Independência nos Estados Unidos da América (1876), apresentando maquinaria surpreendente, incluindo o telefone⁸¹, apoteóticas da tecnologia em glória à eletricidade (Paris, 1878), ou, ainda, em glória à República Francesa (Centenário da Revolução Francesa, em 1899) em demonstração da força e influência da França sobre os demais países, com a Torre Eiffel inaugurada, encimada pela bandeira republicana tremulando no alto.

Os pavilhões não eram simples bastidores dessas demonstrações. Ao contrário, cuidadosamente planejados, tornavam-se sustentáculos de parte significativa de uma artéria informativa e formativa a ser veiculada por meio de um conjunto plástico formado por elementos construtivos, escultóricos, pictóricos, elaborando uma ou mais versões da história oficial. Caminhar entre eles, entrar, passear, ver os armários, vitrines, admirar os produtos, ler as legendas, ouvir a música, sentir os aromas, além de rica experiência sensorial transformava o passeio em lição pedagógica onde se aprendia, complementarmente, o lugar ou papel que cada um deveria desempenhar na sociedade da época.

⁷⁹ CUNHA, Cinthia da Silva As exposições provinciais do Império: a Bahia e as exposições universais (1866-1888) / Salvador: UFBA, 2010.

⁸⁰ Exposição Universal de Viena (1873) comemoração dos vinte e cinco anos do reinado do Imperador Francisco José. Duas grandes críticas foram feitas à exposição vienense: seu cosmopolitismo acabou por confundir os visitantes e transformou a exposição numa Babel, onde o espectador pouco apreendia do que estava exposto. E as inovações técnicas que vinham da Inglaterra, deixando o país anfitrião como coadjuvante do próprio espetáculo (PESAVENTO, 1997, p.143).

⁸¹ Inaugurada pelo Presidente Grant e o Imperador Pedro II colocando para funcionar a máquina *Corliss*, com um motor de 1.500HP, pesando 700 toneladas e ligadas a todas as máquinas do grande *Machinery Hall*. Pedro II fez o uso do telefone, invenção de Alexander Graham Bell.

Investir na transformação de grandes áreas, aplicar somas e esforços na construção de prédios e parques vai além, portanto, do objetivo de entreter ou de produzir lucro. A construção de pavilhões e espaços expositivos, a demonstração de técnicas e inovações aplicadas, coloca a arquitetura, no lugar de elemento-vitrine de ideologias nas exposições. Aliada à lógica da produção industrial, a arquitetura buscará seguir o mesmo conceito em sua viabilização construtiva, incluindo a estética dos artefatos edificadas, tornando-se ela própria um produto mercantil e, como tal, contingente, transitória, efêmera.

3.2 O pavilhão da Bahia em 1908: importância simbólica e papel nacional

Para comentar o Pavilhão da Bahia de 1908 se faz necessária uma rápida incursão pelos estilos arquitetônicos, uma vez que no escopo de nossos objetivos se encontra o de realçar as formas e meios pelos quais a Bahia se fez representar. O evento da Exposição Nacional de 1908 foi planejado para ser um acontecimento marcante da vida social do Distrito Federal e do país. Foi rico em aparatos. Os pavilhões expositivos e, especificamente o da Bahia, acompanharam o estilo eclético e a voga da mistura e fusão de linguagens combinando o interesse por novos e antigos ícones, na ideia de que a arte deve ser mais rica que a realidade, na importância do virtuosismo e abundância, fruição e consumo, derivados da tecnologia industrial (GRISERI e GABETTI, 1983, p.100/102). Na arquitetura, o movimento eclético misturou diferentes tipos de estruturas construtivas em um mesmo edifício, predominando o chamado neoclássico com ênfase nas fachadas e nas edificações estruturalmente simples, mas ricas em detalhes decorativos colunas, frisos, estátuas, vitrais. A variedade de elementos enchia as paredes dos pavilhões sem deixar de lado o culto da nação, da industrialização ou das metas da sociedade burguesa.

Significativo para o tema lembrar que, em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, as concepções formais do neoclássico dominaram as edificações urbanas de função pública. Com a República, o ecletismo continuou presente nos prédios públicos e particulares do Brasil.

Importa, igualmente, explicar as razões do ecletismo. Segundo Anna Tereza Fabris “elas se devem a uma reação à Revolução Industrial, na ascensão de uma nova classe e pelo *status* por ela conferido, no individualismo e na nostalgia do passado”. A autora esclarece que, na visão do historiador da arte, o alemão Nikolaus Pevner, crítico do ecletismo, o elemento determinante era o ‘encomendante’, no geral, um novo rico desprovido de cultura

aristocrática (FABRIS, 2011, p.131/132)⁸². Ao contrário do crítico, Anna Fabris relaciona o eclético na arquitetura à tentativa de conferir nobreza às novas construções, modernizando-as, numa releitura da tradição construtiva greco-romana. O que transportado para o Brasil nos dá indícios das razões da predominância do ecletismo por se apresentar como ruptura com o colonial, ruptura estilística, superficial, mas aparente, visível, em contradição com o país mestiço, que almejava ser branco, e pouco desenvolvido industrialmente, mas desejoso de modernização. “Para Ricardo Severo, engenheiro português⁸³, o aumento, na República, das importações estilísticas estrangeiras foi facilitado pela grande imigração ao Brasil de profissionais ligados à construção civil, estampando a influência nas frontarias das construções da segunda metade do século XIX, *num manifesto mau-gosto do proprietário e do mestre-de-obras*” (PINHEIRO, 2011, p.48).

Na Bahia, a adoção do ecletismo também predominou nas edificações do poder público e nas classes abastadas desde o fim do Império à Primeira República, trazida por arquitetos italianos⁸⁴. Em 1912, o movimento de profissionais arquitetos aumentou, precisamente durante o primeiro mandato do governador José Joaquim Seabra, que teve como Secretário Geral Arlindo Fragoso – constantemente envolvido na organização das exposições baianas - e o Intendente Júlio Viveiros Brandão, que buscaram abastecer-se em São Paulo de arquitetos, escultores, pintores, decoradores e artesãos especializados com o objetivo de mudar a fisionomia plástica da capital baiana. Numa estratégia de modernização que Godofredo Filho chamou de *empurrada para frente* do estado baiano.

Esses profissionais trouxeram a arquitetura eclética (ironicamente denominada ‘bolo de noiva’) à cidade do Salvador, numa gradação compatível com as posses financeiras e a sensibilidade artística menos ou mais desenvolvida dos proprietários⁸⁵. Mas o ecletismo não

⁸² A crítica mordaz e elitista de Pevner se relaciona com o horror causado pela ascensão burguesa e declínio de famílias tradicionais nobres europeias.

⁸³ Ricardo Severo, engenheiro português, foi convidado a proferir palestra no Grêmio Politécnico de São Paulo, associação discente da Escola Politécnica, em duas ocasiões, em 20 de julho de 1914 e 30 de março de 1917 (PINHEIRO, 2011, p.35/39).

⁸⁴ Sueli Puppi ressalta que a ligação entre Theodoro Sampaio e a cidade de São Paulo também impactou na presença de arquitetos italianos na Bahia. Em 1906, chegou a Salvador o artista Pasquale de Chirico para fazer as esculturas da Faculdade de Medicina, além de outros italianos, provavelmente vinculados ao nome Sampaio e à sua atuação (PUPPI, 2010, p.641-642). De acordo com Godofredo Filho os profissionais italianos chegaram à Bahia entre 1905 e 1915, vindos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo onde trabalharam em importantes obras públicas; considera que a influência destes profissionais foi responsável pela produção dos mais importantes edifícios ecléticos da cidade do Salvador (FILHO, 1984, p.15-20).

⁸⁵ Dentre os prédios públicos, o mais importante exemplar do estilo em Salvador é o Palácio Rio Branco, antiga sede do governo, construído em substituição ao edifício incendiado em 10 de janeiro de 1912, no bombardeio à capital baiana. A toda pressa, as obras para o novo prédio começaram em 19 de janeiro do mesmo ano, com planta do engenheiro italiano Julio Conti, modificada pelo Secretário Geral do Estado, Arlindo Fragoso. Concluída apenas em 23 de março de 1923, sob a condução do também italiano engenheiro Filinto Santoro. Ao fim das obras se apresentou *um prédio pomposo, de inútil e feia cúpula, flores, pináculos, águas espalmadas*

se restringiu a prédios de particulares e edifícios públicos. Essa arquitetura foi transportada às exposições. Desde há muito espaços tradicionais de monumentalidade e efemeridade, os pavilhões expositivos aderiram ao ecletismo, mesclando técnicas construtivas e estilos decorativos. O pavilhão construído pela Bahia para a exposição de 1908 figura como exemplo do modismo eclético que tomou a Primeira República e simbolizou, a um só tempo, a modernidade e o tradicional em arquitetura.

3.3 O Pavilhão Baiano: *projecto dessa formosa architettura*

Os preparativos para a exposição de 1908 aconteceram sob a presidência de Afonso Pena e supervisão de Miguel Calmon Du Pin e Almeida, ministro de Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas. A área que abrigaria a exposição tinha 182.000 m², entre a praia da Saudade e a praia Vermelha, aproveitando os edifícios da Escola Militar e o da Universidade do Brasil, ambos em situação de abandono. A comissão executiva da exposição nacional, contava com 41 membros, sendo seu presidente o engenheiro Antonio Olyntho dos Santos Pires⁸⁶, ex-ministro de Viação e professor na Escola de Minas de Ouro Preto. Os estados da federação foram convidados a participar, mas apenas Bahia, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina construíram pavilhões próprios. Portugal foi a única delegação internacional a construir seu edifício (PEREIRA, 2011, p.25-26-33).

no voo, tudo se aglomerou num despropósito, pelo prazer pueril de carregar na ornamentação e boquiabrir os ingênuos (FIGUEIREDO FILHO, 1984, p.15-20).

⁸⁶ Antônio Olyntho Santos Pires, nasceu em Serro (MG), no dia 15 de dezembro de 1884, faleceu em Belo Horizonte (1925), graduado engenheiro de minas pela Escola de Minas de Ouro Preto, professor de matemática e de agrimensura, topografia e cosmografia da mesma instituição. Foi chefe do Partido Constitucional. Elegeu-se deputado federal constituinte para o período de 1891 a 1896, renunciou em 1894. Fundou e dirigiu o jornal O estado de Minas, em Ouro Preto, de 1893 e 1894. Foi chefe da Missão Brasileira junto à Exposição de Saint-Louis, EUA, no ano de 1904.

http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/AP/INVENTARIO_DO_FUNDO_AURELIO_PIREZ.pdf.

Figura 10. Pavilhões da Bahia e Minas Gerais

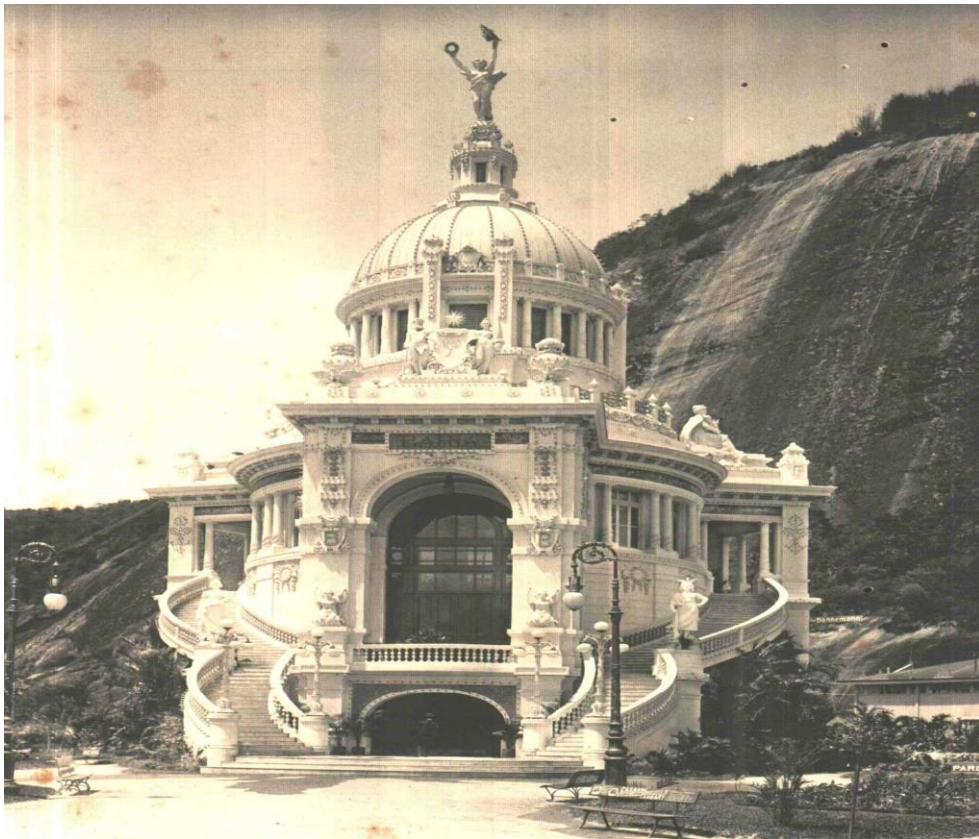


Figura 11. Pavilhões do Distrito Federal e Santa Catarina

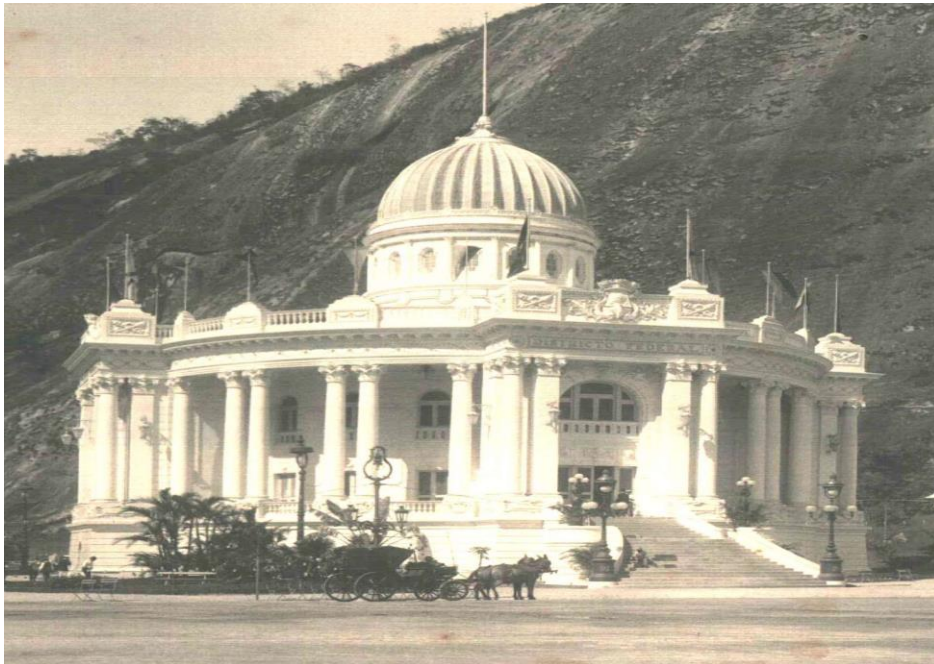
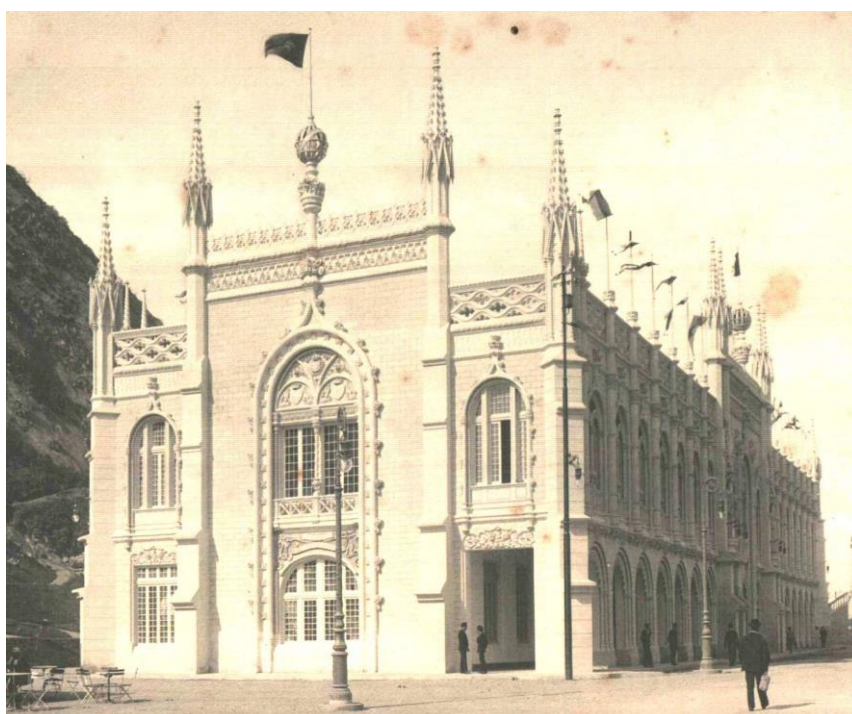
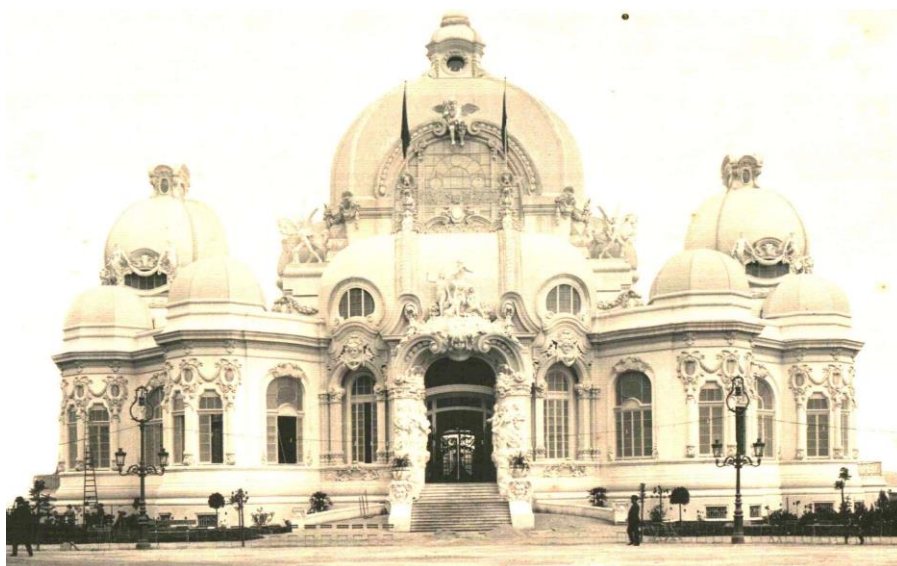


Figura 12. Pavilhões de São Paulo e Portugal (Manuelino)



Devidamente convocado, o Estado da Bahia começou a organizar sua participação, e o governador José Marcellino de Souza, apoiado pelo seu gabinete, decidiu construir um pavilhão para abrigar a exposição dos produtos baianos.

Está autorizada a construção do pavilhão com que a Bahia, a par de suas riquezas naturaes, productos da lavoura e da industria e serviços publicos officiaes, figurará na grande exposição de junho, commemorativa da abertura dos portos brasileiros ao livre commercio das nações amigas. Jornal A BAHIA, quinta-feira, 30 de janeiro de 1908.

O projeto do edifício foi elaborado segundo as indicações do Dr. Arlindo Fragoso, delegado do governo do Estado junto ao Diretório Superior da Exposição Nacional de 1908. O projeto arquitetônico coube ao engenheiro e arquiteto Raphael Rebecchi, conhecido no Distrito Federal e na Bahia.

Na Bahia, o projeto, a planta e o orçamento foram aceitos pela Comissão Executiva da Exposição e pelo Dr. Frederico Pontes, diretor de obras públicas do Estado que, em parecer declarou: “*de grande beleza e gosto, dando-lhe a correção de suas linhas e o conjunto da decoração e ornamentação um aspecto magestoso e monumental*”⁸⁷. Sendo o projeto aprovado pelo Sr. José Marcellino de Souza, governador do Estado, que autorizou a sua imediata construção, providenciando a remessa da primeira contribuição, de trinta contos de réis (30:000#00). O contrato definitivo, assinado pelo Dr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, referendava o acordo provisório de 24 de dezembro de 1907, assinado pelos Dr. Arlindo Fragoso e R. Rebecchi & C., firma da qual era principal responsável o arquiteto e construtor Raphael Rebecchi, indicado para acompanhar e fiscalizar as obras, segundo as instruções do delegado da Exposição da Bahia, o engenheiro civil Pedro Sigaud.

A execução das esculturas ficou sob a responsabilidade do escultor Rodolfo Bernadelli⁸⁸, sendo que uma das estátuas poderia ser atribuída a Nicolina Vaz de Assis⁸⁹, escultora brasileira. Identificados os atores responsáveis pelo projeto e construção do pavilhão baiano, vamos à sua localização no espaço expositivo do Distrito Federal.

Na planta geral da exposição, o pavilhão baiano se encontrava bem localizado. O prédio baiano (nº11) ficava ao lado do pavilhão do Jardim Botânico (nº14), em frente ao pavilhão de Minas Gerais (nº12), na via principal da exposição, a poucos metros da Porta Monumental (nº 1), logo depois de se atravessar o Palácio dos Estados (nº5) e o pequeno coreto (nº6). Ainda assim, o pavilhão paulista (nº15) situava-se numa localização mais privilegiada, no entorno da Praça Brasil, exatamente na frente do Jardim Botânico (nº14). Os pavilhões do Distrito Federal (nº18) e a Casa de Santa Catarina (nº19) eram outros edifícios que cercavam a referida praça, juntamente com o prédio de Portugal e o de Belas Artes (nº30), este localizado na saída da praça, pequeno, mas ainda na via principal, constituindo o segundo prédio português, chamado Manuelino (nº33), localizado depois da Avenida dos Estados.

⁸⁷ jornal A BAHIA, quinta-feira, 30 de janeiro de 1908

⁸⁸ Rodolfo Bernadelli, nascido no México em 1852, falecido no Brasil, em 1931. Escultor, professor de Belas Artes, primeiro diretor da Escola Nacional de Belas Artes.

In <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22066/rodolfo-bernardelli> consultado em 23.12.2017

⁸⁹ Nicolina Vaz de Assis, nascida em São Paulo em 1874, falecida no Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1941. Escultora, aluna de Rodolfo Bernadelli. Executou bustos de presidentes, políticos e pessoas ilustres para o Museu da República.

In <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22002/nicolina-vaz-de-assis> consultado em 23.12.2017.

Figura 13. Avenida dos Estados. Exposição de 1908

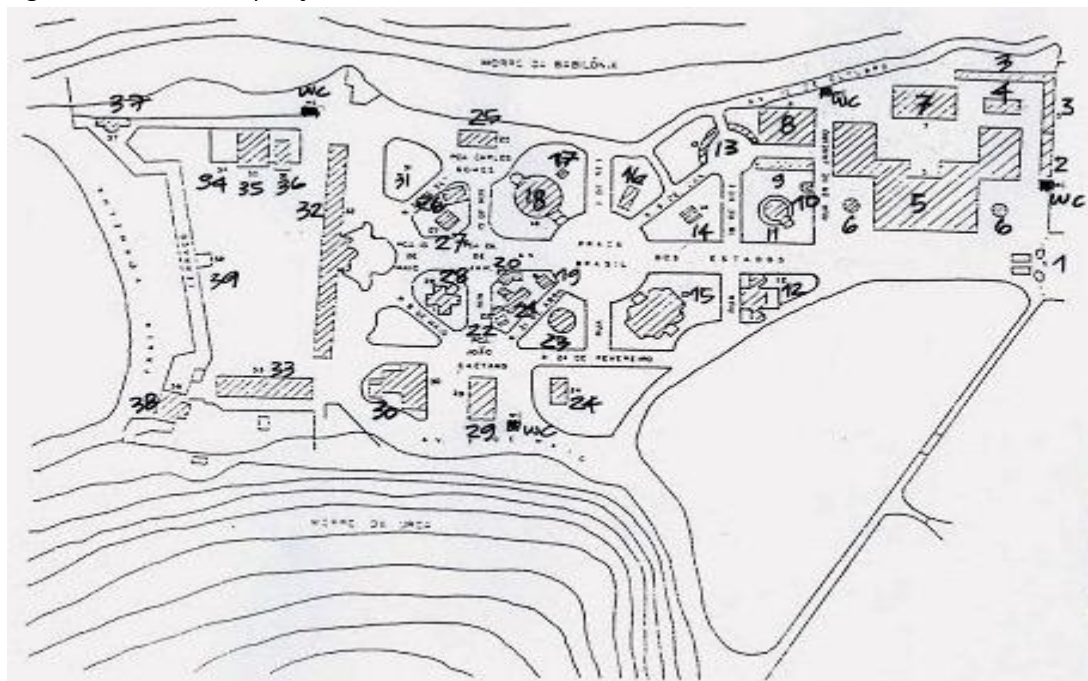


A localização em relação à Praça Brasil, no centro do roteiro de visitação, informa a relevância de cada edifício ou delegação que se apresentou na exposição. Ficar entre os edifícios mais visíveis, localizados na via principal, pode indicar destaque e comprometimento com o projeto da exposição.

Alguns produtos e entidades públicas e classistas se sobressaíram no evento construindo seus pavilhões, cito: Pavilhão das Máquinas (nº7); Pavilhão da Inspetoria de Jardim, Caça e Pesca (nº16); Café e Cacau, com edifício próprio (nº26); Pavilhão da Sociedade Nacional de Agricultura (nº28); Palácio das Indústrias (nº32). Cada um desses pavilhões pontua as balizas do discurso da exposição. O Palácio das Indústrias e o Pavilhão das Máquinas, em posição de destaque, mostrando que o Brasil produzia tecnologia industrial e se encontrava no caminho certo para modernizar a produção de bens. Os pavilhões da Sociedade Nacional de Agricultura e da Inspetoria de Jardim, Caça e Pesca mostrando as riquezas naturais do Brasil, a produtividade agrícola, a variedade de flora e fauna. Elementos materializados nos pavilhões, descritos nos catálogos, usados para atrair imigrantes e mudar o perfil do trabalhador brasileiro. O edifício do Café e Cacau, os dois principais produtos de

exportação brasileira à época, merecem o grande destaque na festa nacional por produzirem divisas, conquistar mercados consumidores no exterior.

Figura 14. Planta da Exposição Nacional de 1908



1. Portão monumental	21. Cinema
2. Exposição de carros da E.F.C.B	22. H. Stoltz
3. Baías dos cavalos	23. Fábrica Bangu
4. Exposição de madeiras em toras	24. Corpo de Bombeiros
5. Palácio dos Estados	25. Pavilhão egípcio (música)
6. Coreto	26. Pavilhão do Café e Cacau
7. Pavilhão das Máquinas	27. Correios e Telégrafos
8. Pavilhão das viaturas	28. Pavilhão da Sociedade Nacional de Agricultura
9. Artes liberais	29. Teatro João Caetano
10. Pavilhão da Imprensa	30. Pavilhão de Portugal (Belas Artes)
11. Pavilhão da Bahia	31. Corpo de Saúde do Exército
12. Pavilhão de Minas Gerais	32. Palácio das Indústrias
13. Baías para gado vacum	33. Pavilhão Português (Manuelino)
14. Jardim Botânico	34. Patinação
15. Pavilhão de São Paulo	35. Teatro
16. Pavilhão da Inspetoria de Jardim, Caça e Pesca	36. Cinema
17. Assistência Municipal	37. Restaurante Rústico
18. Pavilhão do Distrito Federal	38. Restaurante Pão de Açúcar
19. Casa de Santa Catarina	39. Terraço
20. Bar	

As balizas do evento, as escolhas que o traduziram baseado nos pavilhões eram: agricultura de exportação, industrialização e imigração. As ideias mais defendidas nos catálogos e demais materiais de divulgação se materializam, se tornam patrimônio edificado da exposição.

Além do que os estados podiam mostrar individualmente como produtores de valor monetário, técnico ou humano, o país, através da exposição, manifestava sua síntese. Cada um dos edifícios contava um pequeno pedaço da história do Brasil, uma versão cuidadosamente montada, espetacularizada para o mundo assistir. A Bahia também construiu sua narrativa através do seu pavilhão. Narrativa histórica, monumental, factual e também eclética, pois, o pavilhão apresentava estilos variados, fachada, varanda, colunas, decoração, voltadas a forjar uma nova Bahia em suas paredes.

O Pavilhão do Estado da Bahia tinha grandes dimensões e uma variedade enorme de elementos decorativos, bem ao gosto do ecletismo em arquitetura. A construção, feita de pedra, tijolo, ferro, madeira e cimento, possuía enormes dimensões:

1557,30 metros quadrados de decorações externas e revestimentos de estuque com cal, areia e cimento hydraulico;
 Fundições diversas do [consolos], entablamentos e festões;
 42 columnas de cimento armado;
 84 capitéis e bases das referidas columnas;
 1580 metros quadrados de pinturas a claro-escuro;
 3 grandes grupos de esculpturas;
 8 estátuas diversas;
 1288 metros quadrados de decorações internas de estuques, molduras, capitéis, pilastras, festões e florões;
 1288 metros de pinturas internas nas paredes, balanços, molduras, columnas, capitéis e frisos dourados;
 2 grandes painéis em tela panorâmica;
 construção e decoração da gruta de entrada;
 Calhas e conductos, encanamentos d'agua, serviço completo de mictorios, latrinas, lavatórios e outros de hygiene;
 Preparo de 1500 metros quadrados de jardins, inclusive seis pedestaes para a exposição externa de blocos ou conglomerados de diversos mineraes.

O orçamento total da obra, ficou em duzentos e vinte contos de réis (220:000#000), sendo noventa contos (90:000#000) de construção propriamente dita e cento e trinta contos (130:000#000) para os gastos com ornamentação e decoração. O pavilhão contava com cerca de quatrocentos metros quadrados de área coberta e 33 metros de altura e tinha o remate da lanterna da cúpula encimado pelo Anjo da Vitoria do monumento à Praça do Comércio, em Salvador.

O edifício foi projetado com dois pavimentos em planos ascendentes: do primeiro andar até cerca de 05 metros, o segundo andar à altura de 14,20 metros, com a base da cúpula 26 metros, computando-se a lanterna 28,30 metros, mais os remates, inclusive com a figura final, cerca de 33 metros de altura. Não é para se desconsiderar aqui o impacto de uma escala dirigida para o alto. Como se pode deduzir, o edifício era de proporções consideráveis. Era

enorme. Sem paredes internas corridas e decorado com grande número de relevos, desenvolvendo-se as colunas pelos dois pavimentos e pela rotunda da cúpula, tudo largamente ornado e decorado. Esse excesso de informação nas paredes, entre relevos e quadros, é uma característica do ecletismo, que não prevê nenhum espaço vazio.

O entalhamento do segundo andar entre duas alegorias. Figurava em cima do pórtico o grupo estatutário das armas da Bahia, ficando no mesmo plano sobre as entradas do segundo corpo do edifício as representações dos rios S. Francisco e Paraguassú, completando a ideia de abundância e fertilidade presente na publicação baiana.

O nome do estado figurava entre os frisos do grande pórtico⁹⁰; a Bahia e Catharina Paraguassú, em estátuas simbólicas sobre as pilastras da base do segundo lance das escadarias, no plano do vestíbulo da entrada do andar superior. Catarina Paraguassú, índia tupinambá, princesa de seu povo, filha do cacique Taparica, casada com Diogo Álvares, náufrago lusitano, apelidado pelos índios de Caramuru. A união escolhida como o mito de origem do estado brasileiro. O país seria fruto de um casamento, da união entre portugueses e indígenas. Nesse casal se estabelecia o mito de origem brasileira e a centralidade baiana na identidade histórica nacional.

Na parte interna, as balaustradas das escadas, dos balcões e da varanda interna, com artísticos balaústres de ferro, madeira, cimento e gesso, formavam um parapeito. Soalhos de canela e peroba sobre vigamentos de pinho de Riga, madeiras nobres, resistentes e de alto valor. Coberturas da parte superior das escadarias, da sala do fundo e da cúpula central em madeira, feltro e cordões de zinco, sugerindo uma forma em três dimensões, como se saísse da parede, em alto relevo.

A respeito dos quadros localizados no Salão de Conferências do Pavilhão, a documentação aponta que se tratavam de duas grandes telas panorâmicas que ocupavam toda a extensão das paredes, com os seguintes títulos descritivos: ‘Panorama da Bahia, vista de seu Porto’ e ‘A Descoberta compreendendo a visão do Monte Pascoal, baía de Porto Seguro, a Coroa Vermelha, a Terra Virgem e a implantação da primeira Cruz’. Como se pode deduzir, duas telas representando sínteses históricas e míticas sobre o Estado da Bahia, berço da nação brasileira.

A mistura de estilos construtivos e decorativos era uma característica desses pavilhões. Eles eram pensados para condensar grandes períodos históricos, mostrar elementos da cultura e produtos e produções de maior relevância. A variedade e grande quantidade de informações

⁹⁰ Pórticos eram característicos da arquitetura eclética. Eram estruturas nas portas dos edifícios, no geral sustentados por colunas, destacados da fachada, em alto relevo.

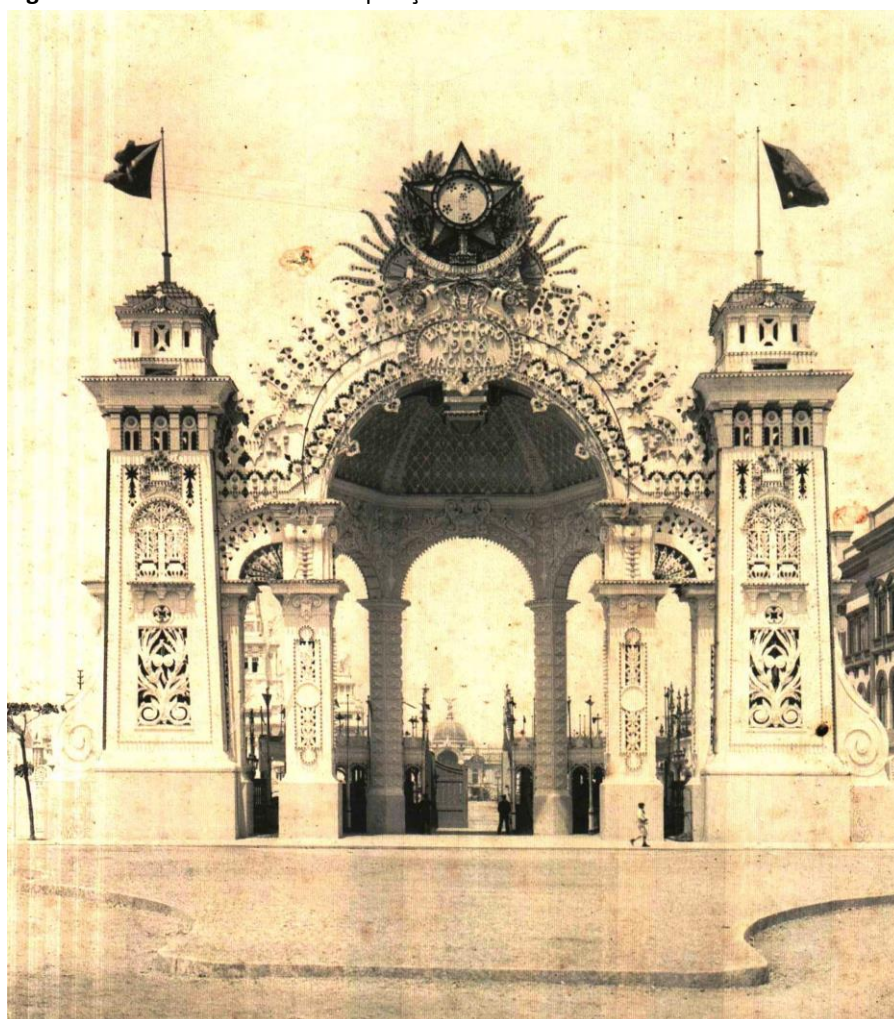
veiculadas ultrapassavam os objetos expostos. Os edifícios, os percursos, as apresentações artísticas eram parte da grande ilusão vendida pela exposição. O pavilhão baiano foi preparado para participar dessa grande ilusão e apresentar a produção econômica do estado com estatísticas, informações da história e economia, paredes decoradas, quadros dos personagens históricos.

3.4 Percorrendo os Pavilhões da Exposição de 1908

Proponho ao leitor, como exercício de imersão na grande festa que foi a Exposição de 1908, passear em seus espaços valendo-se da imaginação e das informações disponíveis nas fontes. Os jornais e as revistas (*O Malho*, *Diário da Bahia*, *A Bahia*) fornecem textos que exploram a movimentação das pessoas, os espaços visitados e a programação da exposição. As fotografias nos transportam para a magnitude dos edifícios e os caminhos percorridos pelos visitantes. Isso para não falar dos autores que, debruçados sobre a festa, coletaram informações valiosas sobre organização, andamento e impacto da Exposição Nacional do Centenário da Abertura dos Portos de 1908. Então, sigamos.

Vamos nos imaginar visitantes caminhando nos meses agosto ou setembro nas dependências da grande Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. Com o catálogo nacional em mãos, começa o passeio. A exposição abre até às 10 da noite, mas a melhor hora para apreciar o evento é quando o sol vai caindo e o calor vai cedendo lugar a uma brisa mais fresca, permitindo visitar mais confortavelmente todos os prédios e acompanhar a programação da festa.

Figura 15. Porta Monumental. Exposição de 1908



A chegada ao bairro da Urca se faz por meio do bonde e, como informa a revista *O Malho*⁹¹, há precariedade de transportes na condução até à Exposição Nacional, com bondes sempre cheios e em número insuficiente para a grande procura do público. Chegando, depara-se com a “Porta Monumental” - projetada por René Barba, arquiteto francês, e inspirada na “Porta Triunfal” da Exposição de Paris, em 1889⁹² -, que demarca o início do circuito dos pavilhões e o acesso aos outros *stands* de recreação. A ideia de monumental faz justiça às imponentes galerias de passagem, com 1 metro de largura, permitindo que até 160 pessoas entrassem por minuto no recinto da exposição, como noticia o mesmo jornal⁹³. O portal é

⁹¹ *O Malho*, 22 de agosto de 1908. Ver charge “O que há na Exposição”, através da qual o periódico denuncia os bondes cheios, a poeira que sobe devido aos fortes ventos nos espaços da exposição, a insuficiência de bancos para o descanso dos pedestres, a carestia nos restaurantes, onde falta até água para servir.

⁹² PEREIRA, Margarete. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. In *Arqtexto* 16, 2008, p.16.

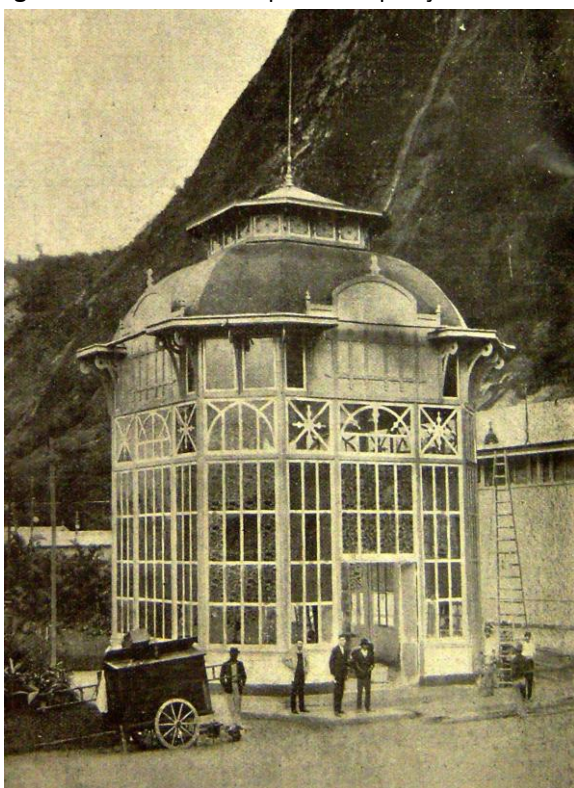
⁹³ Informação retirada de *O Malho*, 18 de julho de 1908.

composto de dois grandes mastros com decoração vazada e motivos florais nos quais flutuam as bandeiras da República, colunas em arco e uma cúpula semicircular mantendo a mesma decoração. Forma-se um conjunto construído em uma escala propositalmente de alta dimensão e que transmite a sensação de grandeza. Um portão amplo se abre para o acesso de automóveis, e pequenas portas laterais deixam entrar os pedestres.

O preço da entrada é de 1\$ (mil réis), que vale por mais alguns dias caso se queira retomar o passeio. Entra-se pela Avenida dos Estados⁹⁴, um imponente eixo com 30 metros de largura e 560 metros de extensão que pode ser vencido a pé ou através dos bondinhos que levam os visitantes do início ao fim do percurso da exposição.

Logo à direita se vê os carros no mostruário da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), vagões bonitos e alinhados; mas há muito mais para apreciar. Ainda à direita pode-se ver um pequeno e gracioso coreto. Porém, o grande edifício ao lado, o Palácio dos Estados⁹⁵, prédio da futura Universidade do Brasil⁹⁶, atrai a atenção dos passantes, que formam longas

Figura 16. Pavilhão da Imprensa. Exposição de 1908



filas para entrar, como se pode notar nas fotografias do período. Neste edifício ficam os acervos dos estados que não construíram pavilhões, mas quiseram participar da festa nacional enviando seus melhores produtos e produções, além de materiais vindos das repartições públicas do governo federal. O prédio de dois pavimentos e subsolo tem a entrada principal contornada por escadas que conduzem à sala principal, ladeada por leões sentados sobre duas sólidas colunas. Muitas janelas permitem ventilação e luminosidade natural, para além da boa iluminação artificial.

Saindo do Palácio dos Estados pode-se conhecer o Pavilhão da Imprensa, onde se reúnem os repórteres que cobrem o evento para periódicos brasileiros e estrangeiros. O edifício, fora da previsão inicial do planejamento da exposição, é uma estrutura que se impôs pela necessidade de oferecer conforto e recursos aos jornalistas. Uma redação foi montada

⁹⁴ PEREIRA, Margaret da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto* 16, 2008, p.17

⁹⁵ Idem, p.17

⁹⁶ Idem, p.16.

dentro do pavilhão, todo em ferro e vidro, permitindo ao público acompanhar como se faz um jornal; e a folha é distribuída no mesmo dia. Genial ideia de Olavo Bilac, um porta-voz oficial do evento e entusiasta da festa.

A exposição é também o momento de comemorar o Centenário da Imprensa no país, e para isso são exibidos milhares de exemplares de jornais oriundos das mais diversas cidades brasileiras. Apesar de não contar com folhas menores, a mostra é um sucesso de público. Organizados por estados, os periódicos mostram o progresso material e moral que o país deseja obter⁹⁷.

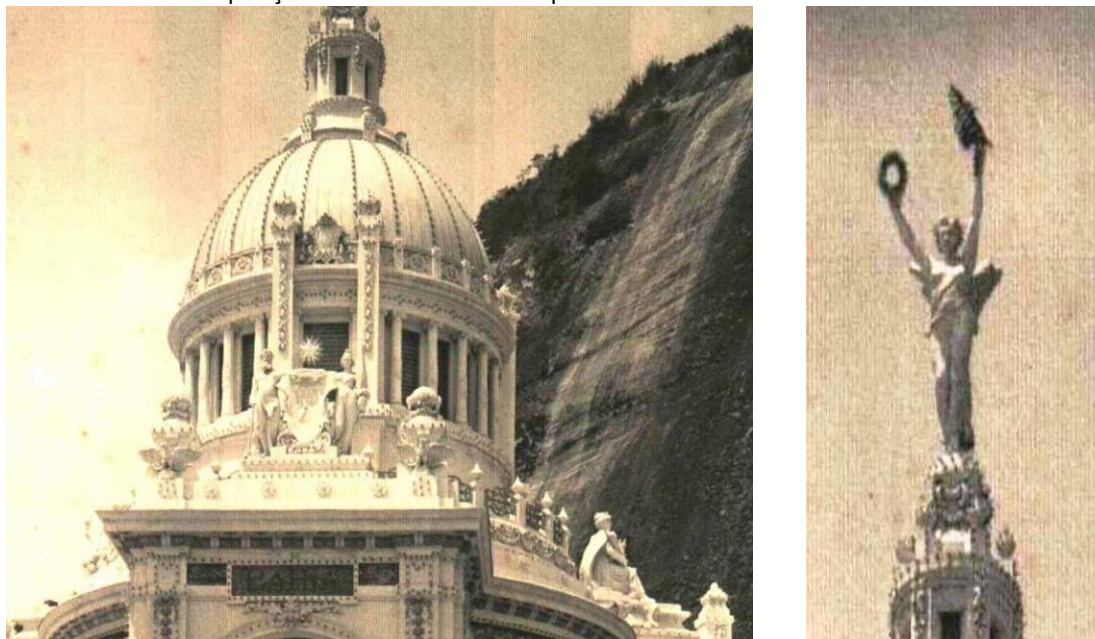
Em seguida, se chega ao Pavilhão da Bahia, formado por dois pavimentos, projetado pelo arquiteto italiano Rafael Rebecchi. O estilo da construção remete ao renascentismo italiano, revisitado em um estilo denominado arquitetura eclética. Os detalhes foram pensados para impressionar e chamar a atenção para o estado e suas riquezas. Acima da cúpula superior, o anjo da vitória segura um ramo de louros em uma das mãos e duas penas na outra, transportado do Monumento em homenagem aos heróis da Batalha Naval de Riachuelo⁹⁸, em frente à Associação Comercial da Bahia⁹⁹, na Praça Conde dos Arcos, Bairro do Comércio, na capital baiana. Aos pés do anjo, a cúpula superior ornada por estátuas, representando, como já mencionado, dois grandes rios importantes para a navegação fluvial e o comércio baiano – o São Francisco e o Paraguassú-, e entre eles as armas do estado.

⁹⁷ SCHERER, Marta. Cem anos de imprensa em exibição - jornais e jornalistas na Exposição Nacional de 1908. CONFIBERCOM p.4-9.

⁹⁸ Imagem coletada em <http://acbahia.com.br/acervo-historico/arquitetura/> acesso 20.03.2018

⁹⁹ Associação Comercial da Bahia, fundada em 28 de janeiro de 1817, com sede própria no bairro do Comércio. O monumento à Riachuelo foi inaugurado em 23 de novembro de 1874, em homenagem a vitória brasileira contra os paraguaios na Batalha Naval de Riachuelo. A Associação Comercial custeou todas as despesas do material comprado na França e das obras da instalação do monumento. PORTO FILHO, Ubaldo Marques. 200 anos da Associação Comercial da Bahia. Salvador: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2011. p.13-14, 63.

Figura 17. Detalhes Anjo da Vitória e Cúpula do Pavilhão Baiano. Exposição de 1908. Álbum comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Arquivo IGHB.



Antes de entrar no prédio, é possível passear entre 1.500 metros quadrados de jardins com flores típicas ornamentais e observar, os seis pedestais colocados externamente, os blocos ou conglomerados de diversos minerais. Para ingressar no Pavilhão, escadas ladeiam a gruta, em cujo meio estão dispostas ametistas, pedras coradas e cristais de rocha, na parte inferior do edifício. Subindo os lances, tanto por um como pelo outro lado, duas estátuas representam o Estado da Bahia e o símbolo da “raça” baiana, Catarina Paraguassú¹⁰⁰. Vencendo as escadas, o acesso à grande varanda e igualmente amplo hall de entrada, abrindo-se, então, para a sala de conferências.

Dentro do Pavilhão as paredes são ricamente decoradas; janelas altas para proporcionar iluminação natural durante o dia e favorecer a ventilação; soalhos feitos de canela e peroba sobre vigamentos de pinho de Riga; escadarias e paredes decoradas com relevos ornamentais, inclusive as colunas; quadros de artistas da terra. As telas da sala das conferências do Pavilhão da Bahia representam, uma, o panorama da Bahia, visto do seu porto; enquanto a outra, a Descoberta, compreendendo a visão do Monte Pascoal, baía de Porto Seguro, a Coroa Vermelha, a Terra Virgem e a implantação da primeira cruz. A escultora brasileira Nicolina Vaz de Assis, com trabalhos apresentados no Salão de Paris,

¹⁰⁰ Catarina Paraguassú, representação da índia que teria se casado com o lendário Caramuru, selando a aliança entre nativos e portugueses e vice-versa. Essas figuras representavam o caboclo que figurava nos desfiles da Inconfidência Baiana desde 1826 ALBURQUERQUE, Wlamyra. *O Civismo Festivo da Bahia: comemorações públicas do Dois de Julho (1889-1923)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997 (dissertação), p. 83-84

viúva do Dr. Benigno de Assis, médico baiano, se encarregou das esculturas do pavilhão. Muita beleza e traços clássicos que remetem à Grécia¹⁰¹.



Figura 18. Detalhe da Varanda e da gruta no subsolo. Pavilhão Baiano. Exposição de 1908



O mobiliário é sofisticado, e as vitrines de madeiras nobres e vidro emolduram e guardam os objetos colocados em exposição. São muitas as vitrines de particulares expondo produtos para apreciação e venda, e dentre elas, muito provavelmente chamará atenção dos senhores visitantes a da Suerdick, com os variados tipos de charutos e tabaco vindos do Recôncavo baiano.

¹⁰¹ Jornal *A BAHIA*, quinta-feira, 30 de janeiro de 1908, p.1.

Além de empresas expondo seus produtos para conquistar novos clientes e mostrar as últimas novidades, há também vitrines com matérias-primas do estado - madeiras; fibras dos mais variados tipos pelas paredes; tecidos e roupas em caixas dispostas abertas em prateleiras.

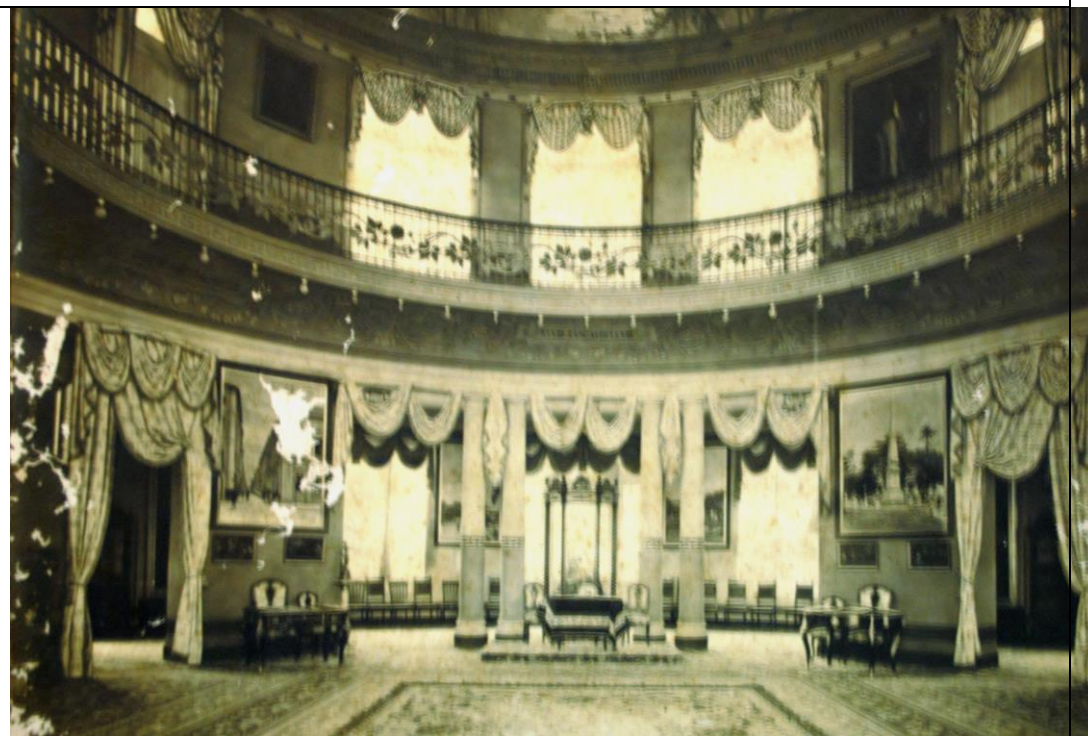
Figura 19. Vitrine da Fábrica de Charutos Suerdick. Pavilhão Baiano. Exposição de 1908



A salubridade não foi esquecida pelos idealizadores do Pavilhão¹⁰². Digno de nota, as calhas e condutos construídos para escoar a água das chuvas, encanamentos d'agua, serviço completo de mictórios, latrinas, lavatórios e todo o aparato necessário à higiene e conforto dos visitantes. Afinal, a Exposição abriga, além de toda a festa, o Congresso Geral de Higiene e Assistência Pública e Particular.

¹⁰² Pavilhão Baiano vista noturna. In. *O Malho* 22 de agosto de 1908.

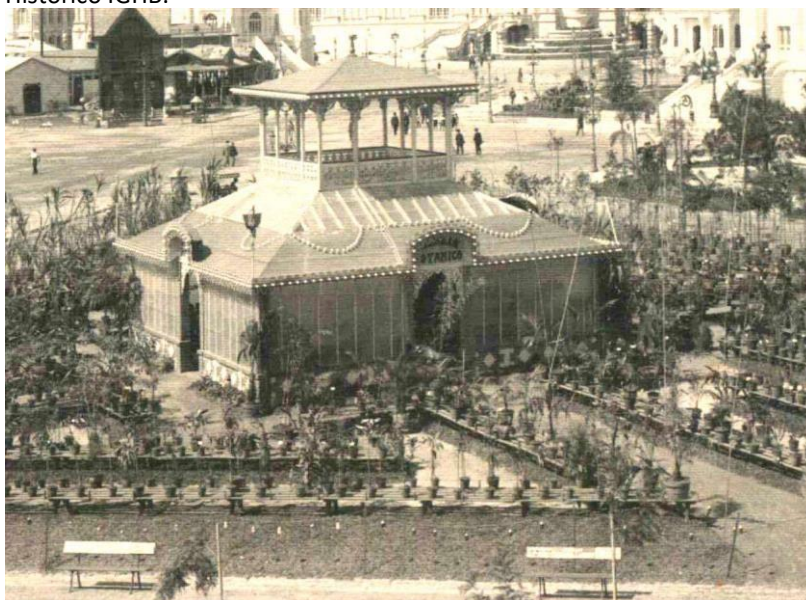
Figura 20. Detalhes da Sala de conferências com e sem cadeiras. Pavilhão Baiano. Exposição de 1908



Saindo do pavilhão baiano, atravessando a Avenida dos Estados, chega-se ao Pavilhão de Minas Gerais, com área de 650 metros quadrados e torre de 62 metros¹⁰³, encimada por um foco luminoso. Também projetado por Rafael Rebecchi, um edifício sem estilo definido, mas tido como elegante e ricamente ornamentado. A imprensa, ao comentar o pavilhão de Minas Gerais, sublinha como o edifício soube simbolizar duas virtudes mineiras: a altivez serena e a modéstia afável, mas, na verdade, soa indiretamente como uma crítica ao Pavilhão de São Paulo, exuberante e monumental.

O pavilhão e estufa do Jardim Botânico impressionam pela raridade e beleza das plantas e flores e oferecem agradável refúgio e descanso aos visitantes.

Figura 21. Pavilhão do Jardim Botânico, estufa e jardins. Exposição de 1908. Álbum Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Arquivo Histórico IGHB.



Passando o Jardim Botânico, chega-se ao pavilhão paulista, o maior e mais luxuoso do evento, com 1.500 metros quadrados e 12 cúpulas¹⁰⁴, projetado por Ramos de Azevedo e Ricardo Severo. Um edifício em estilo eclético, janelas em arco e colunas decoradas em relevo.

¹⁰³ PEREIRA, Margaret.. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto* 16, 2008, p.20

¹⁰⁴ PEREIRA, M. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. In *Arqtexto* 16. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, p.22.

O chamado Pavilhão da Inspetoria dos Jardins, Caça e Pesca apresenta uma exposição técnica, com galerias e aquários cheios dos mais raros exemplares da nossa flora e da nossa ictiologia, numa construção graciosa em madeiras nobres.

O pavilhão do Distrito Federal¹⁰⁵, anfitrião da festa, tem dodois pavimentos, dispendo de amplas acomodações destinadas à exposição oficial do Distrito Federal e à reunião do Congresso Geral de Higiene e Assistência Pública e Particular. De estilo Renascentista, constitui-se de planta circular e, como motivo principal, uma grande cúpula transparente. Em sua ornamentação externa desprezouado por completo o emprego da escultura, tendo o seu autor recorrido apenas à harmonia proveniente do emprego de linhas gerais. A área ocupada pela construção é de 1.100 metros quadrados e sua altura ultrapassa 38 metros, produzindo esplêndido efeito noturno quando iluminado por um foco luminoso da força de cinco mil velas.

Após o pavilhão nacional, passa-se pelo modesto e harmonioso pavilhão catarinense, batizado de Casa de Santa Catarina, um nome que combina perfeitamente com a estrutura da pequena casa de madeira, em forma de chalé, evocando as residências dos imigrantes europeus. A Casa tem como destaque da exposição 150 espécies de madeira da região¹⁰⁶.

Perto do Palácio das Indústrias, a grande cascata luminosa é um dos grandes atrativos noturnos da festa. Focos elétricos projetam-se no complicado movimento das águas, produzindo o mais deslumbrante efeito. O grande Pavilhão das Máquinas, próxima parada do percurso, conta com um arsenal com maquinismos de toda a espécie, movidos por energia elétrica. Da América do Norte e da Alemanha vieram máquinas agrícolas em movimento.

As estruturas e possibilidades de divertimentos na Exposição são muito diversificadas, incluindo música, performances teatrais, concursos com animais, shows de fogos de artifícios, cinema e restaurantes. Os concertos são realizados no Pavilhão Egípcio¹⁰⁷. O compositor Alberto Nepomuceno, Francisco Braga e os maestros Francisco de Assis Pacheco, Luiz Agostinho de Gouvêa e Francisco Nunes Júnior são os encarregados de organizar os concertos da Exposição. Há grande afluência de público, e o preço dos ingresso -dez tostões nas cadeiras e camarote a seis mil réis -contribui para diversificar a audiência e manter os eventos muito frequentados.

¹⁰⁵ *O Malho*, 18 de julho de 1908.

¹⁰⁶ PEREIRA, M. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. In *Arqtexto* 16. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, p.22.

¹⁰⁷ PEREIRA, M. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. In *Arqtexto* 16. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, p.26

Os programas das apresentações contam com comentários sobre as obras e os compositores, para orientação do público. Ao todo, 26 concertos entre 13 de agosto e 10 de outubro de 1908¹⁰⁸. No Teatro da Exposição várias companhias brasileiras e estrangeiras se apresentam em óperas cômicas e de variedades. Concursos hípicas, fogos de artifícios de fábricas nacionais, inglesas e japonesas. Os restaurantes do Pão de Açúcar e o Rústico cuidaram de apresentar aos visitantes pratos diversificados de todas as regiões do país.

As fontes e os autores pesquisados informam que a Exposição de 1908 foi um grande sucesso. Mais de 1 milhão de pessoas frequentaram seus espaços, que contou com 11.286 expositores brasileiros e 671 portugueses¹⁰⁹. Porém, alguns problemas, típicos de eventos dessa grandeza, ocorreram. Segundo a revista *O Malho*, problemas com fornecimento de água, falta de alimentos nos restaurantes, transportes insuficientes e cheios tiraram muito do brilho da festa. Essa revista satírica foi um dos principais veículos de crítica e de denúncia acerca dos problemas da Exposição, ocultadas pela imprensa em geral. Através de suas charges, *O Malho* demonstrava que o entusiasmo generalizado escondia alguns erros de planejamento, descumprimento de cronogramas e estrutura deficiente para atender à grande visitação.

No número 303, de 4 de julho de 1908, *O Malho* relata alguns desses problemas. Exposição já em funcionamento, faltava ainda inaugurar os pavilhões de Minas, Bahia, São Paulo, o Manuelino e o Chateau d'Eu. A alta de preços no Distrito Federal também preocupava o periódico: devido à grande demanda de turistas, os hotéis, mesmo as acomodações mais humildes do Rio de Janeiro, cobravam altos preços pelos quartos.

A publicação satírica acompanha as dificuldades de um visitante ao Rio de Janeiro no período em que a Exposição Nacional de 1908 estava em funcionamento. Através do personagem somos informados dos principais problemas que afligiam a capital do país, dentre eles: altas de preços de hospedagem, falta de informações sobre a cidade, transportes insuficientes e ineficientes. Enfim, um verdadeiro suplício para quem visitava o tão propalado espetáculo da Modernidade Nacional.

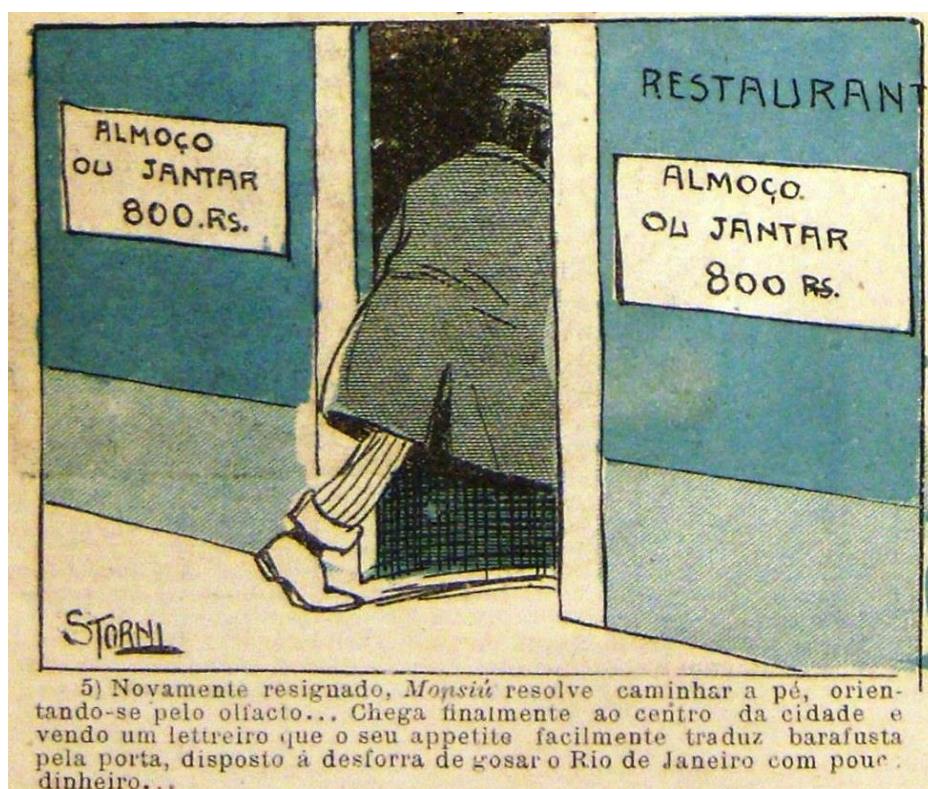
¹⁰⁸ GOLDBERG, Luis Guilherme. Concertos da Exposição Nacional da Praia Vermelha (1908): ponta de lança para a modernidade musical do Brasil. p.428-429

¹⁰⁹ PEREIRA, M. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. In Arqtexto 16. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, p.26



Figura 22. O Malho, 4 de julho de 1908.

Nos melhores ou nos piores hotéis os preços estavam altos e abusivos, e as acomodações deixavam a desejar. Nos restaurantes se dava o mesmo problema: preços altos, maior procura que demanda e falta de alimentos para atender a clientela.



Alimentação cara e insuficiente para atender a grande clientela. Hotéis sem higiene. Uma desagradável surpresa ao visitante desavisado.

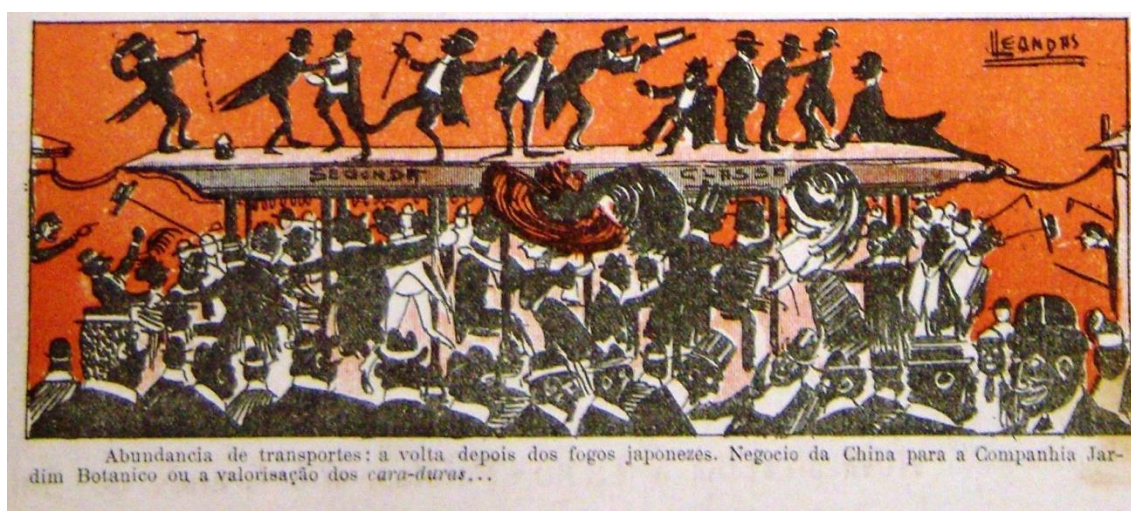
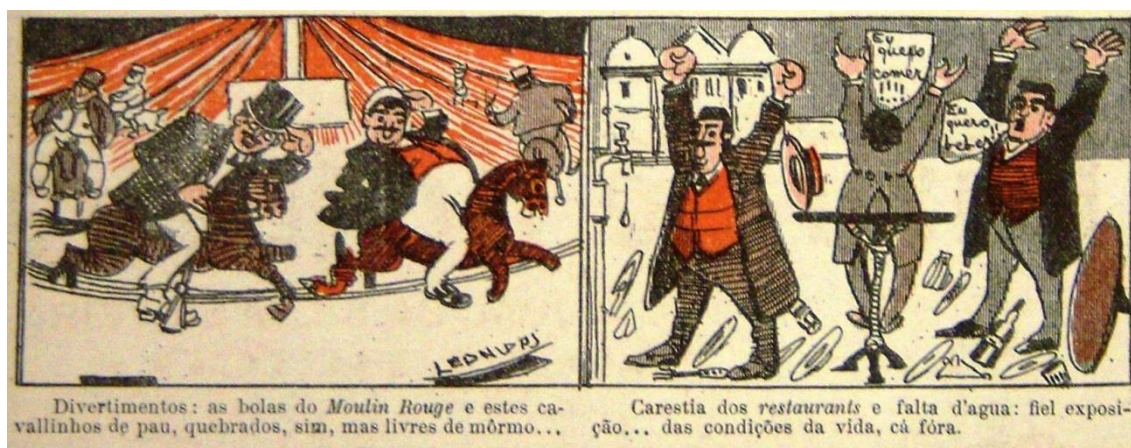


Na edição de número 310, publicada em 22 de agosto de 1908, voltaram as denúncias, agora focadas na estrutura da Exposição. As charges denunciavam problemas estruturais do espaço expositivo, como: a falta de assentos para descanso dos visitantes; o vento e a poeira levantada que atrapalhava a visão dos frequentadores; os restaurantes mal abastecidos, sem alimentos suficientes e a escassez de água empobreciam a experiência da visita.

Figura 23. O Malho, 22 de agosto de 1908. BPEB, seção de periódicos.



Além de problemas internos, a cidade do Rio de Janeiro, de acordo com as charges, não oferecia uma estrutura adequada ao grande número de turistas que aportavam para visitar a Exposição Nacional de 1908, sendo o sistema público de transportes o grande vilão dos transtornos e insatisfação do público. Os bondes andavam lotados, com passageiros arriscando a vida pendurados nas laterais e teto; as viagens não tinham horários regulares, nem estendidos, para atender à grande demanda.



Segundo Margareth Pereira, em seus três meses de exibição, a exposição foi visitada por mais de um milhão de pagantes, muitos deles oriundos de diferentes pontos de um território em grande parte sequer conhecido dos demais brasileiros (PEREIRA, 2001, p.7). O Brasil se dava a conhecer, mais em projeções futuras do que em realidades concretizadas. O país retratado na Exposição de 1908 era a projeção de um desejo, mais ambição do que realidade. Turistas nacionais e estrangeiros prestigiando o Brasil em exposição comprovavam a distância entre o esplendor da festa e a realidade da capital. No capítulo que segue, observaremos a

exposição baiana, os produtos e as fotografias que deram forma ao projeto baiano e as ambições cultivadas pelos articuladores da exposição estadual.

Capítulo 4 – Produtos e representações da Bahia: imigração, agricultura e propaganda estatal nas exposições baianas

4.1 A materialização das narrativas: fotografias como fonte histórica das exposições baianas

Durante as análises até aqui desenvolvidas pudemos observar como as publicações e os pavilhões elaboraram uma narrativa sobre a Bahia em exposição. As publicações cuidaram de construir a propaganda positiva, mostrando as capacidades produtivas, a natureza pródiga e clima ameno, a organização do estado e serviços públicos na intenção de fomentar parcerias econômicas e, principalmente, incentivar a imigração europeia, a grande aspiração dos modernizadores baianos.

Ao pavilhão coube completar a epopeia cultuando o passado através das esculturas e telas, estabelecendo os mitos de origem do povo brasileiro. Encarregado de determinar certa narrativa histórica, o pavilhão reivindicou o lugar baiano no panteão cívico nacional, instituindo como casal fundador ‘Catarina Paraguassú e Diogo Alvares Correia’, os representantes da “raça brasileira”, legitimando o índio e o branco e reforçando o apagamento do negro. Através da iconografia e da leitura da publicação baiana percebemos como foi legitimada uma versão da história na qual o negro só poderia ser assimilado pela sociedade através da miscigenação e prevalência branca no resultado final.

Este capítulo vai se dedicar a analisar o último componente da narrativa baiana para as exposições: as fotografias dos produtos, uma das evidências visuais e marcantes do que foi levado pela Bahia na composição das exposições em 1908, 1922 e 1923. Pretendemos, com essa abordagem, adicionar mais elementos para a compreensão das exposições como estratégias comunicacionais (CUNHA, 2006, p.14) e espaços de escolhas discursivas. A fotografia, nesse caso, ultrapassa os limites de simples registro do real, tornando-se ferramenta de legitimação dos eventos e de seus objetivos.

Pode-se afirmar que, com o advento da fotografia, o mundo tornou-se familiar (KOSSOY, 2001, p.26). Usos, hábitos, paisagens, rostos, cada expressão visual foi captada e ressignificada pela foto. Uma das invenções mais populares do século XIX, a fotografia revolucionou o olhar e reforçou as condições de separação entre o real e o ideal, em forte vinculação com o que Guy Debord chamou Sociedade do Espetáculo. Na Sociedade do Espetáculo, tudo que era vivido diretamente tornou-se representação, isto é, o Espetáculo se tornou uma interação social mediada por imagens (DEBORD, 1997, p.13-15). Para Roland

Barthes, a fotografia sempre traz consigo o seu referente, ou seja, aquilo a que ela representa, formando o que denomina “particular absoluto”, no entanto, chama a atenção para o fato de que a pose fabrica um outro corpo (BARTHES, 1984, p.14/15). Entende-se que a intenção interfere na imagem, tornando a fotografia não apenas a expressão do real, mas a imagem construída, forjada e sujeita à interpretação de quem olha. Nessa elaboração de imagem que vai além da perpetuação de uma pose se debruça o olhar do historiador, com o fito de ‘ler’ a fotografia como testemunho da história.

No tratamento dessa nova fonte, Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad apresentam algumas saídas para a análise da fotografia no ofício do historiador. Concebida como monumento, a fotografia impõe ao historiador uma avaliação que ultrapasse o âmbito descritivo. Nesse caso, ela é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras. A fotografia integra um sistema de signo não-verbal que pode ser compreendido através de um duplo ponto de vista: enquanto artefato produzido pelo homem e que possui uma existência autônoma como relíquia, lembrança ou outra função rememorativa, ou mensagem que transmite significados relativos à própria composição da comunicação fotográfica (CARDOSO, MAUAD, 1997, p.576, 577).

Considerando-a mensagem e signo não-verbal, compreendemos a fotografia como uma forma de comunicação que se utiliza de símbolos, permitindo analisá-la desde a pré-elaboração (contratante, fotógrafo, ocasião) ao momento do clic e deste até a pós-elaboração (revelação, veiculação, público a que se dirige), abarcando o sistema que cerca a produção fotográfica. No corpo da análise histórica, as fotografias podem ser usadas como fonte ou indício, para o que o pesquisador deve se empenhar no percurso de elaboração, que inclui um tempo anterior à produção da imagem até um tempo posterior à elaboração da mesma (KOSSOY, 2001, p.75-78). Esse percurso de elaboração pode ser chamado de circuito social da foto, ou seja, a trajetória da fotografia: onde, quando, por quem e para quem foi produzida.

Respondidas essas questões, surgem indagações sobre o conteúdo da fotografia, o que está sendo retratado, o que representa a cena capturada, quais os elementos e personagens presentes na imagem. As recomendações são para que, como fonte, tudo o que diz respeito àquela cena deve ser considerado, até mesmo buscar as motivações do fotógrafo, afinal, ele atua como filtro cultural. Perspectiva de aproximação em que se atenta para a atitude do fotógrafo diante da realidade, o estado de espírito e a ideologia que acabam transparecendo no registro visual, nas imagens, principalmente naquelas que produz para si mesmo (KOSSOY, 2001, p.42-43). Na utilização da fotografia como indício, a imagem é utilizada para confirmar

ou contestar um determinado acontecimento. Geralmente, as fotografias são utilizadas como indício apenas para ilustrar uma dada informação, carecendo de uma análise mais profunda do processo de sua elaboração.

Os elementos que compõem a imagem são agrupados, segundo Boris Kossoy em 3 grupos: 1. **Constitutivos**, 2. **Coordenadas de situação**, 3. **Tempo**. Os elementos constitutivos são o assunto ou tema de que trata a fotografia; fotógrafo - autor do registro e a tecnologia (materiais e técnicas empregadas). As coordenadas de situação: espaço geográfico (local onde se deu o registro) e o elemento tempo- cronológico, a época, data, momento em que se deu o registro. Sendo o produto final da conjunção desses 3 elementos a fotografia - a imagem, registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior (KOSSOY, 2001, p.38-39).

As fotografias serão tratadas aqui na condição de fonte histórica, analisadas do contexto de elaboração até a veiculação, a composição do álbum, o profissional encarregado, o consumidor, de acordo com as possibilidades dadas pela documentação consultada, isto é, o circuito social da foto.

A segunda metade do século XIX foi o período em que a imagem fotográfica se tornou expressão do ideal, do rigor científico e da sociedade civilizada. De acordo com Heloísa Barbuy, na Exposição Universal de 1889, em Paris, a fotografia foi exaltada como uma das “glórias do século das invenções e da ciência aplicada” (BARBUY, 1999, p.34). Apesar da dificuldade técnica em oferecer ao público grandes tiragens de fotografias, a novidade causou *frisson* e muito debate em torno de sua natureza artística, se retrato do real ou dele somente uma parcela. Nas exposições, as fotografias sempre utilizaram da retórica civilizatória. Desde os primeiros eventos internacionais, com participação brasileira, selecionava-se o recurso que valorizasse determinada representação do país, condizente com aquela que o Império gostaria de ver projetada no exterior, em processo de construção do próprio destino (MAUAD, 2017, p.165).

Nas exposições brasileiras e baianas, a fotografia como recurso de representação dos espaços obteve maior destaque nos eventos republicanos. Se no Império eram vistas como curiosidade e arte, transportadas ao século XX as fotografias das exposições serviam de evidência da técnica e da evolução tanto do próprio processo fotográfico como da festividade, em uma metalinguagem que abarca exposição e foto, alimentando a memória da festa e estabelecendo os discursos sobre nação, modernidade e trabalho.

Nas primeiras décadas do século XX, se nota a ampla divulgação da arte ou sistema fotográfico que penetra os rincões do estado da Bahia. Fotógrafos itinerantes, fotógrafos que se estabelecem em diversas cidades, prepostos ou associados dos fotógrafos da capital. Em

Salvador, os estúdios fotográficos se concentravam na rua do Palácio, posteriormente batizada de rua Chile. Com o tempo, mais estúdios foram se espalhando: Avenida Sete, Praça Castro Alves, bairros residenciais da Vitória e Barra, nos quais a clientela era mais abastada. A técnica mais utilizada ainda era o daguerreótipo e o tradicional retrato. No Recôncavo, o que se populariza são os cartões-postais impressos. Aos poucos, na capital, a planilotipia - processo fotográfico monocromático de alta qualidade - se estabelece. A Photographia Gonsalves, de Pedro Gonçalves da Silva, o maior especialista, é premiada na Exposição Universal de Saint Louis de 1904 (ALVES, 2006, p.44-45).

Esses fotógrafos, atuando no Brasil desde 1840, no começo do século XX começaram a ser requisitados também para registrar obras e festas públicas, eventos religiosos e sociais, edifícios históricos, contratados e pagos pelo governo.

4.2 Os produtos baianos através das fotografias: as instituições pesquisadas

As fotografias ora analisadas foram pesquisadas nas seguintes instituições: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

A primeira entidade organiza¹¹⁰ as fotografias por título relacionado ao evento que deu origem nos seguintes grupos: Exposição Nacional de 1908 e Exposição do Centenário do Brasil (1922/1923). As fotos da Biblioteca Nacional trazem descrição física; identificação de autoria (quando possível); relatório de conservação; localização e classificação dentro do acervo¹¹¹.

As fotografias do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB) se encontram sob a guarda do arquivo da entidade, acondicionadas na pasta designada 'Exposição', referente aos eventos de 1922 e 1923, cada foto tem numeração individual, no espelho da foto há os os

¹¹⁰ O arranjo empregado nas instituições consultadas - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e IHGB - são distintos, mas não aleatórios, uma vez que organizados com intenções determinadas. Segundo especialistas, o arranjo arquivístico é "ato comunicativo" (MURGIA, Eduardo Ismael; CRISTINA, Tânia. O Arranjo arquivístico como escrita: uma reflexão sobre a narrativa em imagens a partir do Fundo Pedro Miranda no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. ENANCIB, 2005:10. Disponível < <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vienancib/paper/viewFile/1742/876> >. Acesso 08.08.2018.)

¹¹¹ A Biblioteca Nacional organiza as fotografias por título relacionado ao evento que deu origem, nos seguintes grupos: Exposição Nacional de 1908 e Exposição do Centenário do Brasil (1922/1923). Intituladas, a primeira pasta, de **Exposição Nacional de 1908, Rio de Janeiro – Pavilhão do Estado da Bahia**, classificação/ localização: **ARM 2.1.1 (1-12)**. Total 12 fotografias de autoria atribuída a Rafael Rebecchi e, a segunda pasta, intitulada **Estado da Bahia, Rio de Janeiro, 1908: interior do Pavilhão na exposição de 1908**, classificação/ localização: **ARM 1.7.5. (1-14)**. Total 14 fotografias de autoria atribuída a Daniel 'phot'. As fotografias de 1922, intitulada a primeira pasta de **Exposição do Centenário do Brasil, Rio de Janeiro, entre 1920 e 1922**. Classificação/ localização: **ARM 2.7.6 (1-130)**. Total 130 fotografias, de autoria atribuída a Augusto Malta. Segunda pasta intitulada de **Centenário da Independência do Brasil, Rio de Janeiro, entre 1922 e 1923**. Classificação/ localização: **ARM 2.4.3 (14-21)**. Total, 7 fotografias, autoria atribuída ao estúdio Photo Bippus.

códigos MFN e FOT; possuem pequeno resumo da imagem; dados de autoria, apenas na própria fotografia¹¹². O segundo grupo de fotografias consta do Álbum Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, e traz imagens dos pavilhões expositivos do Rio de Janeiro e demais espaços (dentro do arquivo do IHGB tal fonte não apresenta referência de localização).

Como fontes disponíveis para a totalidade deste trabalho, contamos com o total de 247 fotos das 3 exposições (1908; 1922 e 1923), algumas utilizadas para ilustrar os espaços das celebrações, apresentar o processo de organização, montagem dos pavilhões e a movimentação do público.

Para a abordagem específica deste capítulo houve uma sensível redução no número de fontes viáveis. Referenciando diretamente o Estado da Bahia contamos apenas com 69 fotografias, isto é, imagens que apresentam legenda identificando o prédio e os acervos ou fotos cuja classificação do arquivo refere ao estado.

O pequeno universo e as condições de conservação e visibilidade das imagens impuseram algumas condições, requerendo estabelecer critérios de seleção, ao modo de filtros, tendo em vista o tema tratado. Estabeleci como primeiro filtro a relação direta com os acervos e o Estado da Bahia. Em seguida, selecionei as que apresentam melhor definição para possibilitar ao leitor a compreensão do que está representado e, em terceiro lugar, o que pode ser retirado de informação sobre o acervo de modo geral, as empresas e produtos. No que diz respeito ao tratamento foto/fonte, procurei seguir a recomendação de Boris Kossoy, indicando o circuito social da foto (KOSSOY, 2001). Quando possível, identificamos o fotógrafo, o cliente, isto é, quem encomendou a foto, e a finalidade e/ou destino do registro. Outra etapa importante para a análise foi identificar e descrever os elementos constitutivos da imagem (o que está na foto) e quais os objetivos que levaram à produção daquela imagem.

Lembramos que as exposições são eventos pontuais, ocorrem em um dado recorte temporal, limitado, de curta duração, mas os reflexos ultrapassam sua temporalidade e influenciam muito mais que o comércio ou a estética das lojas¹¹³. As exposições foram fenômenos culturais, promotoras de intercâmbios, veículos de ideologias, como afirmado anteriormente. Todavia, através deste microcosmo, podemos entender alguns projetos

¹¹² Localizamos no IHGB: MFN 5408 FOT 3910; MFN 18922 FOT 3846; MFN 5489 FOT 3819; MFN 5457 FOT 3817; MFN 5466 FOT 3816; MFN 5455 FOT 3813; MFN 5451 FOT 3811; MFN 5449 FOT 3809; MFN 5448 FOT 3808; MFN 5445 FOT 3805; MFN 5444 FOT 3904; MFN 5443 FOT 3803; MFN 5441 FOT 3801; MFN 5438 FOT 3738; MFN 5437 FOT 3797; MFN 5435 FOT 3795.

¹¹³ Heloisa Barbuy trata dos efeitos das exposições universais no comércio e nas vitrines das lojas da cidade de São Paulo entre 1860 a 1914 (BARBUY, H. *A Cidade-Exposição*. Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo : EDUSP, 2006).

pensados para a sociedade baiana recorrendo à micro história, no sentido de partir de um evento particular para uma hipótese geral sobre o projeto de modernidade baiana.

4.3 A Bahia na Exposição Nacional de 1908: os produtos e a representação fotográfica

Os produtos recebidos para a Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro, eram de tipos variados: manufaturados diversos, amostras da natureza baiana, das riquezas do solo, vegetais, minerais, madeiras, peles de animais, mas, também, trabalhos de artes plásticas como esculturas, pinturas, bordados e até máquinas, mecanismos e maquetes de embarcações. Enfim, um universo tão diversificado quanto permitia uma exposição do tipo universal a que o Estado brasileiro se propôs elaborar.

Os municípios da Bahia foram convidados a enviar seus artigos, principais produtos agrícolas, artesanato e demais artes, e mesmo coleções de leis e posturas municipais¹¹⁴. Enfim, aquilo que pudesse fornecer um panorama geral sobre a Bahia, sobre os municípios e suas riquezas. Ponderamos que os objetivos de encaminhar leis e posturas municipais às exposições serviriam para demonstrar ou comprovar as providências tomadas para o controle da cidade e a regulamentação da ocupação dos espaços. Afinal, a modernização pregada passava necessariamente pela relação com a cidade, pelo controle dos cidadãos e pela uniformização do traçado urbano. Aqui, vale esclarecer que os articuladores das exposições baianas usavam tanto o termo modernidade quanto modernização para referirem-se a um projeto para estabelecer novas formas de convívio social e interação que ia desde a formatação das cidades até as condutas privadas de seus cidadãos.

Para a Exposição Nacional da Abertura dos Portos, em 1908, os doutores Souza Carneiro¹¹⁵ e Arlindo Fragoso, membros da comissão baiana, cuidavam da classificação dos produtos naturais e das riquezas minerais e da organização do catálogo expositivo, além de receber os materiais, inspecionar e classificar, de acordo com a tipologia, função, origem e produtor.

Afora a comissão de exposição e seus membros, delegados eram nomeados para acompanhar e auxiliar a coleta de material na capital e interior da Bahia. Ignácio de

¹¹⁴ *A Bahia*, quinta-feira, 23 de abril de 1908, p.1.

¹¹⁵ Antônio Joaquim de Souza Carneiro, engenheiro civil, professor da Escola Politécnica da Bahia (1881-1942). Homem de múltiplos talentos, Souza Carneiro, pai do etnógrafo Edison Carneiro, exerceu com afinco essa competência intelectual nos mais variados gêneros e assuntos: estudos técnicos sobre minérios e geologia; artigos e colunas na imprensa baiana; ensaios sociológicos e de etnografia afro-brasileira e indígena; romances de motivos regionais e folclóricos; e, até mesmo, trabalhos de cunho esotérico, resultado de sua prática como espírita, maçom e membro de ordens místicas. (ROSSI, Gustavo. Uma Família de Cultura: os Souza Carneiro na Salvador do início do século XX. In *Revista Lua Nova*. São Paulo: 2012, n.85,p. 81-131). Disponível < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a04n85.pdf>>. Acesso 08.08.2018

Mendonça¹¹⁶, nomeado delegado da comissão, encarregado da região de Lavras, Caetité e Rio de Contas, procurava mobilizar produtores e interessados em participar do evento, além de fiscalizar o envio de produtos. Depois de recebidos, os produtos eram etiquetados, acondicionados no Arsenal da Marinha, na capital baiana, e posteriormente classificados, formando o que estamos considerando acervos selecionados.

Algumas diferenças são percebidas no tocante à organização e execução do certame na comparação entre as exposições imperiais e as republicanas. Nas exposições do Império eram nomeados os membros de um Júri de Qualificação, encarregado de escolher as melhores peças a serem premiadas e enviadas à Exposição Nacional no Rio de Janeiro. Formavam o júri pessoas reconhecidas por sua *inteligência e aptidão*, que selecionavam e premiavam os expositores que refletissem melhor a província próspera e moderna que era a Bahia. Uma modernidade questionável, como atestamos no estudo sobre as exposições provinciais, visto que, em sua maioria, os produtos que a província enviava eram manufaturas simples (tecidos de algodão, charutos, bebidas, etc.), obras de arte de artistas reconhecidos (mobiliário, joias, artesanato), além de amostras de material etnográfico (flechas, arcos, vestimentas de penas e couros, etc.) (CUNHA, 2010).

Caso os produtos agradassem ao Júri de Qualificação, os produtores eram premiados e selecionados para as exposições nacionais. Os prêmios consistiam em medalhas e menções honrosas, recompensas de forte caráter simbólico para aqueles que as recebiam, uma possibilidade de ter seu nome e sua produção figurando para sempre no panteão das Mostras Universais. Encerrada a Exposição, o Júri dispunha de alguns dias para apresentar sua escolha. A relação de expositores premiados era então divulgada e os produtos enviados para a Corte. Em todas as Exposições (provinciais, nacionais e universais) ocorriam premiações. Os prêmios, no caso das nacionais e provinciais, eram um instrumento de seleção dos produtores e demais expositores habilitados a participarem das Exposições Universais. A relação dos premiados era divulgada na imprensa para que os expositores pudessem pegar seus prêmios e diplomas e, quando necessário, fornecer mais amostras de produtos (CUNHA, 2010, p.72-74).

Nas exposições republicanas baianas, a Comissão de Exposição não apresenta uma disposição clara de atribuições. Há o Delegado Geral da Comissão, os membros e os delegados. Todos trabalham na organização e transitam por todas as etapas do processo. Só os encarregados da classificação detêm exclusivamente esta tarefa, por exigir uma gama de

¹¹⁶ A Bahia, Quarta-feira, 19 de março de 1908, p.1

conhecimentos específicos. Quanto à seleção dos produtos mais relevantes para participar do evento nacional, não localizamos nas fontes pistas sobre juris de qualificação no estado.

São as fotografias e os catálogos que informam a variedade de acervos e produtos colocados em exposição. Temos amostras de peixes, animais silvestres, produtos alimentícios, como frutas da região, farináceos e bebidas produzidas. São apresentados também artigos de comerciantes tradicionais da cidade do Salvador como boticários, charutarias, artigos de couro, toucador feminino. Nas artes, foram selecionados quadros com motivos históricos, pinturas decorativas, tecidos e esculturas. A documentação cita que os volumes depositados no Arsenal chegaram a mais de 1 mil unidades, o que nos permite a projeção de dezenas de milhares de itens levados à exposição carioca em 1908.

O conjunto de objetos-acervo condensa e fornece uma versão discursiva sobre a Bahia, sua cultura, sua população, sua capital, no entanto, oculta aspectos considerados negativos da sociedade e dá visibilidade a outros para reforçar a noção de que a modernidade, como dito pelos articuladores do evento, chegara à Bahia.

Precisa-se, nesse ponto, atentar para a categoria social encarregada de construir o discurso da modernidade e da modernização, e o faz desde as exposições do século XIX; apenas essa categoria detém a voz e não está invisível. Podemos nomear os construtores e participantes do projeto de modernidade baiana de classe média e alta, tendo em seus quadros políticos, médicos, engenheiros, arquitetos. Os demais participantes que contribuíram com as exposições, como artistas, mulheres, artífices, são relegados a papel secundário, portanto, não identificáveis no espetáculo. Ficaram silenciados, ou melhor, *ignorados*, na condição de coadjuvantes encobertos, lembrando que, ambigualmente, as exposições propugnavam-se em “arena[s] pacífica[s]”, como relata Margarida Neves (1986). No entanto, nesse pequeno mundo de representações, nesse microcosmo, se aplica a noção de campo de produção e luta simbólica entre as classes, seguindo-se a perspectiva *bourdiana* (BOURDIEU, 2007, p.11-12). O que traz para a discussão as exposições na perspectiva de palco da materialização dessa luta simbólica em que as categorias altas e médias, detentoras de voz e visibilidade, tentam negar a existência, cultura e contribuição das categorias baixas e populares.

Mas, a realidade e o apresentado subvertem as representações oficiais da exposição que, supostamente, ofenderiam o olhar civilizado. Ao tempo em que pretendem negar a contribuição da população periférica, utilizam alguns de seus elementos e produções para compor um quadro sobre a cultura baiana e nacional. Entretanto, a cultura se faz pelo relacionamento circular entre as culturas dominante e subalterna (BAHKTIN, 1965; GINSBURG, 1987).

E esse processo de circularidade ocorre mesmo em um ambiente hostil à influência popular, ou seja, acontece ainda quando o objetivo é negar. O *ignorado* fica assim nas dobras, pode-se dizer, nos sulcos, em que o não dito ao visitante, ou o não explicitamente apresentado, marca a presença, por exemplo, nos produtos de evidente tradição ancestral indígena (caso da cestaria e das técnicas de trançados das fibras em exposição) e africana (nos acervos fornecidos pelos artífices das Sociedades de Artes e Ofícios), especializados no uso dos metais e na construção civil, nas mãos das mulheres negras que enrolavam os charutos das tradicionais fábricas do Recôncavo Baiano (OLIVEIRA, 2006). Índios e negros, embora silenciados, compuseram nos interstícios, o espetáculo da modernidade.

4.3.1 As Fotografias de 1908: o Pavilhão Baiano

As fotografias que apresentam a exposição baiana em 1908 referem-se ao pavilhão expositivo, aos espaços dentro do edifício, vitrines elaboradas para a festa e produtos em exposição. No capítulo 3 analisamos o Pavilhão Baiano de 1908, a técnica arquitetônica aplicada na construção e alguns dos aspectos estéticos do edifício. Aqui nos dedicaremos a olhar as vitrines, os produtos colocados em exposição, imergindo nas salas, circundando as peças, captando atentamente as mensagens emanadas foto a foto.

Para a exposição de 1908, o encarregado da construção do pavilhão e da coordenação dos trabalhos de decoração e embelezamento, o arquiteto Raphael Rebecchi e equipe, cuidaram de registrar os espaços, acervos e vitrines acomodadas no edifício.

Fotografias panorâmicas foram largamente utilizadas para retratar as grandes áreas da exposição. Essas imagens dos espaços, edifícios e dos acervos, podem ter, posteriormente, colaborado na composição das publicações da festa, a exemplo dos catálogos, postais, notas de jornais e revistas disponibilizadas para a imprensa, visto que os acessos e permissões para fazer imagens eram controlados pelos organizadores e os fotógrafos contratados da imprensa ou do governo.

Analiso, a seguir, as fotografias sobre a Exposição Baiana de 1908. São imagens que retratam o pavilhão expositivo, construído no Rio de Janeiro, os espaços internos do edifício, as vitrines e alguns dos produtos levados para a representação da Bahia na Exposição Nacional. São 8 imagens no total, para demonstrar, como dito no início do capítulo, que fotografias, pavilhão e catálogos serviram à composição de uma narrativa única, mas de diversas faces: a Bahia do passado, cívica, gloriosa e progressista; a dopresente, terra

organizada, bem governada e próspera; e a Bahia do futuro, terra de possibilidades, apta a receber investimentos e imigrantes.

O conjunto de fotografias em questão tem autoria atribuída a Raphael Rebecchi, arquiteto encarregado do Pavilhão Baiano. No corpo da fotografia não existe informação ou assinatura que pudesse sugerir outra autoria. As fotografias estão soltas. O material de que são feitas é papel albuminado sobre papel cartão com cercaduras em alto relevo. Quanto às coordenadas de situação: todas pertencem ao Pavilhão Baiano e suas áreas internas. O ano é 1908, sem mais dados sobre data de registro das imagens.

Na fotografia 1, o ângulo frontal destaca as linhas imponentes do pavilhão, chamando atenção para a fachada e a altura do edifício em suas linhas sinuosas. O aspecto isolado da edificação (bem como de outras construções) realça a representação da Bahia que vai se juntar a outras fotografias panorâmicas, provavelmente para registrar o conjunto antes da abertura do evento. Nota-se, nessa imagem, a ausência de visitantes ou quaisquer outras pessoas. O foco é a edificação, em uma vista geral do prédio e do cenário, composto com o Morro Cara de Cão, logo atrás.



Figura 24. Pavilhão Baiano. Fachada e Jardim frontal. acervo Biblioteca Nacional arm211(1)

A fotografia n. 2, (abaixo), pertencia à fábrica de charutos Costa, Ferreira e Penna, uma das tradicionais lavouras fumageiras e de produção de charutos do Recôncavo Baiano, das cidades de Maragogipe, Cachoeira, São Félix e Muritiba. Produto de exportação, alavancou a economia dessas cidades. A vitrine construída em vidro e madeira permitia observar as caixas e charutos, dispostas em toda a volta do móvel. Além da Costa Ferreira, a fábrica Suerdick também elaborou sua vitrine e enviou charutos para apreciação dos visitantes do seu stand.

Fotografia 2



Figura 25. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(3)

Artesãos e empreendimentos familiares aparecem nas exposições baianas desde o século XIX. Dentre os produtos mais destacados, os trabalhos artesanais de homens e mulheres sempre foram citados. No primeiro plano da fotografia 3 vê-se o ambiente interno do Pavilhão da Bahia. O tablado, cuja função é a de elevar o piso, cria área circunscrita para a mostra das *corbeilles* de flores. Na lateral, um homem em pé, vestido de terno. O olhar tende a recair sobre os suportes elevados dos arranjos e a exuberância das folhagens.

Fotografia 3



Figura 26. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(7)

Na fotografia 4, (a seguir), a composição fotográfica captura o ângulo da extensão ampliando a profundidade e evidenciando a grande quantidade de artefatos. Na parede, amostras de fibras dispostas em feixes, etiquetadas, espessuras diversas. No piso, várias peças manufaturadas: bolsas, cestaria no formato de pratos, baús, potes, cuias, dentre outros. Um exemplo do discurso recorrente da natureza pródiga e utilitária, trazendo para a exposição técnicas tradicionais de trançado. Observa-se, no geral, o uso do espaço interno (inclusive das paredes, para transmitir informações) para a mostra em que a quantidade tem seu lugar.

Fotografia 4



Figura 27. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(9)

As madeiras compunham os chamados produtos naturais, coletados desde os viajantes e dos tempos da Coroa Portuguesa, que manteve em Lisboa museu e jardim botânico para os quais contribuíram espécimes brasileiros¹¹⁷. Também enviadas e expostas nas exposições do século XIX, as madeiras prestavam-se à construção naval, cercas, construção de edifícios, embalagens, lenha¹¹⁸. O enquadramento frontal realça o mostruário em conjunto e coloca no mesmo plano o móvel estante para exemplares de madeiras (no formato de lombada de livro) e lado a lado suportes que elevam os outros em pedaços de toras devidamente identificados.

¹¹⁷ LOPES, Margaret M. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo : HUCITEC, 1997.

¹¹⁸ Só a partir de 1920, com a instalação de melhores equipamentos industriais e meios de transporte, a indústria madeireira tomou impulso (CABRAL, Diogo de Carvalho; CESCO, Susana. Notas para uma história da exploração madeireira na Mata Atlântica do Sul-Sudeste. *Ambiente & Sociedade* Campinas v. XI, n. 1, 2008, p 33-48. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n1/03.pdf>. Acesso 08.08.2018)

Fotografia 5



Figura 28. Acervo Biblioteca Nacional arm175(8)

Algumas reflexões sobre as fotografias 2 (Charutos), 3 (Flores e Folhagens), 4 (Fibras e cestaria) e 5 (Produtos naturais – Madeiras): em todo o evento expositivo, desde o planejamento até a abertura e os processos posteriores da performance baiana, os setores de maior destaque são os dos produtos exportáveis e as matérias-primas que agregariam mais valor de mercado.

Na fotografia 2, a vitrine da fábrica de charutos, uma entre as várias empresas que ofereceram amostras para a degustação dos prováveis clientes, interessa mostrar o produto, custear e construir a vitrine. Na dos arranjos de flores artificiais (3), de um produtor individual, Emílio Neves, identificado pela Biblioteca Nacional, que obteve espaço de divulgação na exposição e que talvez investiu na confecção de um pequeno *stand*. Nas fotografias com o tema sobre Fibras e Cestaria (4) e Madeiras (5), o destaque para as matérias-primas em que as fibras e produto final acabado (cestos, bolsas, pratos) e as amostras de madeiras, cortadas artisticamente e etiquetadas. As matérias-primas, juntamente com os catálogos, compõem uma representação única em vários suportes. Na divulgação, o tom de enaltecimento de um solo e clima a que tudo se adapta e que muito produz:

[...] as de construção, quase todas notáveis pela grande variedade com que se apresentam, são os jacarandás, o sebastião de arruda, as aroeiras...e cem outras que se destinam aos mais variados misteres da arte de construir. [...] Acresce, ainda, a *circunstância da adaptabilidade de todas as culturas, um solo onde todos os climas existem e uma terra sempre capaz de produzir muito e durante muito tempo sem se estafar nem necessitar de adubação pela grande quantidade de humus e fosfatos que contém* (Noticias e Informações, Estado da Bahia, 1908, p.5-6; grifo nosso).

Fotografia 6



Figura 29. Acervo Biblioteca Nacional arm 175(3)

O plano arquitetônico do pavilhão previu o pátio central (fotografia 6), ocupado também como espaço de mostra. Pode-se ver a área rodeada de colunas e a varanda tomada - do teto ao piso -, pelos mostruários. O ângulo da fotografia favorece a visibilidade do espaço aberto, provavelmente de passagem, mas preenchido de artefatos, engenhocas (seria um canhão?), painéis, redes, telas e plantas ornamentais. Não há vazios. Nessa concepção de exposição, mais informações dispostas no espaço significava mais força, mais viabilidade econômica.

Fotografia 7



Figura 30. Acervo Biblioteca Nacional arm 175(13)

A foto 7 capta um ângulo amplo de sala expositiva, mostrando todo o espaço. Da direita para esquerda vê-se a mescla de mobiliários: prateleiras, tablados, vitrines, mesas (talvez um aparador) e caixotes, que sustentam as amostras de produtos exportáveis da Bahia. A viga central e o topo das paredes servem de lugar para registrar a informação: *Exposição da Bahia - 10.000 amostras; Exportação 1806 - 3 mil contos* – em sintomática volta ao século XIX. O visitante poderia observar a grande variedade e produtividade do estado. No primeiro plano, inúmeras garrafas e sobre as portas da sala as identificações: piaçavas e borrachas.

Na oitava foto, o mobiliário expositor junto às paredes sustenta miniaturas de embarcações à vela, nas quais não se observa (até onde se pode ver) legendas indicativas dos modelos ou dos artesãos. As cestas usadas na pesca, presas ao teto, sugerem que esse recanto da mostra remete à indústria pesqueira. Peles de animais selvagens nas paredes encimam os pequenos barcos. Os primeiros, na costa ou rios, e os segundos, nas matas e sertão.

Fotografia 8



Figura 31. Acervo Biblioteca Nacional arm 211(10)

As imagens das fotografias 6 (Expor, expor, expor...), da 7 (Mesas, vitrines, caixotes...) e 8 (Embarcações e caça) ressaltam, de relance, o excesso de objetos expostos e de informações, bem aos moldes das exposições museológicas do século XIX e dos Gabinetes de Curiosidades do século XVIII. Não se tinha a diversidade das “mil coisas para ver” da Exposição Universal de 1889 em Paris (BARBUY, 1999:61), mas, em 1908, a Bahia criou uma exposição diversificada, organizada para fornecer o máximo de informações e impressões possíveis sobre a riqueza e viabilidade do estado. Na formatação museográfica, permanece o traço do século anterior: valorização da quantidade e da possibilidade de substituição, por material de igual teor, daquilo que estava sobre (ou sob) o mobiliário, estantes e paredes. Não é o produto em si – explicação que Barbuy nos dá para a iconografia

produzida para aquele evento internacional -, mas as vistas gerais, que foram reproduzidas nas fotografias do evento de 1908.

As fotografias escolhidas para análise da exposição baiana em 1908 demonstram toda a variedade e riqueza produtiva que se queria demonstrar na exposição. Não foi uma simples disposição aleatória de objetos, mas uma narrativa material do que o estado podia oferecer ao país e a possíveis parceiros econômicos que se propusessem a investir. A exposição foi uma tomada de posição, uma reivindicação de lugar. Uma declaração de que a Bahia estava pronta para ingressar na modernidade pretendida pela nação.

4.4 A Exposição Internacional de 1922: A Grande Festa do Centenário da Independência

A Exposição do Centenário da República, aberta em 07 de setembro de 1922, contou com a participação de vários estados da Federação e de 15 países convidados: Argentina, Estados Unidos da América, Japão, França, Grã-Bretanha, Itália, México, Dinamarca, Noruega, Tchecoslováquia, Bélgica, Portugal, Chile, Suécia e Holanda¹¹⁹. Segundo Margarida Neves, a ocasião do Centenário da Independência oferecia a oportunidade para a elaboração de grande celebração. Com o sucesso da exposição de 1908, parecia lógico e conveniente comemorar o Centenário da Independência, data magna da Nação, com uma exposição de maior vulto.

Para ajudar a financiar as obras da exposição foi expedido um crédito de 100 mil contos de réis e criado o bônus da independência, espécie de loteria para financiar o evento e envolver a população nas comemorações. Cada bilhete vinha com um canhoto e 10 entradas para a exposição, com numeração válida para sorteios. O Banco do Brasil foi a entidade financeira responsável pela administração dos créditos provenientes da loteria (SANT'ANNA, 2008, p.41/43).

¹¹⁹ SANT'ANNA, Thaís Rezende da Silva de. A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920, 2008, p.54.



Figura 32. Acervo Instituto Geográfico e Histórico da Bahia foto3910

IGHB. Arquivo Theodoro Sampaio/ Identificação do Arquivo: Delegado Federal da Exposição do Centenário, lançamento do bônus da Independência na Bahia.

Legenda da foto: Ao Instituto Geographico e Histórico da Bahia, oferece a Delegacia Federal da Exposição do Centenário da Independência, como lembrança da solemnidade do lançamento do Bonus a Independência na Bahia. Em 04/2/922 Gratulino A. [Mello] (Delegado na Bahia).

A Exposição, descrita pela imprensa da época como a ‘ante-sala do paraíso’, teve 25 seções¹²⁰ com as principais atividades do país, alcançando visitação de 14.000 pessoas num só dia e 175.000 pessoas no fraco mês de fevereiro (MOTTA: 1992, 81).

As fotografias podem revelar alguns critérios utilizados para escolha dos produtos a serem expostos, a exemplo da disposição, forma e tamanho das vitrines, bem como os textos de cada ambiente, que também podem fornecer chaves para analisar a atuação baiana nessa exposição. Percebemos que o ato de planejar e abrir uma exposição ao público envolve algo mais do que dispor objetos em um dado espaço. Se considerarmos as exposições como expressões de um projeto de sociedade, estamos admitindo que as escolhas, inclusões e

¹²⁰ **Seções:** Educação e ensino; Instrumentos e Processos gerais das letras, das ciências e das artes; Material e processos gerais da mecânica; Eletricidade; Engenharia civil e meios de transporte; Agricultura; Horticultura e arboricultura; Florestas e colheitas, indústria alimentar; Indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; Decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; Fios, tecidos e vestuários; Indústria química; Indústrias diversas; Economia social/ higiene e assistência; Ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; Comércio; Economia geral; Estatística; Forças da terra e esportes (MOTTA; 1992, 67/8)

exclusões de acervos têm por trás uma lógica discursiva que orienta toda a ação em torno do evento.

Segundo Lucia Lippi Oliveira, museus e exposições se tornaram instituições especializadas em exibição, em novas formas de organizar a percepção visual. Ambos mostravam e mostram o conhecimento e o poder que possibilitava controlar a sociedade. O espetáculo também atração – é a ordem e o controle sobre objetos e corpos, processo incluso no que Norbert Elias chamou “processo civilizador” e Michel Foucault “processo disciplinador” (OLIVEIRA; 2008, 145).

Quando falamos de museus e de exposições, estamos nos referindo a espaços nos quais o espetáculo tornou-se em discurso e controle. Um roteiro ou percurso de exposição em que os objetos são dispostos para conduzir os visitantes por entre os espaços expositivos conta com essas duas características: discurso, para veicular uma ideia e convencer e converter o público, e controle do espaço, vigiado seja pela equipe do evento, seja pelos visitantes entre eles.

4.4.1 Os produtos baianos levados à Exposição Internacional de 1922

As fotografias contempladas neste tópico foram localizadas no Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Não há dados sobre quem as doou à entidade. Estão agrupadas por evento e data e correspondem a imagens de produtos enviados à Exposição de 1922, no Rio de Janeiro, depois expostos no Palácio da Aclamação, em Salvador, no ano de 1923. Não sabemos a tiragem alcançada por essas fotografias. Localizei apenas as do IGHB, em um conjunto de 24 imagens emolduradas em papel cartão, desgastadas pelo tempo, mas em relativo estado de conservação. Enfatizando que, neste grupo do IGHB não foram localizadas imagens dos espaços internos do Palácio dos Estados na exposição de 1922 no Rio de Janeiro.

Trajano Dias, cuja assinatura nas fotos constitui-se apenas da letra T., foi o fotógrafo profissional encarregado das vitrines baianas. Sua produção foi farta entre os anos de 1916 e os anos 40 e era mais conhecido como retratista. Seu estúdio localizava-se na Rua S. Pedro, nº4, Bahia, até 1925. Daí em diante e até 1942, passou a funcionar na Rua São Bento, 32. Em 1948 abriu uma filial no Rosário, associado a F. Molinari. Trajano Dias encerrou sua carreira fechando a matriz em 1949. Morreu por volta de 1960 (ALVES, 2006, p. 60-61).

Por encomenda do governo do estado, Trajano Dias fotografava as festas públicas, como os desfiles de 07 de setembro e 02 de julho. No acervo do IGHB, essas fotos vêm com

impresso colado no cabeçalho identificadas como: 1º Centenário da Independência - Exposição de Productos Baianos - realizada no Palácio Rio Branco. No rodapé consta a identificação particular. As fotografias se apresentam em papel albuminado sobre papel-cartão; o espaço geográfico é o Palácio Rio Branco, em Salvador-Bahia, no ano de 1923, sem constar a data exata do registro.

Fotografia 9

“Secção de cereais, plantas medicinaes, resinas, oleos, plantas oleaginosas”



Figura 33. Acervo do IGHB. fot3819

O ângulo da fotografia 9 dá a percepção de uma sala relativamente estreita. Destaque, em primeiro plano, para os suportes expositivos: balcões em degraus, mesa central, uma vitrine de face sextavada. O ângulo favorece a que nenhum dos recipientes escape ao campo de visão do visitante. Centenas de frascos de vidro contendo óleos vegetais, devidamente etiquetados, estão à mostra. Na parede, em altura que todos poderiam ler, os dizeres: *A agricultura tem um grande inimigo, o urbanismo. É preciso que a mocidade sadia e forte se resolva a deixar as cidades e ir ao campo trabalhar a terra, enriquecer-se e enriquecer a Pátria*. Finalizando com a frase em latim: *"Nihil est agricultura melius nihil uberius, nihil dulcius, nihil homine libero dignus"* (Cícero).

Segundo Álvaro Hashizume Allegrette¹²¹, a frase está incompleta:

¹²¹ Dr. Álvaro Hashizume Allegrette, professor HISTORIOGRAFIA ANTIGA E MEDIEVAL - PUC/SÃO PAULO

Omnium rerum ex quibus aliquid acquitur nihil est agricultura melius, nihil uberius, nihil dulcius, nihil homine, nihil libero dignius."
Marco Tullio Cicero. In: De officiis, I. 150-152.

Mas de todas as ocupações pelo qual o ganho é garantido, nenhuma é melhor do que a agricultura, nenhuma mais rentável, nenhuma mais delicioso, nenhuma mais torna a um homem livre

O texto da placa é muito ilustrativo do que uma Exposição deste porte procurava propagandear. O Brasil, desde sua primeira participação nas Exposições Universais do XIX, se valia dessas oportunidades para enaltecer suas riquezas naturais e a capacidade produtiva de seus solos, dedicando grande parte do espaço expositivo à exibição de amostras da natureza fértil e rica, fosse para incentivar a imigração de estrangeiros – brancos e europeus –, fosse para mobilizar a juventude nacional ao trabalho no campo¹²². O urbanismo aqui é visto como inimigo da prosperidade, pois cria um contingente ocioso de homens que poderiam estar na lavoura. Ao mesmo tempo em que se exaltava, nas Exposições, a evolução tecnológica, havia um movimento de valorização do trabalho no campo, do trabalhador manual e do operário. Não à toa, as Exposições foram chamadas também de Festas do Trabalho, já que um dos principais objetivos era mostrar o trabalho como algo dignificante e necessário ao Progresso das Nações (NEVES, 1986; p.60-67).

Enriquecer-se e enriquecer a Pátria consagra a cultura do mérito, da sociedade capitalista e burguesa, tomando como mote a ideia de que o trabalho traz a riqueza e que o sacrifício das horas e dos dias na labuta diária irá trazer a recompensa esperada da prosperidade material.

¹²² Para mais esclarecimentos sobre a participação do Brasil e da Bahia nas Exposições Universais ver a dissertação CUNHA, Cinthia da Silva. A Bahia e as Exposições Universais (1866-1888), UFBa, 2010.

Fotografia 10

“Secção de farinhas, féculas, massas alimentícias, café e cacau”.



Figura 34. Acervo IGHB fot3811

Há três vitrines com amostras de fibras em maço, devidamente identificadas. A mesma estrutura de prateleira em forma de degraus é usada para mostrar recipientes de vidro e cerâmica contendo vários tipos de café, farinha, fécula e massas. O texto de uma das placas, nas laterais da sala, tem as seguintes informações: *em um dia o estado da Bahia consome mais de 1000 saccas de farinha de trigo, portanto, precisa produzir 1250 saccos diários, afim de não remeter para o estrangeiro diariamente cerca de 50 contos de reis. O trigo a 500 reis ao kilo é uma lavoura remunerada. A Bahia tem terras que [podem] abastecer de farinha [enri]quecendo o la[vrador] do estado.*

A fotografia da “Secção de farinhas, féculas, massas alimentícias, café e cacau” é mais um exemplo de exaltação das riquezas naturais da Bahia, terra em que as variadas espécies de produtos agrícolas podiam ser produzidas. Observe-se a recomendação de manter o abastecimento interno. A questão do abastecimento na Bahia, desde o século XIX, passava por crises periódicas, e a população sofria com a exportação de produtos de primeira necessidade. Os dizeres indicam o incentivo ao produtor para manter a produção no país, garantindo a lucratividade do mercado interno.

A fotografia abaixo detalha um angulo lateral da Seção intitulada “do Campo de Experiências e Demonstração Antonio Moniz”. Vê-se o constante recurso do expositor em degraus (o que cria mais espaço) e o que parece cuidadosa colocação da variedade de frascos

com infusões de plantas terapêuticas, devidamente identificadas. Folhagens naturais adornam o ambiente. O nome de Antonio Moniz de Souza faz homenagem ao famoso herborista que cruzou terras brasileiras no século XIX¹²³. No quadro, em destaque, a seguinte identificação:

Campo de Experiencias e demonstração Dr. Antonio Moniz - Fundado em 22 de junho de 1919: estabelecimento agrícola destinado a ensaios e investigações de culturas com a feição utilitária de distribuir gratuitamente sementes e mudas selecionadas e propagar com os resultados de suas experiencias lições e conselhos sobre os melhores metodos de trabalhos de lavoura.

Abaixo da inscrição, a tabela a seguir:

Sementes experimentadas em 4 annos	Variedades
Feijão	18
Milho	14
Bananas	09
Etc.	

Tabela 7 Sementes estudadas no Campo de Experiências e Demonstração Antonio Moniz

¹²³ Antonio Moniz de Souza, nascido em 1782, numa família de agricultores, no termo da vila de Lagarto, Bahia (em 1823 a vila passou a fazer parte da província de Sergipe). Foi vaqueiro, comerciante e militar. Em 1807, noviço do Convento Santo Antônio teve lições de botânica, participou de excursões para observar e catalogar plantas com possíveis propriedades terapêuticas. Em 1812, saindo do Convento, se tornou herborista e colhia plantas medicinais fornecendo-as a médicos, farmacêuticos e boticários. Era personalidade grada aos governantes, foi à Europa, estudou botânica e recebeu apoio e financiamento de várias personalidades da elite Imperial. (SANTOS, 2008; p. 33).

Fotografia 11

“Seção do Campo de Experiências e Demonstração Antonio Moniz”.

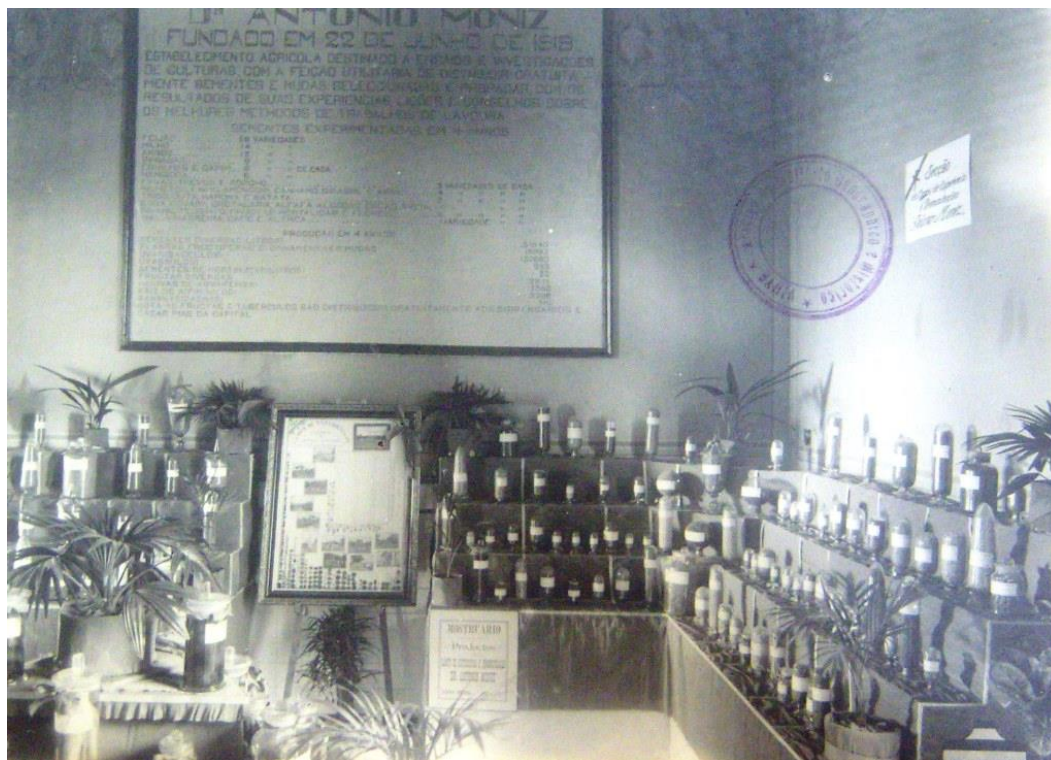


Figura 35. Acervo IGHB fot3797

Uma das grandes preocupações das elites e governos, desde a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX, era a crise na agricultura nacional. Fosse em razão da técnica, da lucratividade ou da falta de braços, esse setor econômico passava por convulsões periódicas e sofria forte concorrência estrangeira. No final da década de 50 do século XIX, diante da crise na agricultura brasileira, foram criados os Imperiais Institutos, visando o desenvolvimento de tecnologia e a formação de mão de obra especializada (TOURINHO, 1982; p. 63-65). As Exposições entram nesse contexto para atuar como veículo de propaganda positiva da terra e da atividade no campo, além de apresentar o Brasil como fonte de riqueza natural que podia ser usada em benefício da humanidade.

Fotografia 12

Seção de Estatística Agrícola, Comercial e Industrial



Figura 36. Acervo IGHB fot3803

Mais uma vez, o ângulo escolhido pelo fotógrafo (foto 12) é aquele que ressalta o geral: o aspecto panorâmico do interior da sala, de tal forma que sobressaem as volumetrias geométricas e as informações estatísticas. A composição entre as volumetrias e os dados estatísticos agrupa visualmente, de certa forma, o peso simbólico das informações estatísticas, como bem cabe à Ciência. O quadro ao fundo do lado esquerdo informa o valor oficial dos principais produtos de exportação do Estado da Bahia (cacau; café; fumo; açúcar; borracha) e o segundo, apresenta dados sobre o ano, receita orçada e arrecadada da exportação no estado. Além desses, dispostos no espaço, sete outros quadros com valores e gráficos sobre o comércio, a produção agrícola e industrial.

Os números apresentados nos quadros da seção ilustram o crescimento econômico e as possibilidades de progresso material àqueles que investirem na economia do estado. Esta é outra tendência das Exposições, a de procurar apresentar de maneira pedagógica o discurso do progresso, em uma tentativa de convencer os visitantes das grandes possibilidades financeiras da sociedade burguesa e propagar a noção de linearidade ascendente do progresso que todas as sociedades deviam seguir.

A próxima fotografia sai do campo da técnica avançada e passa ao incentivo de talentos manuais e materiais artesanais.

Fotografia 13

“Secção de modas, confecções, prendas e bordados”.



Figura 37. Acervo IGHB fot3813

O primeiro plano destaca caixas contendo camisas dispostas por toda a sala. O ambiente é bem iluminado, com três portas abertas por onde entram luz e ventilação. Quatro armários aparentes na foto, alguns manequins vestidos ao fundo da sala e três vitrines triangulares. O fato de apresentar camisas não deixa de dar relevo às artes manuais, o que incluía, além da camisaria, bordados, artes em porcelana e pintura em tecido. Não há informação se executadas por mulheres.

Na classificação geral da exposição de 1922 essa seção pertence ao Sub-grupo das Várias Indústrias, que engloba os mais variados tipos de atividades econômicas. Essa seção, de responsabilidade da Sub-Comissão de Indústrias diversas, seria dedicada a materiais de construção, mobiliário em geral, objetos de mármore e de bronze, materiais de decoração de edifícios, mosaicos, grades de ferro, filtros, ventiladores, elevadores, trabalhos à mão, ourivesaria, artigos de fantasia, brinquedos, confecções, câmaras fotográficas, indústria de couro, papel e suas aplicações; livros, revistas e jornais; indústria de vidro e cerâmica; química industrial; borracha; indústria de alimentos; indústria têxtil; seda, lã; indústria

mecânica e metalurgia; indústria da madeira; fumo; eletricidade e extratividade (sic) mineral (REZENDE, 2008, p.40-50).

As Exposições Universais incorporaram o uso da fotografia a partir da Exposição de Paris de 1889. Este recurso de captação de imagens foi utilizado amplamente para divulgar e gravar, de maneira indelével, esses eventos na memória de visitantes e demais interessados. Nas Exposições ocorridas em solo brasileiro, a fotografia também marcou presença, seja na forma de lembranças, divulgação, material jornalístico ou nas publicações oficiais dos certames.

As fotografias abarcadas neste texto ajudam a visualizar a cenografia dessas exposições: como foram elaboradas as vitrines, prateleiras e demais recursos expositivos. Podemos perceber o planejamento cuidadoso para que os materiais expostos não escapassem à vista dos visitantes e recebessem a devida apreciação. Os quadros informativos, legendas, recipientes e vitrines foram elaborados para dar ênfase ao discurso do progresso e da marcha do estado em direção à prosperidade econômica e à evolução social.

Para além da apresentação dos produtos, a Exposição se dispõe a evidenciar, e, ao mesmo tempo ocultar, certos aspectos da sociedade que representa por meio da veiculação de um determinado discurso. As Exposições - Nacional de 1908, a do Centenário da Independência, de 1922, e a Baiana, de 1923, mais do que todas as outras ocorridas no Brasil desde fins do século XIX, procuraram elaborar a melhor imagem do país, retratando a natureza rica e pródiga, as grandes possibilidades de seus empreendimentos econômicos, mas ocultando as contradições internas, as crises periódicas e o desconforto trazido com as grandes reformas urbanas que tiraram as classes ‘subalternas’ de suas casas e as empurraram para a periferia das capitais, tirando o espetáculo da pobreza da linha de visão das classes médias e altas da sociedade brasileira.

Analisar fotografias e demais recursos imagéticos pretendeu trazer a compreensão melhor dos objetivos e estratégias utilizadas na elaboração de discursos sobre a Bahia nas exposições da Primeira República.

Considerações finais sobre o Projeto de Modernidade na Bahia da Primeira República através das Exposições.

Através das exposições da Primeira República argumento ser possível uma interpretação sobre o projeto de Modernidade Nacional posto em execução no Estado da Bahia e de como as festas foram palco desse projeto, apresentando performances para o público visitante.

A Exposição de tipo Universal foi local privilegiado de trocas técnicas, da realização de congressos científicos e um dos momentos e espaços em que as elites intelectuais e econômicas pensaram estratégias para moldar a sociedade brasileira, e baiana, ao que concebiam como moderno e necessário. Eurocêntrica em seus marcos ideológicos, as exposições realizadas no Brasil procuraram reproduzir e adaptar tecnologias, modismos e políticas implantadas, principalmente na França e Inglaterra, para o solo nacional. Como exemplos disso aí estão os ascensores verticais - na Bahia representado pelo Parafuso, posteriormente batizado Elevador Lacerda (TRINCHÃO, 2010); as amplas avenidas e os passeios públicos, bem ao estilo das reformas urbanas hausmanianas (NEVES, 1986); a construção de ferrovias para integrar pontos remotos do país (HARDMAN, 1988); e mesmo as vitrines, adotando uma nova visualidade para seduzir consumidores nos bairros comerciais das capitais brasileiras (BARBUY, 2006).

Na dissertação (2010) intitulada: *As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as Exposições Universais (1866-1888)* o foco era apresentar os mecanismos de organização e as articulações promovidas para que as exposições provinciais baianas conseguissem se alinhar ao que o Imperador e seu Gabinete desejavam como representação do Império no Exterior. Foram vistos os articuladores, os investimentos materiais e as classificações dos produtos, alinhados às ambições enciclopédicas e positivistas das Exposições Universais. Ainda inédito, o estudo das exposições provinciais na Bahia necessitava de um panorama, ser apresentado em suas estruturas organizativas. Demandava a apresentação dos mecanismos que tornaram possível à província baiana se alinhar às ditas Festas do Trabalho ou Arenas Pacíficas.

A estrutura da exposição mudou em alguns aspectos, mas a ambição da modernidade espelhada por uma Europa idealizada manteve suas bases. O enciclopedismo ainda resistiu, a valorização do trabalho e do trabalhador deslocada da realidade, descontextualizada se mantém, porém, modificada. Cada país procura organizar sua Exposição Internacional de acordo com as ambições comerciais e as matrizes ideológicas de seus estados. Ainda

encontramos a pedagogia nos discursos e nas imagens, agora com a fotografia como novo elemento nesta construção narrativa, pois além de espetáculo visual, as Exposições eram espaços de instruir para o trabalho. Em suas primeiras edições, essas celebrações apresentam sua propaganda burguesa e colonialista, estabelecendo, através das classificações, uma hierarquia entre produtos, sociedades e modos de vida. As soluções propostas para a sociedade e os alegados entraves à modernidade com a transição para o século XX adquirem novos argumentos, não menos violentos, nem intervencionistas, porém revestidos de certo pudor civilizado.

A tese, focada nas exposições de 1908, 1922 e 1923, procurou compreender articulações e motivações envolvidas na realização desses eventos. Nos capítulos foram explorados os elementos que compuseram as exposições, vistas como performances e local de estabelecimentos de narrativas. No capítulo primeiro observamos que o contexto em que foram elaboradas as exposições baianas era desfavorável, entre as crises de abastecimento e de infraestrutura da capital e atrasos na remuneração dos servidores públicos. Ainda assim, apesar desses problemas, as exposições foram levadas adiante e receberam créditos financeiros e incentivos do estado. Conseguimos perceber que a força simbólica que acompanhava este tipo de evento permanecia muito forte. A mobilização para realizar as exposições baianas foi grande entre políticos e representantes das classes média e alta da capital. Mesmo na imprensa as notícias eram em sua quase totalidade favoráveis à participação nos certames nacionais.

O segundo capítulo tratou das narrativas elaboradas para as festas através das publicações oficiais da Exposição Nacional de 1908. Uma narrativa histórica, factual e cívica que legitimava uma dada versão da história baiana, cultuando personalidades históricas e elaborando uma argumentação pró Nação, em uma tentativa de apresentar a unidade do Estado através dos textos. Analisamos a publicação baiana em contraponto com o boletim nacional e o catálogo do Estado de São Paulo para a mesma Exposição de 1908. Os diferentes contextos locais e interesses resultaram em conteúdos diversificados e até mesmo com estruturas de apresentação distintas. O catálogo paulista mostrava uma grande variedade de produtos e produtores organizados, listados de acordo com seus ramos, informando endereços. O café foi o destaque do catálogo, com listas de tipos de grãos, moagens e fornecedores. Uma publicação que mostrava uma economia consolidada, com os braços necessários ao seu crescimento constante, mas desejando novos investidores e consumidores. A publicação nacional celebra a Exposição, mostra os espaços construídos, o grande pavilhão, as riquezas naturais e as possibilidades que investimentos poderiam trazer ao país. Para a

Bahia foi elaborada uma publicação que faz um panorama geral do estado e sua organização, com descrições físicas da natureza, listas dos animais e plantas. Uma redação pensada para mostrar a viabilidade da exploração econômica e capacidade de captação de investimentos e novos trabalhadores, ao tempo em que culpa pelo pouco desenvolvimento a parcela mais vulnerável da população, os negros, - lembrando que a publicação baiana de 1908 argumenta que a população negra já havia sido completamente assimilada através da miscigenação com o indivíduo branco - propondo a substituição desses indivíduos por imigrantes europeus. O velho debate sobre o lugar do africano e afro-descendente na sociedade colocados à margem pela proposta de substituição por indivíduos considerados mais eficientes e aptos ao trabalho. A narrativa, presente no catálogo, apresenta o Estado da Bahia viável, fértil e inexplorado, aguardando uma população adequada a esses objetivos.

O capítulo três contemplou o Pavilhão Baiano construído para a Exposição de 1908 e a narrativa materializada por ele. A edificação foi planejada para abrigar o acervo da exposição e apresentar uma narrativa histórica e cívica, exaltando o passado do estado, cultuando heróis reais e míticos. Nesse espaço foram dispostas estátuas, telas, objetos que remetiam a uma versão do passado de glória do estado, berço da civilização brasileira, reivindicando sua centralidade histórica. O pavilhão serviu a essa narrativa estabelecendo que a história da Bahia estava circunscrita naqueles símbolos: o casal fundador – Catarina Paraguaçu e Diogo Álvares Correia -, a primeira Missa e a colocação da primeira Cruz. O Pavilhão de uma Exposição como a Nacional de 1908 possuía uma função que ia além da de abrigar e expor objetos; possuía um caráter político e ideológico ligado intimamente aos objetivos de seus articuladores. O Pavilhão Baiano era a materialização de um projeto civilizatório e modernizante, cujas escolhas estéticas se colocava a serviço do discurso oficial.

O capítulo quatro analisou as fotografias produzidas e utilizadas nas três exposições: 1908, 1922 e 1923. Fotografias dedicadas a construir uma dada memória sobre as festas. Neste ponto se entende que catálogos, pavilhão e fotografias são elementos que compuseram a narrativa geral sobre o Estado, materializando um projeto de Bahia moderna em que certos elementos seriam valorizados e outros ocultados. As exposições de 1908 dão conta dos espaços da exposição nacional, do pavilhão baiano, especialmente construído para a festa e dos acervos expostos. Para a Exposição Internacional de 1922, dispusemos apenas das fotografias sob a guarda do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que permitem conhecer os acervos e expositores levados à Exposição de 1922 e reaproveitados para a Exposição de

1923. Como dito em notas do jornal *O Imparcial*¹²⁴, nas quais se defende a Exposição de 1923 como parte das comemorações pelo Centenário da Independência da Bahia e se reivindica o lugar dessa festividade no Panteão Cívico Nacional.

As fotografias permitem visualizar as exposições e o que a Bahia levou até elas, quais produtores se interessaram em participar e qual imagem do estado acabou por se representar nessas materialidades. As fotos enriquecem a análise e permitem perceber as vinculações entre o discurso dos catálogos associados aos espaços construídos e aos produtos.

Nas exposições da Primeira República, o projeto de modernidade, apenas vislumbrado nas festas provinciais, toma a forma de intervenções mais profundas na capital do Estado. O civismo, ou seja, o culto aos heróis e à história oficial se mostra ao resto do país. Alguns elementos da produção tradicional baiana são descontextualizados e reconstruídos, como os cestos, valorizadas as técnicas de trançado, mas dissociadas de suas origens, desumanizadas ao tempo em que se destacam nos suportes. Os produtos são vitrinizados, pensados e apresentados cenicamente.

As exposições baianas da Primeira República são, muito além das cenografias e das performances, o estabelecimento de legitimidades discursivas que legitimavam projetos voltados à população e justificaram intervenções unilaterais.

O que elas estabeleceram superou o espaço expositivo. As Exposições se tornaram eventos comuns, realizadas em escolas, festas cívicas, lojas. Colocar produtos ou amostras de talento e inventividade dispostos em vitrines mudou o relacionamento das pessoas com as cidades, criou uma nova visualidade.

As exposições são uma evidência das mudanças propostas pelos políticos, por membros das sociedades científicas, professores e demais quadros das classes média e alta da capital baiana. Mas, como já foi dito, a realidade dá o contraponto, desobedece a norma, a circularidade cultural garante que mesmo desconsiderados ou silenciados se possa entrever os contrastes, conflitos e problemas inerentes a projetos e intenções deslocadas da realidade do Estado da Bahia e da sua construção histórica.

A historiografia levantada para a tese dá conta de uma Bahia em constante crise, seja, no insuficiente abastecimento de alimentos, nas endemias que comprometiam a saúde pública, na estrutura de transportes ineficiente (ASSIS, 1996; AZEVEDO, 1997; CASTELUCCI,

¹²⁴ O IMPARCIAL, quinta-feira, 20 de julho de 1922; sábado, 22 de julho de 1922; domingo, 3 de setembro de 1922.

2001; LEITE, 1996) que impunham à população sofrimentos cotidianos dissonantes com as ambições modernizadoras.

Aliado aos problemas estruturais do estado havia a questão não resolvida da mão de obra afrodescendente que, livre desde 1888, não foi integrada à população economicamente ativa, de maneira que resultasse em pleno exercício da cidadania. As saídas propostas para as tensões se voltavam sempre para a eliminação do negro, quer pela mestiçagem quer pela imigração europeia. Ao passo que o estado, principalmente sua capital, Salvador, vivenciava na Primeira República uma reestruturação e modernização que também impactou a população (LIMA, 2003; FONSECA, 2000; UZEDA, 2006; TRINCHÃO, 2010). Novos aparelhos urbanos como o Parafuso, depois Elevador Lacerda, os bondes elétricos, as novas lojas, iluminação pública e o cinema deram à capital uma feição mais ao gosto dos ‘modernizadores de gabinete’, impuseram uma nova vivência na cidade e novas formas de sociabilidade, o que ainda não significava um projeto concretizado.

Não ignorando que a Exposição era um espaço de trocas e incentivos comerciais, uma vitrine privilegiada para os fabricantes que quisessem lançar seus produtos em mais mercados consumidores, espaço também de Seminários e Congressos Científicos e Técnicos, nos quais novas tecnologias eram apresentadas para o público especializado e para os leigos, fascinante em novidades, muitas aplicadas no cotidiano das cidades posteriormente aos eventos.

As Exposições entram como palco de projetos e expectativas encenadas, trazidas à luz para mostrar ao país uma Bahia comprometida com essa ideia abstrata e ainda indefinida de modernidade, pois a fluidez desse conceito o transportou a todas as áreas, sem fronteiras definidas. A modernidade se transformou em uma palavra-chave que permeava desde debates sobre economia até os de saúde pública. Considero as Exposições locais privilegiados onde esses projetos se tornam performances, adquirem um efêmero tempo de vida e se transportam para as ruas, inaugurando novas formas de viver a cidade, de sociabilidade e de consumo.

Não se tratava apenas das Exposições elaboradas em contextos de crise ou dos grandes esforços empreendidos para a realização das festas, mas sim do poder simbólico destas celebrações, da materialização dos discursos, do estabelecimento de imagens que alcançaram milhões de indivíduos contando uma dada versão da história da Bahia através das Exposições. Civismo, história e mitologia se fundem nas exposições estaduais para o estabelecimento do que as elites envolvidas na festa consideram legítima representação da cultura da Bahia. A Modernidade como projeto levada às exposições.

BIBLIOGRAFIA

A Terceira Reunião do Congresso Científico Latino-Americano: ciência e política. Ana Maria Ribeiro de Andrade (coord.). Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2002, 144p.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Civismo Festivo na Bahia: comemorações públicas do Dois de Julho (1889-1923).** Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1997, 137p.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008, 330p.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. **Questões de vida e morte na Bahia Republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930).** Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBA), 1996, 165p.

AZEVEDO, Célia Maria. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 268p.

BAITZ, Rafael. **Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais brasileiras (1954-1964).** São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2003.

BAHKTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 1997, 230p.

BARBUY, Heloísa. **A Cidade Exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914).** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006, 304p.

_____. **A exposição Universal de 1889 em Paris.** São Paulo: Edições Loyola, 1999, 155p.

BLAKE, Sacramento. **Diccionario Bibliografico Brasileiro.** vol. V. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899, 501p.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **O estado e a educação superior na Bahia: uma perspectiva histórica.** Salvador: EDUFBA, 2009, 272p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico.** 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 322p.

1908, um BRASIL em Exposição. Margareth da Silva Pereira (org.). São Paulo: Casa 12, 2011, 96p.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD. “História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema.” In Cardoso e Vainfas (orgs). **Domínios da História.** 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNIDE, Sara Joana Ferreira. **Arquitetura expositivas efêmeras: pavilhão temporário em Roma**. Dissertação. Mestrado em arquitetura. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166p.

CASTELUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Salvador dos operários: uma história da greve geral de 1919 na Bahia**. Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFBA, 2001, 152p.

CUNHA, Cinthia da Silva. **As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as Exposições Universais (1866-1888)**. Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2010, 120p.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro das Memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições**. Tese em História Social. São Paulo: PUC, 2006, 285p.

Exposições Universais e Museus Comerciais: entre o efêmero e o permanente. In Inovações, coleções e museus/ Maria Eliza Linhares Borges (org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, 204p.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, 238p.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso, ou o progresso como ideologia**. São Paulo: Unesp, 2006, 309p.

FABRIS, Anna Tereza. **Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização**. In Anais do Museu Paulista: história e cultura material, 1993, vol. 1, nº1, p.131-143.

FALCON, Gustavo Aryocara de Oliveira. **Os Coronéis do Cacau: raízes do mandonismo político em Ilhéus (1890-1930)**. dissertação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1983, 153p.

FIGUEIREDO FILHO, Godofredo. **A Influência do Ecletismo na arquitetura baiana**. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 19, 1984, p.15-27.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Minc, IPHAN, 2005, 296p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987, 288p.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução: Maria Betânia Amoroso. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRISERI, A e GABETTI, R. *Architettura dell'Ecletismo*. Torino: Einaudi, 1973.

GOLDBERG, Luiz Guilherme Duro. **Concertos da Exposição Nacional da Praia Vermelha (1908): ponta de lança para a modernidade musical do Brasil**. Parte integrante da tese de doutorado em musicologia intitulada Alberto Nepomuceno e a Modernidade Musical na Primeira República. Apresentado no XVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música (ANPPOM). Brasília, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 2002, 148p.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **O Povo e a Guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência do Brasil na Bahia**. Dissertação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2004, 140p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, 102p.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 291p.

HEIZER, Alda. **O Jardim Botânico de João Barbosa Rodrigues na Exposição Nacional de 1908**. In Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, vol.4, nº3, 2007, p.1-16.

_____. **Observar o céu e medir a Terra: instrumentos científicos e a participação do Império do Brasil na Exposição de Paris de 1889**. Campinas: Tese - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2005.

HISTÓRIA econômica da Primeira República./ Sérgio S. Silva & Tamás Szmrecsányi (orgs.) 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 2002, 413p.

INOVAÇÕES, coleções, museus./Maria Eliza Linhares Borges (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2011, 204p.

JAGUARIBE, Beatriz. **Imaginando a 'cidade maravilhosa': modernidade, espetáculos e espaços urbanos**. In Famecos - mídia, cultura e tecnologia. Dossiê: Imaginário. Porto Alegre, vol.18, nº2, maio-agosto, 2011, p.327-347.

LEITURA de literatura na escola. Rita Jover-Faleiros e Vincent Jouve (orgs.). São Paulo: Parábola, 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. (2ª. Ed.) São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KRAAY, Hendrik. **"Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia**. In Revista Brasileira de História. São Paulo, vol.22, n.43, p.106-126, 2002.
<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n43/10913.pdf>

LEAL, Maria das Graças Andrade. **A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972)**. Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1995, p.321.

LEITE, Rinaldo César. **E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana em Salvador (1912-1918)**. Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1996, 162p.

LIMA, Deborah Kelman de. **O Banquete espiritual da instrução: Ginásio da Bahia, Salvador (1895-1942)**. Dissertação. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (UFBa), 2003, p.174.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997, 369p.

MARIANI, Luiza Helena Sampaio Corrêa. **Bilac, João do Rio e a Exposição Nacional de 1908**. In Revista Contemporânea, ed.16, vol.8, nº3, 2010, p.133-145.

MARTINS, Ana Luiza. **A história da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, 304p.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

MAUAD, Ana Maria. **Retratos do Brasil Contemporâneo: práticas fotográficas nos séculos XIX e XX**. In Revista de Estudos Brasileiros, 2017, vol.4, nº8, p.160-175.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. **“Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”**. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, São Paulo, 2003, p. 11-36.

MORETTIN, Eduardo. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923**. In Novos Estudos, dossiê: Cinema e Estado no Brasil, nº89, março, 2011, p.137-148.

MOTTA, Marly da Silva. **A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992, 129p.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil na República: da queda da Monarquia ao Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016, 176p.

NEVES, Margarida de Souza. **As Vitrines do Progresso: o conceito de trabalho na sociedade brasileira na passagem do século XIX ao século XX – a formação do mercado de trabalho na cidade do Rio de Janeiro**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: PUC-FINEP, 1986, p.80.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Cultura e patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, 192p.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. **Xavier Marques entre os intérpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República**. Tese. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013, 241p.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade: a França no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1991, 292p.

PEREIRA, Margareth da Silva. **A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro.** In arqtexto 16. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, 2011, p.6-27.

PESAVENTO, Sanda Jatahy. **Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX.** São Paulo: Hucitec, 1997, 231p.

RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa.** tomo I. Tradução Constança Marcondes Cezar. Campinas: Papirus, 1994, 327p.

SANTANA, José Carlos. **Euclides da Cunha e a Escola Politécnica de São Paulo em 1896.** In. Revista de Estudos Avançados, nº10 (26), 1996,p.311-327.

SANT'ANA, Thaís Rezende da Silva de. **A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920.** Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2008, 172p.

SANTOS, Laura Carvalho dos. **Antônio Moniz de Souza, o homem da natureza brasileira: ciência e plantas medicinais no início do século XIX** in. História, ciências, Saúde - Manguinhos. Rio de Janeiro, vol.15, nº4, out-dez, 2008, p.1025-1038.

SANTOS, Paulo Coelho Mesquita. **O Brasil nas Exposições Universais (1862 a 1911): mineração, negócios e publicações.** Dissertação. São Paulo: UNICAMP, 2009, 248p.

SCHWARCZ, Lilia. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 664p.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte. **Les fastes du progrès. Le guide des Expositions universelles. 1851-1992.** Brigitte Schroeder-Gudehus & Anne Rasmussen. Paris: Flammarion, 1992.

SCHUSTER, Swen. **História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922.** In. História, ciência, saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>

SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.** São Paulo: Cosacnaify, 2010, 69p.

SILVA, Adriana Maria Lage. **Aspectos socioespaciais de Salvador na primeira república: o governo J. J. Seabra.** Salvador: UFBA (dissertação), 2013, 120p.

SILVA, Aldo José Moraes. **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégia de consolidação institucional (1894-1930).** Tese. Salvador: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas UFBA, 2006, 250p.

SMIT, Johanna W (org). **“A análise da imagem: um primeiro plano”.** In Análise documentária: a análise da síntese. 1. ed. Brasília: IBICT, 1987. 133 p.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **Bahia: de capitania a província (1808-1823).** Tese. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008, 302p.

TOURINHO, Maria Antonieta Campos. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura: a instrução agrícola e a crise da economia açucareira na segunda metade do século XIX**/ Salvador: UFBA, 1982.

TRINCHÃO, Gláucia Maria Costa. **O Parafuso: de meio de transportes a cartão-postal**. Salvador: EDUFBA, 2010, 248p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador, Rainha destronada? (1763-1823)**. In História (São Paulo), vol.30, n.1, p.174-188, São Paulo: 2011.

WAGNER, Christiane. **Zietgeist, o espírito do tempo - experiências estéticas**. In. *Revista de Cultura e Extensão. São Paulo: USP, n. 12, p.21-29, nov. 2014*

Fontes

Arquivo do Estado da Bahia

Seção Republicana

Documentação da Secretaria de Governo

Correspondências: ofícios recebidos – **caixa 1821/ doc. 1935**

1908-1925

Associações – centro operário; comercial da Bahia; Senhoras de Caridade; Grêmio Literário; Liceu de Artes e ofícios

Caixa 1822/ doc.1939

Ofícios recebidos do Rio de Janeiro – 1889-190[]; 1915-1924

Documentação da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio

Caixa 2326/maço 01

Doc.1. Acordo celebrado entre o governo do estado e o município desta Capital para a demolição do teatro s. João sito à Praça Castro Alves e a construção de um novo teatro na mesma praça. 1914

Guia da Secretaria de Educação e Saúde. visto

Seção de Microfilmes

Jornal O Imparcial

Filme nº14

Flash 01 ao 04

Filme nº15

Flash 01 ao 05

Filme nº16

Flash 01 ao 04

Filme nº17

Flash 01 e 02

Jornal A Bahia

Filme nº10

Flash 02

Filme nº11

Flash 01 e 02

Filme nº12

Flash 01

Fontes Biblioteca do Estado da Bahia BPEB

BOLETIM Comemorativo da Exposição Nacional de 1908. Rio de Janeiro: Tipographia da Estatística.

BRAZIL at the Louisiana Purchase Exposition. St. Louis, 1904.

ESTADO da Bahia: notícia e informações: publicação para a Exposição Nacional de 1908./ Bahia: Typographia Bahiana, 1908.

ESTADO de São Paulo: Catálogo Geral. Exposição de 1908. Rio de Janeiro. São Paulo: Comissão Executiva da Exposição de São Paulo.

MELLO, Gratulino A. Discurso pronunciado no acto de abertura da primeira exposição na Baía em 14 de dezembro de 1919. Bahia: Imprensa Oficial, 1920. 13p. (BCE)

SEÇÃO DE JORNAIS

JORNAL OU REVISTA	ANO	MÊS
A BAHIA	1900	JAN/NOV
A BAHIA	1901	JAN/DEZ
A BAHIA	1904	JAN/ DEZ
A BAHIA	1908	JAN/ DEZ
A BAHIA	1911	JAN/ DEZ
CORREIO DE NOTÍCIAS	1900	JAN/ DEZ
DIÁRIO DA BAHIA	1904	JAN/ DEZ
DIÁRIO DA BAHIA	1908	MAIO/ DEZ
DIÁRIO DA BAHIA	1911	JAN/ DEZ
DIÁRIO DA BAHIA	1922	JAN/ DEZ
DIÁRIO DE NOTÍCIAS	1904	JAN/ DEZ
DIÁRIO DE NOTÍCIAS	1922	JAN/DEZ
O DEMOCRATA	1922	JAN/OUT
GAZETA DO POVO	1908	JAN/DEZ
O IMPARCIAL	1922	JAN/DEZ

PERIÓDICOS

REVISTA	ANO	PERIODICIDADE	OBSERVAÇÃO
ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL	1908	ANO	RIO DE JANEIRO
ANNAES DA CAMARA DOS DEPUTADOS	1908/1922	ANO	RIO DE JANEIRO
ANNAES DO SENADO FEDERAL	1908/ 1922	ANO	RIO DE JANEIRO
ARCHIVOS DO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO	1907 A 1934?	ANO?	RIO DE JANEIRO
CARETA	1908	?	RIO DE JANEIRO
FOLHINHA D'O ANUNCIO DA BAHIA	1908	?	RIO DE JANEIRO
FON-FON	1908	?	RIO DE JANEIRO

A ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA	1922	MENSAL	RIO DE JANEIRO
PUBLICAÇÕES DO ARCHIVO NACIONAL	1901-1915/ 1922-1925	?	RIO DE JANEIRO
REVISTA DO BRASIL	1908	?	BAHIA
REVISTA DA SEMANA	1922	SEMANAL	RIO DE JANEIRO
O MALHO	1908	SEMANAL	RIO DE JANEIRO
O PETIZ	1908	MENSAL	SALVADOR

Fontes Instituto Geográfico e Histórico da Bahia IGHB

HEIRELLES, José Joaquim da Silva. **Memória do município de Campo Formoso organizada para à Exposição Nacional de 1908**. Bahia: Litho - Typ. e Encadernação Reis e C., 1908. 67 p. (*Biblioteca Ruy Barbosa*. 94(81).074 / N445

Fotografias Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário da Independência. Exposição de produtos baianos - Seção de flores e frutas. Palácio Rio Branco: Salvador - BA.** [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

LINDEMANN. **Delegacia Federal da Exposição do Centenário da Independência: solenidade do lançamento dos "Bônus da Independência", na Bahia.** [s. l.]: [s. n.], Fev.1922. Sec. XX1 fot. p & b.

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário de Independência. Exposição de produtos baianos - Seção do Campo de Experiências e Demonstração "Antonio Moniz". Palácio Rio Branco: Salvador - BA.** [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário da Independência. Exposição de produtos baianos - Seção de estatística agrícola, industrial e comercial. Palácio Rio Branco: Salvador - BA.** [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário da Independência. Exposição de produtos baianos - Seção de várias indústrias. Palácio Rio Branco: Salvador - BA.** [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário da Independência. Exposição de produtos baianos - Seção de farinhas, féculas, massas alimentícias, café e cacau. Palácio Rio Branco: Salvador - BA.** [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário da Independência. Exposição de produtos baianos - Seção de modas, confecções, prendas e bordados. Palácio Rio Branco: Salvador - BA.** [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

DIAS, T. <1ºprimeiro> **centenário da Independência. Exposição de produtos baianos - Seção de cereais, plantas medicinais, resinas, óleos, plantas oleaginosas. Palácio Rio**

Branco: Salvador - BA. [s. l.]: [s. n.], 1923. Sec. XX1 fot. p & b.

Fontes Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro BN

Exposição Nacional de 1908, Rio de Janeiro, RJ, 1908: Pavilhão do Estado da Bahia. 12 fotos: papel albuminado, p&b; 17 x 23 cm a 23 x 17 cm. Pavilhão da Bahia: fachada principal, jardins e ao fundo o Morro Cara de Cão; interior: salão de recepção; principais produtos da indústria baiana expostos em vitrinas, sobre mesas etc.: açúcar, couro e peles de animais, pequenas embarcações da indústria madeireira e outros. Destaque para: exposição de rendas, aplicações e bordados; flores artificiais de Emilio Neves; fibras utilizadas na indústria de cestos, bolsas, chapéus; vitrinas de charutos da Firma Costa Ferreira e Penna; Fezler e Hoening da cidade de Cachoeira; A. Suerdieck da cidade de Maragogipe; Viúva ... ? Machado. Localização: FOTOS-ARM.2.1.1(1-12).

Estado da Bahia, Rio de Janeiro, RJ, 1908: interior do pavilhão na Exposição Nacional de 1908 / Daniel, phot. 14 fotos: gelatina, p&b; 17 x 23 cm a 23 x 17 cm. Principais produtos da indústria baiana expostos em vitrinas, estantes, sobre mesas, etc.: açúcar, algodão, fumo, com destaque para a vitrina de charutos da Firma Costa Ferreira e Penna, tecidos e rendas, couro e pele de animais, minério, madeira e outros. Salão de recepção; sala com quadros de locais e pessoas, provavelmente, ilustres do Estado. Localização: **FOTOS-ARM.1.7.5(1-14)**.

Centenário da Independência do Brasil, Rio de Janeiro [RJ, entre 1922 e 1923] : exposição / Photo Bippus. 8 fotos : gelatina, p&b; 16 x 22 cm. Pavilhão dos Estados Unidos, Palácio dos Estados, Palácio das Festas e outros. Localização **FOTOS-ARM.2.4.3(14-21)**.

Exposição do Centenário do Brasil, [doc.fot.] Rio de Janeiro, RJ, entre 1920 e 1922 / Malta, Phot. 130 fotos : gelatina, p&b; 17 x 23 cm e 23 x 17 cm. Pavilhões do Brasil. Fotos n. 37, 59 e 71, cópia (FOTOS-ARM.2.8.1(30-32)). Nome do fotógrafo no papel fotográfico: "Malta Phot." Localização **FOTOS-ARM.2.7.6(1-130)**

Exposição do Centenário do Brasil, [doc. fot.] Rio de Janeiro, RJ, entre 1922 e 1923: Pavilhão de Portugal / Jesus & Jarque Photographos. 48 fotos: gelatina, p&b; 16,7 x 22,7 cm e 22,7 x 16,7 cm. fachada principal e rua; interior: pessoas visitando, estandes de vinhos, louças, cortiças, tapetes, objetos de bronze e prata, esculturas, pinturas, uniformes e equipamentos para cavalaria e obras de arte em azulejos (decoração de paredes. Localização: **FOTOS-ARM.17.8.3(1-48)**.